



Pro

O espaço livre público e sua relação com o edificado **O caso da Praça Fleming**

AUTOR: Luziana de Almeida Medeiros
ORIENTADOR: Ney de Brito Dantas

Recife | agosto de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUZIANA DE ALMEIDA MEDEIROS

**O espaço livre público e sua relação com o edificado
O caso da Praça Fleming**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano, do Curso de Pós-graduação *Strictu Sensu*, sob a orientação do Prof. Dr. Ney de Brito Dantas.

Recife | agosto de 2007

Medeiros, Luziana de Almeida

O espaço livre público e sua relação com o edificado: o caso da Praça Fleming / Luziana de Almeida Medeiros. - Recife : O Autor, 2007.

172 folhas : il., fig., tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007.

Inclui bibliografia.

1. Espaços públicos. 2. Arquitetura paisagística. 3. Análise morfológica. I. Título.

712

CDU (2.ed.)

UFPE

712

CDD(22.ed.)

CAC2007-

50



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da mestranda LUZIANA DE ALMEIDA MEDEIROS.

Às 9.00 horas do dia 19 de setembro de 2007 reuniu-se na Sala de Aula do Programa a Comissão Examinadora de Tese, aprovada por ad referendum do colegiado, composta pelos seguintes professores: Ney Brito Dantas (orientador), Maurício Rocha de Carvalho (examinador interno) Gisele Lopes de Carvalho (examinadora externa) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado “O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO EDIFICADO. O CASO DA PRAÇA FLEMING”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Ney Brito Dantas, após dar conhecer aos presentes

O espaço livre público e sua relação com o edificado

O caso da Praça Floresta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano, do Curso de Pós-graduação *Strictu Sensu*, sob a orientação do Prof. Dr. Ney de Brito Dantas.

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr.. Ney de Brito Dantas

Prof. Dr. Mauricio Rocha

Profa. Dra. Gisele de Carvalho

Suplentes:

Prof. Dr. Fernando Diniz

Profa. Dra. Maria Leonor Alves Maia

AGRADECIMENTOS

Aos amigos de sempre e àqueles que de um modo ou de outro estiveram presentes durante a experiência desta dissertação. Nominalmente agradeço à Adriana Veras, Geraldo Buga Marinho, Circe Monteiro, à Ana Rita Sá Carneiro e a todos do Laboratório da Paisagem, à Bianca Martins, Cristianne Guerra, Maria Lins, Múcio Jucá, Ney Dantas, Noé Sérgio, Patrícia Marques e Renato Menezes. Agradeço à Sandro, meu Pai e minha Mãe e à Deus, seja qual for o nome pelo qual O chamem.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	06
LISTA DE FOTOS	08
RESUMO & ABSTRACT	10
CAPÍTULO I A MESMA PRAÇA?	13
CAPÍTULO II O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO PROJETO URBANO	27
2.1 O ESPAÇO PÚBLICO	28
2.2 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO E A CIDADE MODERNA	33
2.2.1 Críticas ao Modernismo Funcionalista e sua Herança no Espaço Urbano	39
2.3 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO E OS PRINCÍPIOS DO PROJETO URBANO	42
2.3.1 As Dimensões Atuais do Projeto Urbano	47
2.3.2 O Espaço Livre Público no Projeto Urbano	49
CAPÍTULO III O CASO DA PRAÇA FLEMING	53
3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	53
3.2 DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA	55
3.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	62
3.3.1 Escala	62
3.3.2 Proporção	64
3.3.3 Continuidade Visual	65
3.4 ENTREVISTAS	67
CAPÍTULO IV AS IDÉIAS ESTÃO NO LUGAR	69
4.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO DA JAQUEIRA E ENTORNO	70
4.2 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO ESTRUTURANDO O CONJUNTO URBANO: O LOTEAMENTO LAR BRASILEIRO E A PRAÇA FLEMING	80
4.2.1 A História da Praça Fleming	80
4.3 O REGULAMENTO DE CONSTRUÇÕES OU DECRETO Nº374/36	84

4.4 O PROJETO DO LOTEAMENTO BANCO LAR BRASILEIRO	88
4.5 A PRAÇA FLEMING E SUA RELAÇÃO COM AS EDIFICAÇÕES	96
4.5.1 A Praça Fleming como espaço arquitetônico	97
4.5.2 Os Tipos de Parcelas	99
4.5.3 Análise Morfológica	104
4.5.3.1 Escala	104
4.5.3.2 Proporção	105
4.5.3.3 Continuidade Visual	106
4.5.3.4 Conclusões	110
CAPÍTULO V AS IDÉIAS ESTÃO FORA DO LUGAR	115
5.1 O PROCESSO DE CRESCIMENTO DO BAIRRO DA JAQUEIRA	116
5.2 O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DA PRAÇA FLEMING	120
5.3 O CONJUNTO URBANO DA PRAÇA FLEMING E A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DO RECIFE	129
5.3.1 O Código de Obras ou Lei nº 7.427/61	129
5.3.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo lei nº14.511/83	133
5.3.3 Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife lei nº 16.176 / 96	140
5.4 A PRAÇA FLEMING E SUA RELAÇÃO COM AS EDIFICAÇÕES	141
5.4.1 Os Tipos de Parcelas	142
5.4.2 Análise Morfológica	147
5.4.2.1 Escala	147
5.4.2.2 Proporção	148
5.4.2.3 Continuidade Visual	149
5.4.2.4 Conclusões	153
CAPÍTULO VI CONCLUSÕES	157
6.1 DO REFERENCIAL TEÓRICO	158
6.2 DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	162
6.3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES	165
REFERÊNCIAS	169

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema ilustrando da localização do objeto de estudo. Fonte: Base Cartográfica, Geoprocessamento – DIRCON / SEPLAN / PCR apud Sá Carneiro e Mesquita.	15
Figura 02: Detalhe do Mapa Georeferenciado dos Espaços Livres do Recife ilustrando a situação do Bairro da Jaqueira e entorno. Fonte: Base Cartográfica, Geoprocessamento – SEPLAN / PCR apud Mesquita e Sá Carneiro.	20
Figura 03: A <i>Cité Radieuse</i> , projeto para Meaux. Fonte: Formas Urbanas de la manzana al bloque, Panerai, Castex e Depaule 1980.	38
Figura 04: Desenho do problema	54
Figura 05: Esquema ilustrativo do ângulo de visão. Fonte: Ashihara, 1981	64
Figura 06: Esquema ilustrativo da relação de proporção. Fonte: Ashihara, 1981	65
Figura 07: esquema ilustrativo da relação de continuidade visual. Fonte: Ashihara, 1981.	66
Figura 08: Detalhe do mapa do Recife de 1846, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, ao conjunto da praça Fleming e edificações do	71
Figura 09: Cromolitografia da jaqueira em 1846. Fonte: Arquivo público Estadual, apud Menezes, 1988.	73
Figura 10: Cromolitografia do Cais da ponte de Uchoa. Autor: L. Kraus, 1878-85, apud Menezes, 1988.	74
Figura 11: Detalhe do mapa do Recife de 1915, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, ao conjunto da praça Fleming e edificações do entorno. Fonte: Arquivo público Estadual, apud Menezes, 1988.	75
Figura 12: Detalhe do mapa do Recife de 1932, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, à Praça Fleming e edificações do entorno. Fonte: Arquivo público Estadual.	76
Figura 13: Síntese da evolução urbana da área entre 1876 a 1949. Fonte: Arquivo Público Estadual (detalhes dos mapas de, 1876, 18XX, 1906, 1915) , apud Menezes, 1988; Biblioteca Pública Estadual (detalhe dos mapas de 1932 e 1949).	79
Figura 14: Gravura a bico de pena retratando a casa da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918. Fonte: Acervo particular de Heloísa Boxwell	81
Figura 15: Gravura à bico de pena retratando um jogo de tênis da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918. Fonte: Acervo Heloísa Boxwell	82
Figura 16: Planta do loteamento Banco Lar Brasileiro. Fonte: Dircon	90

Figura 17: Planta baixa de uma das casas. Fonte: Dircon	93
Figura 18: Fachada de uma das casas Fonte: Dircon	94
Figura 19: Fachada de uma das casas Fonte: Dircon	95
Figura 20: Esquema representando evolução do recorte parcelar da área de estudo. Fonte: Desenho esquemático sobre plantas cadastrais - DIRCON	96
Figura 21: Maquete eletrônica representando o conjunto da Praça Fleming na década de 1950. Fonte: A autora	97
Figura 22: Esquema representando a planta baixa da Praça Fleming, na década de 1950. Fonte: Empresa de Limpeza Urbana - Emlurb- Recife	99
Figura 23: Detalhe dagravura a bico de pena retratando a casa da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918. Fonte: Acervo Heloísa Boxwell	100
Figura 24: esquema representando a tipologia de parcelas existente na década de 1950. Fonte: A autora	103
Figura 25: esquema representando a tipologia das fachadas existentes na década de 1950. Fonte: A autora	104
Figura 26: esquema de continuidade visual do TIPO 1	107
Figura 27: esquema de continuidade visual do TIPO 3	107
Figura 28: esquema de continuidade visual do TIPO 4	109
Figura 29: Esquema de evolução da área, onde as edificações do conjunto de 1954 aparecem em vermelho e os novos edifícios em amarelo.	119
Figura 30: Esquema representando evolução do recorte parcelar da área de estudo. Fonte: Desenho esquemático sobre plantas cadastrais - DIRCON	128
Figura 31: Esquema ilustrativo da aplicação dos parâmetros construtivos da Lei 14.511. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	135
Figura 32: Esquema ilustrativo da aplicação dos parâmetros construtivos da Lei 14.511. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	140
Figura 33: esquema representando a tipologia de parcelas existente na década de 1950. Fonte: A autora	146
Figura 34: esquema representando a tipologia das fachadas existentes na década de 1950. Fonte: A autora	146
Figura 35: esquema de continuidade visual do TIPO 5	149
Figura 36: esquema de continuidade visual do TIPO 6	150
Figura 37: esquema de continuidade visual do TIPO 7	151
Figura 38: esquema de continuidade visual do TIPO 8	151

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Aspecto do Bairro da Jaqueira visto a partir de um dos edifícios da Praça Fleming, onde pode-se observar a tipologia existente no bairro e entorno. Autor: Luziana Medeiros, 2003.	21
Foto 02: Aspecto da área do lago na década de 1960 Fonte: Acervo particular de Tereza Régis	23
Foto 03: Aspecto da área do lago em 2003. Autora: Luziana Medeiros	23
Foto 04: A mesma flora ainda pode encontrada hoje em um terreno remanescente dos grandes sítios. Autora: Luziana Medeiros, 2003.	73
Foto 05: Aspecto do Cais da Ponte de Uchoa, visto hoje sob o mesmo ângulo. Autora: Luziana Medeiros, 2003.	74
Foto 06: Foto do casamento de Willian Boxwell, onde se pode ver ao fundo o riacho que cortava a propriedade Fonte: Acervo particular de Heloísa Boxwell	83
Foto 07: Casa remanescente do conjunto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro, representante do tipo 03. Autora: Luziana Medeiros, 2003.	101
Foto 08: Casa remanescente do conjunto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro, representante do tipo 04. Autora: Luziana Medeiros, 2003.	102
Foto 09: Aspecto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Fonte: Acervo pessoal Tereza Régis	112
Foto 10: Casa remanescente do conjunto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Fonte: Acervo pessoal Tereza Régis	113
Foto 11: Aspecto do Bairro da Jaqueira e entorno na década de 1980. Fonte: Acervo Dircon. Autor Aureliana Moura.	117
Foto 12: Aspecto do Bairro da Jaqueira e entorno em 2003. Autor: Luziana Medeiros.	117
Foto 13: O primeiro edifício construído no entorno da Praça Fleming, fotografado em 2003. Autor: Luziana Medeiros.	121
Foto 14: Aspecto do conjunto da Praça Fleming visto a partir da Av. Rui Barbosa, em 2003. Autor: Luziana Medeiros	123
Foto 15: Aspecto do conjunto da Praça Fleming visto a partir da R. do Futuro, em 2003. Autor: Luziana Medeiros	124
Foto 16: Aspecto da Praça Fleming em 2003. Autor: Luziana Medeiros	125
Foto 17: Aspecto do conjunto edificado da Praça Fleming na década de oitenta. Fonte: Acervo pessoal de Patrícia Moura.	126

Foto 18: Aspecto do conjunto edificado da Praça Fleming em 2003. Autor: Luziana Medeiros	127
Foto 19: Edifício representativo do tipo 05. Autor: Luziana Medeiros.	142
Foto 20: Edifício representativo do tipo 06. Autor: Luziana Medeiros.	143
Foto 21: Edifício representativo do tipo 07. Autor: Luziana Medeiros.	144
Foto 22: Edifício representativo do tipo 08. Autor: Luziana Medeiros.	145
Foto 23: Panorâmica do conjunto edificado da Praça Fleming visto a partir da mesma, em 2003. Autor: Luziana Medeiros.	152
Foto 24: Panorâmica do conjunto edificado da Praça Fleming visto a partir do Ed. Itaipava, em 2003. Autor: Luziana Medeiros.	152
Foto 25: Esquema fotográfico ilustrando as modificações ocorridas na Praça Fleming e edificações do entorno. Fonte: Fotos da esquerda: Acervo Tereza Régis; Fotos da direita: Luziana Medeiros	154

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo estudar as relações morfológicas entre o espaço livre público e o espaço edificado, verificando o que ocorre quando há uma substituição do padrão construtivo do espaço edificado em uma área cujo traçado do espaço livre público segue sendo o mesmo. O tema foi baseado na observação do recente padrão de crescimento da Cidade do Recife, através das transformações no espaço urbano e sua verticalização, a qual é consequência de um planejamento que não contempla a cidade na escala arquitetônica e que não leva em consideração as interações entre o espaço edificado e os espaços livres público e privado. Essa realidade tem acarretado modificações na forma da cidade e prejuízos à qualidade ambiental urbana.

Para este estudo escolheu-se a praça, tipologia de espaço livre público que tem sua forma fortemente determinada pelas edificações ao seu redor. O recorte urbano formado pela Praça Fleming e seu entorno edificado, no Bairro da Jaqueira, foi o escolhido por oferecer possibilidades de análise no contexto do Projeto Urbano, o referencial teórico com o qual se dialogou. Foi realizado a análise comparativa, em dois períodos de tempo, através do método morfotipológico. Partindo-se da hipótese que no primeiro momento foram estabelecidas relações morfológicas que consideraram os espaços livre público e o edificado como um todo projetual, enquadrado nos princípios do Projeto Urbano. O segundo recorte temporal representa a atual situação da Cidade do Recife, como fruto das sucessivas leis urbanísticas e das motivações políticas por detrás destas.

Palavras chave: espaço livre público, espaço edificado, análise morfológica

ABSTRACT

This paper has as its main objective to study the morphological relations between public open space and built space and to verify what happens within these relations when there is a built environment pattern substitution while public open space remains morphologically the same. The work is based on the observation of the recent pattern of development of the city of Recife, upon the transformation of urban space and verticalization, which are direct results of the lack of planning directed towards the city and its architectural scale, thus not taking under consideration the interactions between built space and public and private free space. This fact leads not only to the modification of City morphological characteristic, but also to the loss of urban environmental quality.

This work takes Flemming Square as case study. The urban tissue made up by the square and its surroundings offers possibilities of analysis in accordance to the chosen theoretical reference: the Urban Project. It was analysed in two different periods of time under the morphotipological method. The work assumes the hypothesis that the first period is characterized by strong morphological relations between public open space and built space, as they were planned as one project, under the Urban Project principles. The second period of time is represented by the actual situation, and as a direct result of varies Urban Legislations and the political motivations behind it.

Key words: public open space, built space, morphotipological method

CAPÍTULO I

A MESMA PRAÇA?

Praça: o mais representativo dos espaços públicos, *locus* por excelência da vida pública (CARR et al, 1998, p.2-21; SALDANHA, 1986, p. XX; ALMEIDA, 2000, P.34); Elemento morfológico estruturador do espaço urbano, fortemente conformado pelo edificado ao seu redor (LAMAS, 2000, p.174-176; SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.14-29).

CAPÍTULO I A MESMA PRAÇA?

O crescimento desenfreado das cidades e sua verticalização, aliados a um planejamento inadequado, têm gerado a deterioração do espaço urbano à medida que, entre outros fatores, modificam as relações entre o espaço edificado e o espaço livre, seja este público ou privado, independentemente de sua tipologia. Estas modificações, mais visíveis nos padrões de edificação e concentração populacional fazem com que a cidade seja percebida a partir do espaço edificado - o foco de atenção - ao contrário da prática anterior em que a cidade era definida e percebida a partir dos seus espaços públicos (Portzanparc, 1995 apud ALMEIDA 2000, p.12). Este processo vem acarretando, entre outros fatores, a diminuição do verde urbano e a perda de qualidade ambiental na maior parte das grandes cidades brasileiras.

É esta problemática que se pretende analisar nesta pesquisa, a partir do conjunto urbano formado pela Praça Fleming e as edificações do seu entorno imediato. Um pequeno recorte da Cidade do Recife, que sofreu um processo de substituição da morfologia do edificado, da residência unifamiliar horizontal, pelo padrão do edifício vertical. Através desta, foram estudadas as modificações morfológicas nas relações entre espaço público e espaço edificado, nas categorias de escala, proporção e permeabilidade visual, em dois recortes temporais, em 1954 e 2003. A escolha desse recorte também proporcionou a contemplação de representações das possibilidades edilícias das regulamentações do uso e ocupação do solo da Cidade do Recife, existentes desde o ano de 1936. Diante das inquietações geradas pelas modificações ocorridas no objeto de estudo, que serão mais adiante apresentadas e do conceito de praça apresentado na abertura deste capítulo, é que cabe a pergunta- provocação, inspirada na música de Carlos Imperial e utilizada como título do mesmo: A mesma praça?

A pertinência desta pesquisa é reforçada pelo fato de, neste momento, a Câmara dos Vereadores do Recife, estar discutindo o novo Plano Diretor para a Cidade, cuja concepção foi estruturada sobre a vertente ambiental. Considerando a elaboração desse documento bem como as discussões a respeito da criação do Setor de Sustentabilidade Ambiental 2 (SSA2) no referido Plano, que compreende áreas de proteção da paisagem e da qualidade ambiental, localizadas no entorno de praças e refúgios, esta discussão soa oportuna. Este Setor visa preservar os valores ambientais desses espaços, através da manutenção da tipologia edilícia existente no entorno ou da regulamentação específica de sua modificação. As atuais discussões, levadas a cabo pelos técnicos da Prefeitura da Cidade do Recife, buscam a identificação de parâmetros que determinem os valores a serem preservados. São considerações neste sentido que serão tratadas neste volume. A partir da problemática do crescimento urbano, comum a tantas outras cidades do Brasil, abordaremos um caso da Cidade do Recife. Neste contexto, esta pesquisa concentrou seu foco no Bairro da Jaqueira, onde se situa o objeto de estudo, especificamente o recorte urbano selecionado para a realização da análise morfológica.

A intensificação da urbanização no Brasil é um fato recente, iniciou-se no final da primeira metade do século XX e ganhou mais velocidade a partir de 1960. Em 1995, a população brasileira ultrapassava os 155 milhões de habitantes e a população urbana representava 75,5% desse total. Em cinco anos, a população do país, segundo o IBGE, atingiu a marca dos 170 milhões de habitantes, sendo quase 140 milhões de pessoas residentes em zonas urbanas, o que representava 81,2% do total de habitantes. Segundo Santos (1993, p. 31), o crescimento das cidades sem planejamento adequado vem contribuindo para uma maior deterioração do espaço urbano e, conseqüentemente, da paisagem, ocasionada pela ação antrópica intensificada, pelo avanço das técnicas construtivas no decorrer do século XX e pelos novos padrões de vida – esses, correspondendo, ao mesmo tempo à causa e ao efeito da

urbanização. É exatamente nesse contexto que a vida nas cidades se torna relevante e ganha destaque, tendo em vista as modificações impostas ao meio físico urbano (GOMES, 2004, p.07-08).

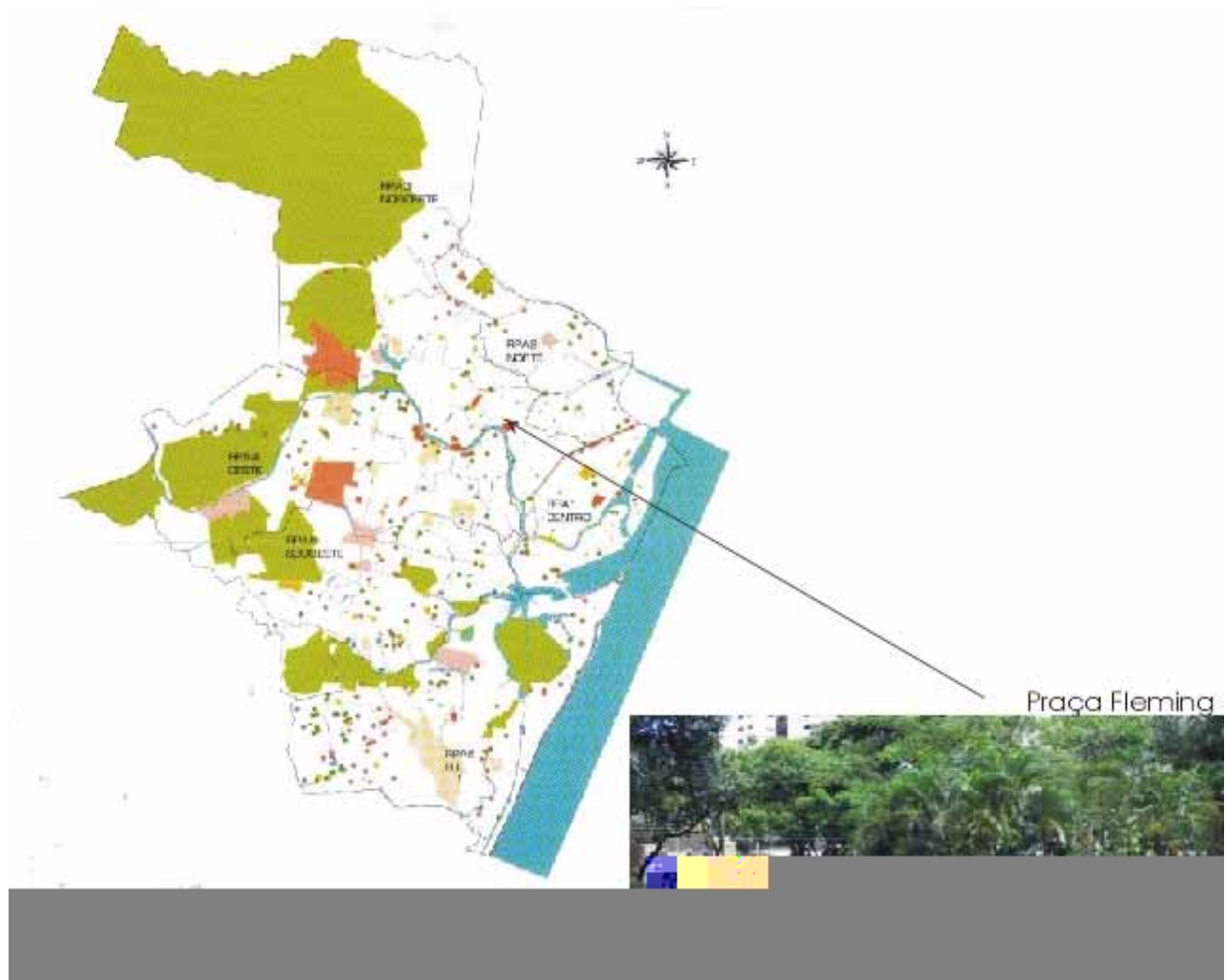


Figura 1: Mapa georeferenciado dos espaços livres do Recife. **Fonte:** Base Cartográfica, Geoprocessamento – DIRCON / SEPLAN / PCR apud Sá Carneiro e Mesquita

As inovações na vida urbana determinaram a mudança dos padrões de edificação e sua relação com os espaços livres, públicos e privados. Em destaque, as inovações tecnológicas relacionadas à construção civil, que possibilitaram o aumento do número de pavimentos da tipologia implantada nos edifícios multi familiares. As modificações socioeconômicas corresponderam a mudanças no padrão de consumo e diversão – como o surgimento da televisão, do vídeo-cassete e do *personal computer* – e à crescente violência urbana. Estes fatos comprometeram os hábitos de lazer e o uso do espaço público, favorecendo a opção por atividades em ambientes fechados, como as residências, os clubes ou *shopping centers*. Essa tendência, ao contrário do que ocorria desde a formação das cidades ocidentais, que eram planejadas, construídas e percebidas a partir dos espaços públicos - arruamento, praças e pátios, transformou o padrão construtivo na cidade, cujo foco passou a ser o espaço edificado, sem uma relação equilibrada entre suas partes (Portzanparc, 1995 apud ALMEIDA 2000, p.12).

Este padrão trouxe conseqüências para as relações morfológicas entre espaço construído e espaço livre público, bem como entre solo permeável e verde urbano, modificando a qualidade da paisagem e, conseqüentemente, do meio ambiente urbano. Segundo Gomes (2004, p.07-08), a coerência entre os padrões de edificação e o ambiente urbano, bem como a existência de espaços livres públicos destinados ao lazer e à presença de vegetação – nos seus mais variados extratos - constituem componentes chave da qualidade ambiental, embora outros elementos também sejam necessários ao alcance de um padrão mínimo de qualidade desse ambiente.

Especificamente no Recife, nos últimos 15 anos, assistimos a uma aceleração no ritmo do crescimento da Cidade. "São transformações drásticas de cenários que, na maioria das vezes, resultam da imposição de modelos especulativos que têm como princípio uma cidade

vertical” (SÁ CARNEIRO et all, 2002). Com a alteração das características morfológicas do edificado – como altura das edificações, tipo de ocupação do lote, relação do espaço livre público com o espaço edificado – a paisagem perde a sua identidade. A construção maciça de edifícios leva a uma dominância vertical da paisagem. Esse rápido processo de substituição morfológica no espaço urbano vem fazendo com que a cidade perca não só a sua qualidade ambiental como também o registro da sua história.

O recente crescimento urbano do Recife tem sido, em grande parte, promovido pelo mercado imobiliário, que se orienta para áreas com maior oferta de infra-estrutura, cuja ocupação já está consolidada. Geralmente, essas áreas são ocupadas por moradia de população de padrão econômico da classe média alta, onde os incorporadores podem ter maior margem de lucro. A arquitetura resultante destas intervenções, em geral, não interage com o espaço público e se volta para a parcela de solo urbano que ocupa e que define legalmente seus parâmetros construtivos. Esta atitude desconsidera que a parcela, o conjunto lote/edificação, é a célula base da forma da cidade (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, pp. 83 a 85). Com isso os empreendedores, muitas vezes, acabam por desqualificar a mesma paisagem da qual se apropriam para valorizar o seu empreendimento.

Nesse contexto, considera-se que controlar e manter um elevado padrão de qualidade ambiental constitui um grande desafio para os gestores das grandes cidades. Por sua vez, Nucci (2001) propõe que a qualidade ambiental deva ser considerada a partir de atributos ambientais urbanos como uso do solo, poluição, espaços livres, verticalidade das edificações, densidade populacional e cobertura vegetal, espacializados e integrados, parte deles vinculados diretamente à morfologia das edificações, questão discutida nesta pesquisa. A visão de Nucci pode ser entendida também como uma visão ecológica de ordenamento para o planejamento do espaço urbano, em que se procura regulamentar os usos do solo e dos recursos ambientais,

salvaguardando a capacidade dos ecossistemas urbanos e o potencial recreativo da paisagem, retirando-se o máximo proveito que a vegetação pode fornecer para a melhoria da qualidade ambiental na Cidade (Nucci, 2001 apud GOMES, 2004, p.07-08).

Por outro lado, Philippe Panerai reforça o viés da importância dos espaços públicos para a garantia da permanência da forma da cidade, visto que estes se modificam numa sucessão temporal muito menor do que a que se observa nos espaços privados (PANERAI, 1994, pp. 78-82). Considerando essas colocações, uma vez que os principais espaços públicos, existentes em maior número nas cidades, são as ruas e as praças e que estas tipologias são fortemente conformadas pelas edificações ao seu redor, o conjunto das relações entre espaço livre público e espaço edificado é determinante para a qualidade ambiental urbana. Esta pesquisa visa verificar o que acontece quando o espaço edificado é modificado sem se levar em conta este conjunto de relações. Para tanto, foram escolhidas três categorias morfológicas: escala, proporção e permeabilidade visual.

As questões expostas anteriormente foram o motivo da escolha deste tema como objeto de estudo. Para estudá-las, escolhemos a praça como representante do conjunto de espaços livres públicos da cidade, em função de ser ela considerada o espaço público por excelência. E por ser esta tipologia de espaço livre público, tal como a rua, fortemente determinada pelas edificações ao seu redor (CARR et al, 1998, p.2-21; SALDANHA, 1986, p. 81; ALMEIDA, 2000, P.34; LAMAS, 2000, p.174-176; SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.14-29).

A Praça Fleming foi escolhida não só pela transformação quase total no espaço edificado do seu entorno, mas também pelo fato de o seu projeto resgatar o espaço público como determinante da concepção projetual, a partir do qual se organiza o edificado. Parte-se da hipótese que quando da elaboração do projeto do Loteamento Lar Brasileiro – assim como

o conjunto está registrado na prefeitura da cidade do Recife – existiam determinadas relações morfológicas entre o espaço público e espaço edificado, integrando-os como um todo equilibrado, ou seja, as idéias estavam no lugar, na década de 1950. Esta hipótese ofereceu possibilidades de análise dentro do referencial teórico com o qual se pretendia dialogar: o do Projeto Urbano. Para Panerai, um Projeto Urbano envolve regras mínimas que relacionem o espaço livre público com o edificado, integrando-os por meio de relações de escala, proporção, de fluidez e de equilíbrio, que valorizem as características do sítio. Para este autor, um sistema de espaços livres públicos deveria ser a origem e a base fundamental do espaço urbano, “a partir do qual os investidores e construtores se determinariam” e os edifícios definiriam o tecido urbano. O Projeto Urbano deveria ser uma das ações de planejamento, significando aplicação de leis urbanísticas e a formalização da intenção do poder público em relação morfologia da Cidade (PANERAI, 1994, pp. 78-82).

A área correspondente ao conjunto da Praça Fleming e seu entorno imediato situa-se na fronteira entre os bairros da Jaqueira e Parnamirim, na planície à margem esquerda do Rio Capibaribe, no ponto em que este curva seu leito à aproximadamente 90° (Fig. 01). O Bairro da Jaqueira situa-se ao noroeste da cidade do Recife, delimitado ao sul pelo Rio Capibaribe e pelos bairros de Parnamirim, a oeste, Tamarineira, ao norte e Graças, a leste. Este bairro tem hoje a maior renda per capita da Cidade do Recife (IBGE, 2003) e faz parte de um conjunto de pequenos bairros que têm características morfológicas e sócio-culturais em comum. A formação desses bairros remete à história do crescimento do Recife em direção aos seus arrabaldes, eles se originaram da divisão de antigos engenhos em sítios que, paulatinamente, a partir de residência de veraneio das elites, transformaram-se em moradia permanente. Foram, posteriormente, redivididos em lotes menores, de acordo com o padrão de urbanização vigente.

Hoje, numa vista panorâmica, a forma característica destes bairros é a da cidade verticalizada, fruto da atuação do mercado imobiliário, cujas construções iniciaram nos anos 70 e, aos poucos, foram modificando a paisagem horizontal (Foto 01): os edifícios aparecem entre a mancha verde da arborização abundante das ruas ou dos quintais ainda existentes. Essas formas verticais impedem que sejam vistas, ao norte, as elevações do relevo – os morros, que são característicos e próprios desta Região Político- Administrativa - RPA, numa cidade de topografia tão plana como o Recife – e conferem homogeneidade aos limites já difusos entre estes bairros. De perto, o bairro da Jaqueira se individualiza nessa paisagem, pela presença marcante de áreas verdes, pela presença de grandes imóveis remanescentes do século XVIII – entre os quais se destaca o conjunto de Ponte de Uchoa – e por se situar nele o primeiro trecho, a partir do centro do Recife, onde o Rio Capibaribe torna-se visível deste lado de sua margem.

Figura 02: Detalhe do Mapa Georeferenciado dos Espaços Livres do Recife ilustrando a situação do Bairro da Jaqueira e entorno. **Fonte:** Base Cartográfica, Geoprocessamento – SEPLAN / PCR *apud* Mesquita e Sá Carneiro.

A modificação do padrão construtivo do conjunto da Praça Fleming iniciou-se ainda na década de 1970. Sendo erguido em 1979 o primeiro edifício no entorno da praça. A verticalização acentuou-se na segunda metade da década de 1990, devido à valorização da área em função da criação do Parque da Jaqueira, em grande área vizinha. O parque tornou-se uma importante externalidade explorada pelo mercado imobiliário como atrativo para a área. Do conjunto projetado por Borsoi, restam hoje, apenas dois dos 16 exemplares da face lindeira à praça.

Uma vez considerado o recorte urbano do Conjunto da Praça Fleming como representativo de um processo que ocorre em outras partes da cidade, ele será analisado em dois momentos. No primeiro recorte temporal, a concepção projetual, considerava o espaço livre e o edificado como um todo que se enquadra nos princípios do Projeto Urbano, identificado com o referencial teórico adotado e relacionando com a legislação em vigor. No segundo, que corresponde ao ano de 2003, a sua representatividade na cidade do Recife e sua morfologia, como fruto de intervenções individualizadas, em relação às sucessivas leis urbanísticas e suas respectivas formas de pensar a cidade.



Foto 01: Aspecto do Bairro da Jaqueira visto a partir de um dos edifícios da Praça Fleming, em que se pode observar a tipologia existente no bairro e entorno. **Autor:** Luziana Medeiros, 2003.

Na escolha dos recortes temporais parte-se do pressuposto que, no momento da implantação do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, as idéias estavam no lugar, ou seja, havia uma determinada relação morfológica entre o espaço público e o espaço edificado, que os integrava em um pensamento único. A praça era emoldurada por casas térreas, residências unifamiliares, que guardavam ente si uma relação de complementariedade, tanto funcional quanto de permeabilidade visual e de proporção e escala entre o edificado e os espaços livres públicos. A permeabilidade visual entre o espaço edificado (privado) e o espaço público garantia o olhar vigilante dos moradores, e assim, a sua segurança, no dizer de Jacobs, (2000, pp. 59 - 69). Os novos edifícios, construídos a partir da década de 1970 e principalmente naqueles implantados a partir da década de 1990, não se relacionam do mesmo modo com o espaço público, seja como extensão do privado, quanto à permeabilidade visual ou como local de encontro e reunião de pessoas. Não há relação de proporção ou de escala nem entre o espaço construído e o espaço livre público, nem como em relação ao pedestre. Numa análise preliminar, as idéias estariam agora fora do lugar. Pretende-se então, através da análise comparativa entre estes recortes, estudar as relações morfológicas entre espaço público e espaço edificado através das categorias de escala, proporção e continuidade visual e investigar o que ocorre nestas relações quando o espaço edificado muda e o traçado do espaço livre público continua o mesmo.



Foto 02 e 03: Aspecto da área do lago na década de 1960 e a mesma área hoje. **Fonte:** Acervo particular de Tereza Régis e foto da autora.

O capítulo que se segue a este trata do referencial teórico adotado para subsidiar a apreensão e análise das questões anteriormente expostas. O referencial teórico escolhido se apóia, principalmente nas colocações de Phillippe Panerai sobre a cidade, considerada na sua escala arquitetônica e estruturada a partir do espaço livre público, através do Projeto Urbano. Dessa forma, foi possível trabalhar com o mesmo autor tanto para as questões teóricas, quanto para metodologia de análise para a apreensão do objeto de estudo em sua totalidade.

A análise morfológica se fundamenta no livro *Analyse Urbaine* de Phillippe Panerai, Jean-Charles Depaule e Marcelle Demorgon (1999), que também oferece as ferramentas para a apreensão e compreensão do objeto estudado no contexto urbano. Para as categorias de análise das relações entre o espaço livre público e o espaço edificado, foi utilizada a metodologia de Ashihara (1982) para a concepção de espaços livres e contribuições de outros autores, sempre que necessário. Os pormenores da metodologia adotada serão apresentados e aprofundados no Capítulo 03.

Segundo o referencial teórico adotado, para se compreender um objeto urbano é necessário que se conheça como ocorreu a sua formação no tempo. Assim, o Capítulo 04 apresenta a evolução do pequeno bairro da Jaqueira e seus arredores até a implantação do conjunto da Praça Fleming, apresentado em sua concepção tal como foi projetado e construído o Loteamento Lar Brasileiro. Também é contextualizado o objeto de estudo, de acordo com a concepção urbanística da época, compreendida através da legislação urbanística vigente, o Regulamento de Construções ou Decreto nº 374/1936. Ao que se segue a análise morfológica da relação entre o padrão das edificações e a praça segundo as categorias eleitas, apresentando as conclusões sobre o seu resultado.

No Capítulo 05, apresentamos o segundo recorte temporal, as alterações executadas no conjunto da Praça Fleming, a partir da implantação do Loteamento Lar Brasileiro até os dias de hoje. Posteriormente, apresentamos as diferentes concepções urbanísticas contidas nas legislações reguladoras que se sucederam: o Código de Obras de 1961 e as Leis de Uso e Ocupação do Solo de 1983 e 2001. Em seguida, procedemos às análises das relações morfológicas entre o novo padrão do edificado e o espaço público, concluindo com a apresentação dos resultados.

Encerrando este trabalho, o Capítulo 06 apresenta as conclusões a respeito da problemática apresentada e analisada nesta pesquisa. Aqui ela será contraposta às questões teóricas, buscadas com a finalidade de viabilizar a sua compreensão e aos resultados da análise de cada recorte temporal escolhido. As questões colocadas visam contribuir para que o planejamento público atual considere a Cidade não apenas do ponto de vista social e econômico, mas também nas suas dimensões arquitetônicas e morfológicas, aspectos necessários à qualidade de vida do ecossistema urbano, tão presente nos discursos políticos.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO PROJETO URBANO

CAPÍTULO II O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO PROJETO URBANO

Este capítulo visa trazer para a experiência empírica, observada na cidade, o aporte teórico que subsidie a reflexão sobre a problemática apresentada nesta pesquisa. Aqui são introduzidos os conceitos referentes aos objetos urbanos que compõem o recorte estudado, bem como os elementos teóricos desta pesquisa. O primeiro conceito apresentado é o de espaço livre público, que corresponde à centralidade da questão, a partir do qual se pretende observar as relações com o espaço edificado. O espaço livre público será abordado desde quando foi concebido como tal, bem como sua inserção na contemporaneidade, como fruto da dinâmica das transformações na paisagem que, constantemente, eliminam, criam ou recriam lugares. Para tanto, a análise começa a partir do seu papel no Modernismo, por ter sido esta a corrente de pensamento que guiou a concepção do projeto do Loteamento Lar Brasileiro e, assim sendo, possibilitar a compreensão das suas diretrizes.

Uma vez colocado o conceito de espaço livre público, pretende-se resgatar sua compreensão como espaço estruturador da cidade, a partir dos princípios e da definição de Projeto Urbano, que é o marco teórico desta pesquisa. O conceito de Projeto Urbano adotado surgiu no momento pós-modernismo, marcado pelas críticas referentes a essa corrente: à forma como o urbanismo funcionalista tratava a cidade e ao distanciamento entre as ações de planejamento e o projeto arquitetônico.

Esta metodologia de abordagem da cidade recupera a dimensão arquitetônica, a partir do espaço livre público, para o urbanismo. Nesse contexto, será abordada a questão do espaço público e seu papel como ordenador do tecido urbano. A compreensão desse modo de ver a

cidade, a partir das relações entre o espaço livre e o espaço edificado, é apresentada como uma das chaves para o resgate da qualidade urbana (PANERAI, 1994, pp. 78-82, MANGGIN & PANERAI, 1999, pp 13- 19), sendo este o principal foco de interesse desta pesquisa.

2.1 O ESPAÇO PÚBLICO

Em sua origem, as cidades foram formadas com a finalidade de reunir as pessoas, em torno de motivos religiosos ou em função do comércio. Neste período, o espaço público era a própria razão da existência da cidade, servindo como lugar de encontro, comércio e circulação (GOITIA, 1989, p. 9). Era onde se sabiam das notícias, onde se trocavam informações do lugar e da sociedade em geral. Também era palco do dia-a-dia e de acontecimentos especiais – os que marcavam o tempo, como procissões e celebrações profanas, ou ainda, lugar de grandes eventos históricos. O espaço público era o lugar onde grupos sociais complexos e díspares estariam, inevitavelmente, em contato. Embora os modos de uso tenham variado, em menor ou maior grau, ao longo do tempo estas foram as suas principais funções (GEHL & GEMZOE, 2002, pp 10-21). Em contraponto, existia o espaço privativo da casa que era o lugar dos amigos íntimos, da família e dos gostos pessoais (SENNETT, 1998, pp 16-19).

Embora existisse como elemento urbano desde a formação das cidades, as questões em torno do espaço público só surgem tardiamente, em 1970, na Europa, em meio à crise das cidades, juntamente com outras noções como urbanidade, projeto urbano e desenvolvimento sustentável (ARAÚJO, 2002, p 25). Sendo seu conceito definido como “lugares abertos onde se desenrola a vida coletiva dos cidadãos e os lugares simbólicos, portadores da personalidade de uma cidade” (TOMAS, 2003, p.23 trad. pela autora). Esse conceito é apresentado pelo mesmo autor, como paradoxal, por ter se dado dentro de um contexto negativo, para “anunciar e denunciar sua própria degradação, assim como o seu declínio e sua morte” (TOMAS, 2003,

pp. 23-25 , trad. pela autora). O tema da morte do espaço público teve como principais textos inaugurais “*Death and life of great american cities*” de Jane Jacobs, primeiramente editado em 1961 e “*O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*”, de Richard Sennet, cujo registro data de 1974. A primeira autora faz uma crítica à cidade fruto do movimento moderno e Sennet mostra o declínio do espaço público como uma consequência pela perda do aspecto social no homem moderno. Ou seja, como reflexo espacial de uma alteração na sociedade (SENNET, 1998, pp 57-64). Essas e outras discussões serão aprofundadas mais adiante no tópico referente às críticas ao Modernismo.

Segundo Carr, a existência de alguma forma de vida pública é o pré-requisito para o desenvolvimento dos espaços públicos (CARR *et al*, 1992, p 22). Do ponto de vista social, Sennet reforça esta idéia e coloca a importância do espaço público como uma base material, simbólica e formal à afirmação da diversidade, exprimindo o próprio princípio da vida pública em sociedade, do contrato social e do vínculo democrático (SENNET, 1998, pp 30-62; GERMAIN, 2002, p 18, trad. pela autora). Já o autor americano Stephen Carr coloca que o espaço público seria o solo comunitário, onde as pessoas podem exercer as atividades rituais e funcionais que unem a comunidade. Entre eles, existem os espaços especificamente projetados para suportar a vida pública, como praças, parques e *playgrounds* e os que foram apropriados para este propósito, como as esquinas ou os degraus de edifícios públicos (CARR *et al.*, 1992, pp 2-21, trad pela autora).

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar - para a definição do mesmo tipo de espaço - o termo espaço livre público, já consagrado no Brasil por centros reconhecidos em pesquisa da paisagem como a Universidade Federal de São Paulo e a Universidade Federal de Pernambuco. A outra justificativa para esta adoção foi que, uma vez associado o conceito de espaço público ao de espaços livres – definidos como espaços externos às edificações com nula ou mínima proporção de elementos construídos, vegetados ou não (SÁ CARNEIRO e

MESQUITA, 2000, pp 24-25) – estaria reforçada a dicotomia em relação à outra categoria analisada nesta pesquisa, o espaço edificado, definido pelas mesmas autoras como áreas densamente ocupadas por construções que atendem ao uso humano (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, pp 24-25).

Atualmente para o contexto da cidade do Recife, se entende por espaços livres públicos, áreas com nula ou mínima proporção de elementos construídos, com a presença maciça ou não de vegetação, de acesso irrestrito à população – como ruas, avenidas, largos, pátios e praças. Os espaços livres públicos seriam ainda responsáveis por suportar as funções de: circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, podendo possuir características físicas variadas (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, pp 14-29).

No conjunto dos espaços públicos, as praças, a categoria de espaço livre público do qual trata esta pesquisa, são o *locus* por excelência da vida pública (CARR et al, 1998, pp 2-21, trad. pela autora; SALDANHA, 1986, pp 16-17; ALMEIDA, 2000, pp 34). Saldanha coloca ainda que praça e rua teriam a mesma essência por serem concentradoras do traçado público, concorrendo para o fenômeno urbano que “significa no fundo a consolidação da vida pública” (SALDANHA, 1986, p 17). As praças são elementos morfológicos estruturadores do espaço urbano, que funcionam como lugares de circulação, encontro e permanência. Por estarem inseridas na malha urbana, e com área equivalente a de uma quadra, têm sua morfologia fortemente conformada pelo espaço edificado ao seu redor (LAMAS, 2000, pp 174-176). Segundo o mesmo autor, elas se distinguem dos outros espaços públicos pela organização espacial e intencionalidade de seu desenho. Para Sá Carneiro e Mesquita, no contexto da cidade do Recife, as praças estariam classificadas como espaços livres públicos de recreação, que são espaços voltados para atividades lúdicas ou recreativas (SÁ CARNEIRO & MESQUITA, 2000, pp 14-29). Suas formas e elementos de composição não estão relacionados apenas às concepções estéticas, ideológicas, ou arquitetônicas, mas se encontram ligadas a

comportamentos, a apropriações e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, 14-29; LAMAS, 2000, 174-176). É precisamente sobre estes dois conceitos que se sustenta a questão central e a argumentação da análise desta pesquisa. Por trazerem o aspecto morfológico como premissa, na qual a definição da Praça é feita em relação ao espaço edificado ao seu redor.

O desequilíbrio entre o lado público e o privado da vida do homem em sociedade é creditado à emergência da sociedade de massas, ao aumento demográfico e ao incremento dos meios de comunicação, tanto por Sennet (1998) quanto por Saldanha (1986). No Recife, no que se refere à problemática tratada nesta pesquisa, acrescentem-se o aumento da violência urbana e a modificação dos hábitos de lazer e ócio da sociedade. Os dois autores, entretanto, discordam quanto o aspecto lesado a partir desse desequilíbrio. Enquanto Saldanha lamenta a perda de distinção entre as duas esferas, em que a esfera privada seria o lado mais lesado e as conseqüências sociais inevitáveis; Sennet coloca que é a vida pública que entra em declínio a partir deste marco. De qualquer modo, a crise do espaço público recairia sobre a própria articulação entre esse e o espaço privado (SALDANHA, 1986, pp 16-22; SENNETT, 1998, pp 30-62). A diversidade de escalas e a hierarquia estabelecida entre espaços privados, comunitários e espaços livres públicos resultavam numa idéia de lugar com o qual o indivíduo podia relacionar-se, assim como se identificar com os demais membros da comunidade. Tais qualidades ainda podem ser encontradas nos centros históricos da maioria das grandes cidades e nos subúrbios mais antigos, que mantiveram a tipologia habitacional e a mesma relação com os espaços livres públicos. De certo modo, também nos assentamentos espontâneos ou “não planejados” (MUMTAZ, 1996, pp 104-109).

Outros autores associam o início do declínio do espaço livre público à migração da população dos centros das cidades para o subúrbio e ao surgimento dos meios de transportes individuais. Por outro lado, as viagens isoladas em automóveis e o conseqüente deslocamento

das pessoas ponto a ponto, acabaram por contribuir para a degradação da vida nas ruas, diminuindo o papel do espaço público como lugar de encontro (TOMAS, 2003, p 23-28, trad. pela autora; CARR *et al.*, 1992: 4-6, trad. pela autora). O incremento dos transportes de massa também veio a corroborar para o crescimento da cidade, favorecendo a dispersão urbana em direção aos subúrbios. Este fenômeno, por sua vez, está associado à mudança da tipologia habitacional para a casa suburbana isolada no lote, o que gera espaços externos privados que se interpõem entre a casa e o espaço público. Este é outro fator ao qual se credita a desvalorização do espaço livre público, uma vez que modifica a forma de vivenciar e de utilizar o mesmo (SALDANHA, 1986, pp 19-23, SENNETT, 1998, 30-62; JABOBS, 2000, 59-63).

Por outro lado, a situação atual em que se encontram os espaços livres públicos é creditada não somente ao descaso do poder público, como ao seu abandono à lógica da circulação e do sistema viário. A estes fatores vieram se somar as novas tecnologias de comunicação, primeiramente a televisão, depois o vídeo-cassete e, mais recentemente, o *personal computer* e a TV a cabo, entre outros, que favorecem a tendência da família permanecer em casa para as atividades de lazer (TOMAS, 2003, trad. pela autora; CARR *et al.*, 1992, pp 5-6, trad. pela autora). Além destes fatores, a “síndrome da insegurança”, que surgiu com o aumento da violência nas ruas e acabou por gerar formas ainda mais segregativas entre o espaço privado e o espaço público (CAVALCANTI, 2003, pp 98-99).

Em resposta a estas modificações no modo de vida, novas formas de espaço para o lazer em público foram apropriadas ou criadas, como os *shoppings centers* ou os *playgrounds* dos condomínios fechados, que trazem para dentro de seus muros as funções de encontro e lazer, antes características dos espaços livres públicos. O processo de seleção dos usuários e a sensação de segurança que subjazem a estas novas tipologias vão de encontro ao pensamento de um novo modo de vida pública. Esta atitude, por sua vez, contraria um dos principais

fundamentos do espaço livre público: ser o palco da diversidade e da tolerância cultural. A soma destes fatores foi o que levou teóricos sociais como Richard Senett, a lamentarem o “declínio da vida pública” (SENETT, 1998, pp 30-40).

Outro ponto de relevância dos espaços livres públicos na cidade é sua oposição ao caráter facilmente mutável dos edifícios, uma vez que funciona como “estrutura fundamental sobre a qual se apóia a grande duração que assegura a permanência da cidade” (PANERAI, 1994, p 79), opinião também compartilhada por Bernard Lepetit (19-, pp 137-153). Este caráter de permanência seria suficiente para levar à reflexão, no caso de tecidos existentes, sobre a disposição e o traçado dos espaços livres públicos, bem como sobre a importância de serem considerados como um legado a ser respeitado e conservado.

2.2 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO E A CIDADE MODERNA

Os preceitos do Modernismo e do Funcionalismo na arquitetura e no urbanismo foram introduzidos no Recife entre as décadas de 1920 e 1930. O Urbanismo Funcionalista surgiu em meio às discussões para o Plano de Expansão da Cidade do Recife¹, mesmo momento que as propostas de influência haussmaniana e das Cidades Jardins (OUTTES, 1997, 57-162; PONTUAL, 2000, 89-96). Paralelamente à essas discussões, ocorria em solo recifense a primeira experiência puramente modernista, introduzida pelas mãos do arquiteto mineiro Luiz Nunes. Nunes havia sido convidado pelo então governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para assumir a Diretoria de Arquitetura e Construção em 1934, mais tarde

¹ Estas discussões giravam em torno da vontade de modernizar a cidade do Recife e da necessidade de elaboração de um plano que orientasse o seu crescimento. Parte destas discussões se concentrava no Bairro de

transformada em Diretoria de Arquitetura e Urbanismo. Ele contou com uma equipe formada por jovens profissionais que seriam, mais tarde, influentes no cenário local e nacional como Joaquim Cardoso, Antônio Bezerra Baltar e Roberto Burle Marx, este à frente da Diretoria de Parques e Jardins² (MELO, 2001, pp 91-98). O Modernismo só viria a se consolidar mais tarde, na década de 1950, tendo como protagonistas, entre outros, Antônio Baltar, Delfim Amorim e Acácio Gil Borsoi³, autor do projeto analisado nesta pesquisa. Borsoi, arquiteto carioca, formou-se na Faculdade de Arquitetura da então capital brasileira, Rio de Janeiro, tendo trabalhado com Afonso Reydi, expoente arquiteto desta corrente no Brasil. As diretrizes do Modernismo condicionaram a concepção do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, aqui analisado, sendo por isto expostas a seguir com a finalidade de contribuir para a sua compreensão.

Como movimento, O Modernismo foi reconhecido no cenário mundial em 1928, com a instalação dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, nos quais arquitetos modernistas de diversas nacionalidades reuniam-se para afirmar a "unidade de pontos de vista sobre as concepções fundamentais da arquitetura e sobre suas obrigações profissionais" (IPHAN, 1995, p 76).

O Modernismo surge como uma crítica à cidade tradicional e sua arquitetura. As formas elementares e os rígidos princípios de sua arquitetura podiam ser interpretados como um protesto contra os motivos "depreciativos" e às composições acadêmicas do Historicismo.

² Esta experiência foi interrompida com as mudanças políticas provenientes do golpe de 1937, quando assumiu o Governo do estado o Interventor Federal Agamenon Magalhães, opositor político de Carlos de Lima Cavalcanti. Mais tarde, esta seria considerada uma experiência modernista pioneira no cenário nacional (MELO, 2001: 98-120; BRUAND, 1989, p. 51).

³ O arquiteto Acácio Gil Borsoi veio para o Recife em 1951 para ensinar no curso de arquitetura da escola de Belas Artes de Pernambuco, mesmo ano em que também se fixou no Recife o arquiteto português Delfim Amorim. Borsoi, juntamente com Amorim – também professor da Escola de Belas Artes – foram os principais nomes de um segundo momento da arquitetura moderna em Pernambuco, influenciando as gerações seguintes de arquitetos de toda a região (NASLAVSKY, 2003).

Os arquitetos envolvidos com o novo estilo acreditavam que os problemas sociais da época eram, em sua maioria, produtos de um entorno "falso e deficiente" e que a condição humana poderia ser melhorada através de uma nova arquitetura que reconquistasse os valores "verdadeiros e fundamentais" da cidade. O movimento aspirava, assim, à definição de tipos arquitetônicos que assegurassem uma "sociedade culta e bem organizada" (NORBERG-SCHULZ, 2001, p 189).

Esta corrente se interessava, principalmente, pelas formas edificadas. O objetivo na abordagem da cidade não era o planejamento, no sentido mais recente da palavra, mas o Projeto Urbano, que considera que o entorno do homem deve ser construído tendo como unidade mínima de sua constituição a casa. (NORBERG-SCHULZ, 2001, p 43). Cabe aqui observar que o Projeto Urbano era associado pelo Modernismo às grandes composições arquitetônicas. Segundo Panerai, não se pode mais assimilar esta visão ao que se entende como o conceito atual de Projeto Urbano, por razões ideológicas e práticas, devido às distorções resultantes do excesso de cença na planificação centralizada e no progresso técnico (PANERAI, 1994, p.78).

A Casa seria a origem de todas as escalas sucessivas de agregação, iniciando pelo edifício e estendendo-se à cidade. Colocando uma linha tênue entre arquitetura e urbanismo, todos os níveis de planejamento poderiam ser tratados com os métodos de composição arquitetônica, em que a definição das escalas superiores estaria subordinada à definição da escala da edificação (BENEVOLO, et al., 2000, 94-95). Por outro lado, os modernistas acreditavam que condensando as habitações em edifícios verticais, limpariam a paisagem urbana. Assim, estaria resolvido o problema da densidade da cidade tradicional, que tinha por modelo a quadra-bloco ou os bairros extensivos da cidade jardim que, na visão do autor, tomavam excessivamente altos os custos com infra-estrutura, aumentando o tempo e o custo dos deslocamentos casa-casa e casa-trabalho (BENEVOLO et al., 2000, p 16-18).

A distância entre os edifícios seria calculada em relação à sua altura, independentemente do alinhamento com as ruas, resguardando deste modo o respeito às recomendações sanitaristas⁴. As construções seriam elevadas do solo, utilizando-se para isso dos “modernos recursos técnicos”, que liberaram os elementos de vedação da estrutura de sustentação do edifício. Este, no nível do solo, seria acessível a todos e utilizado como espaço livre para as funções complementares à da moradia (BENEVOLO et al., 2000, p 18). A nova paisagem passaria então a ser caracterizada pela predominância dos espaços livres sobre o edificado. Neste ponto, as recomendações da Carta de Atenas já chamavam a atenção para o perigo de não se respeitar o devido distanciamento entre as edificações e de deixar a construção das cidades nas mãos da iniciativa privada. A Carta também observava que a normatização que estabelece a relação entre superfície construída e aquela a ser deixada livre, juntamente com a indicação do uso do solo, seria da competência do estado (IPHAN, 1995, p 15-21).

A exacerbação da vida doméstica era criticada pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, por estar "cada vez mais concentrada no desenvolvimento de atividades individuais e privadas que não são facilmente generalizáveis a todas as categorias de usuários" (BENEVOLO et al., 2000, p 18). Por isso, na proposta dessa corrente para as habitações, a redução dos espaços para a vida doméstica vinha como um desejo de moldar uma nova sociedade, em que se valorizava a vida em comunidade. A "falta de espaço" seria

⁴ Os estudos sanitaristas surgiram calcados nas experiências realizadas nos institutos franceses, que chamaram a atenção para origem bacteriana de algumas doenças que vinham dizimando a população no século XIX e que tinham sua propagação determinadas pelas condições ambientais das grandes cidades da época. Eles deram corpo, por volta da segunda metade do século XIX à disciplina de Engenharia Sanitária ou Sanitarismo. Esta disciplina se referia às noções higiênicas e médicas a fim de elaborar um conceito de salubridade urbana. Ela buscava através das técnicas da engenharia, instrumentos de natureza edificatória e urbanística que impedissem o surgimento e propagação das doenças (CALABI, 2001, p 104-105; OUTTES, 1997, p 36-54).

compensada pela existência de um aparato de equipamentos de serviços coletivos e espaços livres para o desenvolvimento de atividades que não se “enquadravam” mais no programa da nova habitação (BENEVOLO et al., 2000, p 18).

Especificamente quanto ao espaço livre público, a Carta de Atenas demonstrava a preocupação quanto à crescente exigüidade de áreas verdes e de espaços voltados para o lazer, em função da urbanização desenfreada da cidade industrial. Ela ressaltava a função social destes espaços e trazia uma série de indicações quanto ao tratamento e a disposição das áreas verdes (IPHAN, 1995, p 45-50). Para o Modernismo, todo espaço livre era visto como público, uma vez que esse deveria cumprir sua função social e oferecer as "alegrias essenciais", ou seja, possibilitar o contato do homem com a vegetação, a água, o sol e a sombra e todos os elementos naturais prazerosos. O espaço público também deveria ser consagrado ao desenvolvimento de atividades comuns. Assim sendo a quantidade de áreas livres deveria ser proporcional à densidade da população e sua distribuição deveria ser determinada em relação às zonas edificadas, levando em consideração o deslocamento necessário para se chegar até elas e entre elas (IPHAN, 1995, p 45-50).

A Carta de Atenas coloca ainda que a principal função dos espaços livres públicos é o lazer. Ela classifica estes espaços em função destas atividades, pela frequência, sua localização (IPHAN, 1995, p 45-50). Assim, deveriam ser criados espaços para atividades cotidianas de lazer, próximos às habitações; para atividades semanais. Também deveriam ser criados espaços adequados ao lazer das horas livres semanais como parques, florestas e áreas de esportes, cujo programa deveria oferecer a possibilidade de passeio contemplativo e de espetáculos culturais, nos quais os elementos naturais da paisagem, como rios, morros e lago deveriam ser considerados, bem como toda sorte de equipamentos de apoio como alojamentos, camping, hotéis. Estes espaços teriam uma abrangência de nível regional e demandariam deslocamentos maiores (IPHAN, 1995, p 45-50).

A arquitetura modernista e o urbanismo funcionalista tiveram sua manifestação mais representativa nos projetos e teorias de Le Corbusier. Seu ponto de partida foi o protesto contra as condições desumanas da cidade industrial do século XIX e o "sonho de uma cidade verde", que entendia como uma expressão concreta do conceito de espaço aberto (NORBERG-SCHULZ, 2001, p 83).

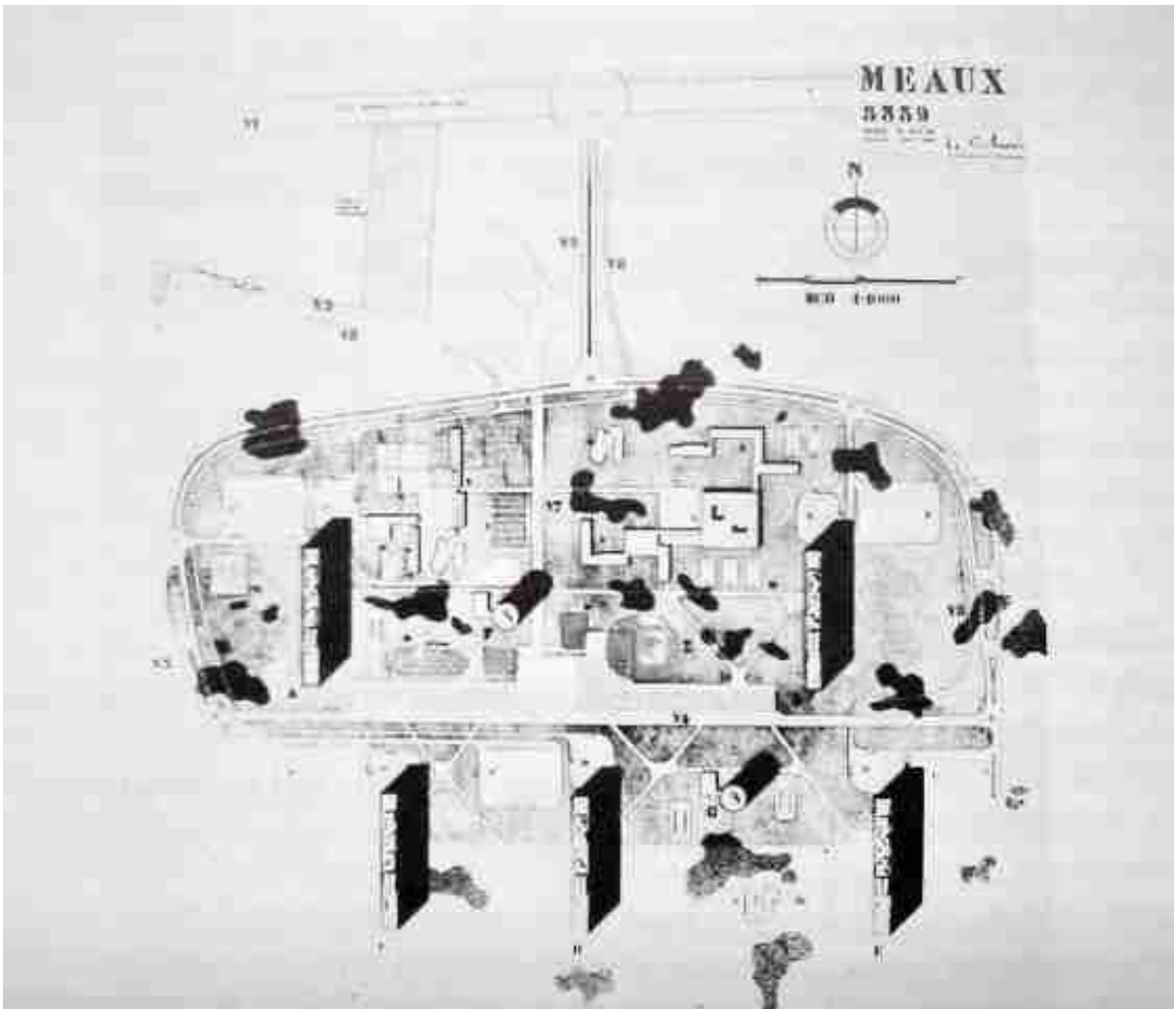


Figura 03: A Cité Radieuse, projeto para Meaux. Fonte: Formas Urbanas de la Manzana al Bloque, Panerai, Castex e Depaule 1980.

Le Corbusier não aceitava a solução das Cidades Jardins e propôs o que seria uma "cidade jardim vertical" – ou seja, uma unidade de habitação rodeada por espaço livre, onde ele acreditava ser possível concentrar algumas das qualidades e da identidade da aldeia tradicional e reestabelecer a luz do sol, o espaço e o verde, perdidos com o crescimento

desenfreado das cidades. Tais princípios foram postos em prática no período logo após a Segunda Guerra Mundial com a Unidade Habitacional de Marselha (BENEVOLO et al., 2000, p 18). Este arquiteto esteve no Brasil na década de 1930, convidado pelo Governo Federal, para produzir projetos de cunho urbanístico para o Rio de Janeiro. Em especial, o do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, criado em 1936, para o qual traçou o esboço original. Da equipe de arquitetos brasileiros, composta para assessorá-lo, faziam parte Lúcio Costa, Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e, o então pouco conhecido, Oscar Niemeyer. Sua produção arquitetônica e urbanística foi a principal referência dos arquitetos brasileiros que se influenciaram por esta corrente, que se refletiu em seus projetos e propostas em algumas cidades brasileiras (FONSECA, 2001).

2.2.1 Críticas ao Modernismo Funcionalista e sua Herança no Espaço Urbano

O interesse pelo espaço livre público foi retomado por volta dos anos 1950, no VIII Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, sob a égide do estudo do Centro Cívico ou *Core* da cidade, então em tom de autocrítica.

Na década de 1950, a crise dos espaços livres públicos era creditada por Jose Luis Sert – em sua fala por ocasião do VIII CIAM – à dispersão urbana provocada pelos meios de transporte modernos e pelo incremento dos meios de comunicação como o rádio e a televisão que "... tendem a suprimir os lugares de encontro pela medida dos homens..." e que tais comodidades "tendem a separar as pessoas mais que as reunir" (SERT in: TOMAS et al, 2001, trad. a autora).

Segundo Tomas, o conceito dado no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de Hodenston para o Centro Cívico ou de *Core*, "lugares abertos onde se desenrola a vida coletiva dos cidadãos e os lugares simbólicos, portadores da personalidade da Cidade",

assemelha-se muito ao conceito atual de espaços livres públicos (TOMAS et al, 2001, trad. a autora). Para SERT, os lugares de reunião pública, como as praças ou os promenades, “... onde as pessoas podem se encontrar livremente, estender a mão...” (SERT in: TOMAS et al, 2001, trad. a autora) deviam ser mantidos dentro das cidades com “adaptações à vida contemporânea”. Apesar do reconhecimento da necessidade de manter estes lugares, o tratamento dado a eles ainda era conforme a ótica da cidade modernista. O resultado eram espaços sem identificação com a relação entre espaço livre público e espaço edificado encontrada na cidade tradicional e que tão pouco gerava a sociabilização que Sert almejava recuperar.

A crítica à cidade planificada e “modernizada” iniciou-se, no continente europeu, no final da década de 60, colocando em questão o planejamento tecnocrata, fomentada pela crise econômica e pelo arrefecimento do crescimento urbano. Esboçava-se uma nova ideologia que condenava o procedimento de tábua rasa, colocando em questão não apenas o resultado, mas os procedimentos, a forma de se pensar a cidade que ignorava a cidade real (INGALINA, 2000, pp 85-90).

Reações semelhantes e com o mesmo conteúdo de críticas aos processos de planejamento urbano enraizado nos preceitos da Carta de Atenas e realizado principalmente sobre os critérios do funcionalismo foram observadas em boa parte das grandes cidades do mundo ocidental (INGALINA, 2000, pp, 85-90; CARMONA *et al.*, 2003, 3-13).

A questão da falta de sociabilização da cidade, resultante do urbanismo modernista, veio a ser um dos principais pontos da crítica de Jane Jacobs em seu livro “*Death and life of great american cities*”⁵, editado pela primeira vez em 1961, considerados por muitos autores

⁵ O título traduzido para o Brasil: “Morte e vida de Grandes cidades”, perde a especificidade da crítica às cidades americanas, muito provavelmente pelo distanciamento da primeira publicação ter demonstrado a pertinência da crítica de Jacobs à várias outras cidades.

como o texto inaugural da crítica à cidade resultante do urbanismo modernista/ funcionalista (CARMONA *et al.*, 2003, 3-13). Esta autora retoma a temática do espaço livre público pelo viés da sociabilidade sob a égide da "morte dos espaços públicos", creditando ao urbanismo funcionalista e à arquitetura moderna a partida para a degradação destes espaços (JACOBS, 2000, 1-123). Esta autora critica os especialistas e professores, oriundos das teorias modernistas, por terem feito da cidade um imenso laboratório de tentativa e erro, em termos de desenho urbano. Diz que aplicavam as suas teorias de planejamento e projetavam uma cidade ideal, sem observar as dinâmicas da cidade real que garantem a vitalidade dos espaços livres públicos (JACOBS, 2001, pp 05-157). A crítica de Jacobs se dá a partir da observação da escala local, da cidade vivenciada. Ela pretendia introduzir novos princípios para os fundamentos do planejamento urbano e da "reurbanização" vigentes, de forma que pudessem garantir a vitalidade socioeconômica nas cidades (JACOBS, 2001, pp 05-157).

Uma década mais tarde, Richard Sennet, em seu livro "*O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*", critica o excessivo valor dado à vida privada pela sociedade americana e a "tirania da intimidade", que fizeram perder de vista a importância das relações sociais espontâneas. Senett aponta o papel crucial representado pelo espaço livre público como espaço que favorece a manutenção das relações sociais superficiais e a necessidade de se recuperar a arte de criar estes espaços para a cidade contemporânea (SENETT, 2001, pp 45-137). Embora aponte o espaço público como a própria expressão espacial da vida em sociedade, o autor se concentra no declínio do homem público ou das relações sociais em público, sem se deter na dimensão espacial necessária para a materialização destas relações (GERMAIM, 2001, trad. a autora).

O objetivo deste tópico foi introduzir os conceitos adotados nesta pesquisa como definidores dos objetos urbanos tratados, entre eles, a problemática do espaço público na cidade. Foi abordada também a questão do espaço público de acordo com o pensamento

modernista, uma vez que a concepção do Conjunto da Praça Fleming aconteceu nessa linha. Foram colocadas, ainda, as recorrentes críticas a esta corrente, principalmente quanto ao tratamento da cidade e dos seus espaços públicos, as quais se tornaram, mais tarde, a origem da base conceitual das diversas teorias e experiências de novas formas de intervenção urbana. Entre estas, a do Projeto Urbano, referência teórica para esta pesquisa que será tratada adiante.

2.3 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO E OS PRINCÍPIOS DO PROJETO URBANO

O termo Projeto Urbano surge dentro da crítica generalizada ao urbanismo funcionalista, ao distanciamento das ações de planejamento da arquitetura e em relação à cidade gerada a partir desta abordagem. A reflexão sobre o Projeto Urbano está na pauta do dia, ela iniciou na França e se propagou para outros países da Europa e da América do Sul. Atualmente no Brasil, o Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui uma área de concentração em Projetos Urbanos, cujo grupo de pesquisa “Projetos Urbanos e Cidade”, coordenado por Denise Machado e Yannis Tsiomis, responde por um destes focos de discussão.

O aporte teórico que subsidia a discussão do Projeto Urbano foi escolhido para esta pesquisa por ele considerar o espaço livre público como origem sobre a qual a cidade se ordenaria e por ver na relação entre este e a parcela, o conjunto lote e respectiva edificação, a célula de formação da cidade, o que recai sobre a problemática do objeto empírico observado.

Essa discussão do Projeto Urbano marca, na França, um momento de transição entre a maneira tradicional de pensar o urbanismo e uma nova abordagem, menos rígida e mais aberta, das transformações e dos debates sobre a cidade. Essa nova forma vê a construção da

cidade como um processo complexo, que associa continuidade e mudança, necessitando do aporte de diversos saberes para sua compreensão – como o das ciências sociais, da antropologia e da economia, bem como o domínio de uma multiplicidade de técnicas que compreendem a construção, a ecologia e o planejamento. Como um conceito em formação, ele se apresenta ainda um tanto difuso e por vezes contraditório. Segundo Patrizia Ingallina em seu livro “Le Projet Urbain” (2001):

“Esta é uma abordagem que ultrapassa as oposições clássicas: entre o urbanismo, entendido como gestão urbana e a arquitetura, considerada como uma produção artística; entre os especialistas das ciências sociais, que pensam o espaço como ele era determinado pelo uso e os arquitetos, que pensam em uma sociedade tipo a situar dentro de um espaço pré-constituído, tendo em conta os condicionantes do meio natural” (INGALLINA, 2003, pp 12-19).

Por estas razões, encontrar uma definição precisa para o conceito de Projeto Urbano é uma tarefa complexa. Autores referenciais desta corrente costumam expor, ao invés de uma definição precisa do conceito, os campos de conhecimentos que compõem esta abordagem; ou enfatizam seu caráter enquanto processo que necessita do aporte de diversos conhecimentos, envolve múltiplos atores e leva um longo tempo para ser concluído.

A autora citada faz referência à Ch. Devillers e A. Grumbach e define Projeto Urbano, a partir de sua diferenciação em relação à planificação, entendendo essa como uma estratégia fundamentada sobre a programação, enquanto este seria o ordenamento (*aménagement*) concreto de um espaço (in INGALLINA, 2003, pp 114-115, trad. a autora). Considerando que o projeto de arquitetura é limitado no tempo e no espaço, e cuja concepção se encerra ao terminar a obra, em contraponto, o Projeto Urbano deve levar em consideração diversas temporalidades e espacialidades e sua representação não indica propriamente um resultado (INGALLINA, 2003, pp 114-115, trad. da autora). Ao que Phillippe Panerai acrescenta que um Projeto Urbano faz parte das ações de planejamento, sendo a formalização

do jurídico, refletindo as leis urbanísticas e as intenções do poder público para com a cidade (PANERAI, 1994, pp 78-82).

Com base nessas colocações, para efeito desta pesquisa, compreende-se Projeto Urbano como um campo de conhecimento entre o planejamento urbano e a composição urbana, que tem no espaço livre público e no ordenamento da relação deste com a parcela – definida como o conjunto lote e o edifício – as suas principais ferramentas para orientar o crescimento de cidade. Para tanto, é necessário compreender que o Projeto Urbano é um processo temporal, que envolve atores políticos, econômicos e sociais. Sua utilização depende da definição de parâmetros precisos, referentes à relação entre os espaços livres públicos e a arquitetura.

A expressão Projeto Urbano foi largamente utilizada nos anos setenta, como sinônimo de “composição urbana” – empregada no sentido de projeto arquitetônico de grande escala, processo de competência única do arquiteto, limitado à organização espacial. Esta predominava à noção de urbano que demandaria o envolvimento de outras competências relacionadas à de cidade. Segundo esta autora, a expressão de duas palavras: Projeto Urbano favorece até hoje a interpretação ambígua deste conceito (INGALLINA, 2003, pp 5-12, trad. a autora).

A noção atual de Projeto Urbano surgiu na França nos anos oitenta, configurando a mudança do planejamento centralizado e tecnocrático para uma abordagem mais aberta aos debates e às negociações. É uma concepção que surge a partir da insatisfação com a cidade produzida nos moldes do urbanismo funcionalista e tem sua estrutura teórica construída sobre as experiências italianas de tratamento do urbano, com ênfase na análise morfológica,

desenvolvidas a partir dos anos cinquenta⁶, inicialmente na cidade de Veneza. Mais tarde, esses estudos foram amplamente divulgados pela experiência da cidade de Bolonha, na década de sessenta (INGALLINA, 2003, pp 75-97, trad. a autora; MACHADO, 2003).

A partir das críticas⁷ às posturas modernistas da década de setenta, foi esboçada uma nova ideologia que condenava os procedimentos de tábua rasa, colocando em questão não apenas o resultado, mas os procedimentos, a forma de pensar a cidade dentro do plano de massa, sob a alegação de que o distanciamento das ações de planejamento em relação ao projeto ocasionava uma ruptura no modo de pensar e conceber a urbe.

No caso de Bolonha, intervir sobre a cidade antiga trouxe, pela primeira vez, o problema da manutenção do seu sentido, fundamentado sobre as relações entre os espaços construídos e os espaços livres públicos, bem como nos habitantes que se apoiaram nestes espaços segundo o reconhecimento de “valores identitários” – em um processo de reutilização dos espaços (INGALLINA, 2003, pp 75-97, trad. a autora). Para compreender estas relações e buscar recuperá-las na nova intervenção, foram estudadas as modalidades de crescimento urbano baseando-se sobre a relação dialética entre os elementos de permanência (os monumentos, o traçado urbano) e as inovações, correspondente às habitações, identificadas através da análise morfotipológica (cujos principais expoentes foram S. Muratori e Aldo Rossi). A análise morfotipológica se apóia também sobre uma análise histórica aprofundada através de um estudo das relações estáveis no tempo entre tipos arquiteturais e formas urbanas (INGALLINA, 2003, pp 75-97,).

⁶ Nos anos 1950, Saverio Muratori iniciou um trabalho sobre a cidade de Veneza, onde se procedeu a primeira definição das ferramentas de análise urbana com as noções de crescimento, tipologia e de morfologia.

⁷ Estas críticas se fundamentaram nos conceitos surgidos a partir das experiências italianas iniciadas em Veneza e da operação urbana realizada em Bolonha, principalmente sobre a noção de *recupero*⁷ urbano. O processo de planejar a cidade deveria levar em consideração o corpo urbano existente em sua totalidade, suas diferentes escalas, seus tecidos urbano e social, da mesma forma que a opinião dos seus habitantes. A cidade deveria ser pensada como um conjunto, um “sistema relacional” (INGALLINA, 2003, pp 75-97, trad a autora; PANERAI e MANGIN, 1999, pp 13-27, trad. a autora).

No caso da operação de Bolonha, são apresentadas as características fundamentais de um Projeto Urbano: uma atitude de reflexão global e coletiva sobre a cidade que se efetua previamente à elaboração do principal documento regulador do urbanismo. Tratava-se, antes de tudo, de uma operação que revelava uma vontade política forte, cuja ação fundamentava-se sobre a necessidade de difusão da cultura da cidade. O debate ideológico componente dessa operação espalhou-se pouco a pouco pela Europa e, em particular na França (INGALLINA, 2003, pp 75-97).

A experiência do Projeto Urbano, como alternativa ao urbanismo do plano de massa começa dentro da cidade existente, que lhe impõe uma série de condicionantes em função do seu contexto, como a compreensão de sua complexidade, dos fenômenos morfológicos e de sua relação com a história da formação do sítio. Esta experiência é, mais tarde, transladada para novas urbanizações. O Projeto Urbano se caracteriza assim pela primazia pelos espaços livres públicos, o respeito ao traçado existente, parcelamento do solo de acordo com os diversos tipos a serem edificados e pelo desenho das fachadas e disposição das tipologias em relação à área (PANERAI e MANGIN, 1999, pp 13-27, trad. a autora).

Segundo Mangin e Panerai, as bases do Projeto Urbano foram definidas num contexto de trocas e de relações internacionais, sobre três pilares principais. De um lado, as experiências Italianas que trouxeram a redescoberta da forma da cidade e da importância de se considerar a sua história nas ações de planejamento. De outro, a partir do esforço de professores e de teóricos, dentro das escolas de arquitetura de vários países da Europa, na reconstrução da disciplina de arquitetura, de forma a se inverter a tendência de pensar a cidade a partir do construído e suprir a lacuna dos ensinamentos de urbanismo sobre os aspectos morfológicos. O terceiro pilar diz respeito à teoria de intervenção sobre a cidade desenvolvida na Espanha e concretizada através de planos e projetos de renovação urbana de Barcelona. Esta experiência colocou à frente o ordenamento do espaço livre público e a

importância do recorte parcelar na definição dos tipos a serem construídos (MANGIN e PANERAI, 1999, pp 13-19).

Atualmente, a expressão Projeto Urbano é bastante empregada pelos atores do planejamento e do urbanismo na França, em substituição à noção de plano. Na década de oitenta, a inclusão do Planejamento Estratégico como ferramenta na administração da cidade renovou as atividades de planejamento e o Projeto Urbano passou a ocupar um lugar central na gestão da urbe. Esta metodologia representava um esforço para que as cidades se tornassem mais atraentes frente a empresas em vias de implantação no seu território (INGALLINA, 2003, pp 3-5). Sendo este assunto aprofundado no tópico a seguir.

2.3.1 As dimensões atuais do projeto urbano

A partir da década de oitenta, com o uso do planejamento estratégico, a expressão Projeto Urbano começa a ser utilizada indiscriminadamente pelos prefeitos, e por gestores de *city marketing*, como afirmação de uma estratégia política. Por outro lado, passa a ser apropriada pelos arquitetos, que reivindicam seu domínio, sendo criticados por o considerarem essencialmente no seu aspecto formal. O conceito de Projeto Urbano também começa a ser discutido por pesquisadores das ciências sociais e outros intelectuais, que evidenciam o seu caráter mais vasto que contempla mais que a dimensão espacial. (INGALLINA, 2003, pp 7-9).

A discussão atual do Projeto Urbano gira em torno desses aspectos: as dimensões política, econômica e a arquitetônica/ urbanística, neste processo de abordagem da cidade. Esta pesquisa se concentrará em discutir a dimensão arquitetônica/ urbanística e sua contribuição na formação da cidade, analisando as relações entre o espaço livre público e o espaço edificado.

As dimensões arquitetônica e urbanística do Projeto Urbano foram primeiramente relacionadas a um momento inicial onde este era matéria da competência única dos arquitetos, os quais lhe atribuíam a dimensão espacial como ferramenta de organização da forma urbana, pela imposição de regras de ordenação espaciais bem definidas. Elas dizem respeito às escolhas espaciais que abordam desde a organização da trama estrutural, dos espaços públicos, da edificação e destas em relação à paisagem da cidade existente. No momento atual, ele é visto como um procedimento que envolve uma multiplicidade de atores, bem como aspectos espaciais, artísticos, sociais e de gestão igualmente importantes (INGALLINA, 2003, pp 12-19).

É neste contexto que Christian Devilliers (in INGALLINA, 2003, pp 7-9) coloca os princípios sobre os quais o Projeto Urbano deve ser concebido, dos quais se pode extrair que um Projeto Urbano deve: acompanhar o processo de transformação urbana; reunir as competências múltiplas, pois ele se aplica à uma realidade complexa, onde formas materiais e sociais se relacionam, devendo ser consideradas; incluir o debate e a troca com a população; utilizar uma multiplicidade de técnicas, cujo controle é delegado a um campo de conhecimento único agregando, conforme o caso, outras competências específicas e necessárias.

2.3.2 O Espaço Livre Público no Projeto Urbano

A redescoberta da forma da cidade e da importância da consideração da sua história pelos italianos, colocou à frente o espaço livre público, o traçado e o parcelamento como bases do projeto urbano, ressaltando o caráter de permanência dos espaços livres públicos (INGALLINA, 2003, pp 12-19). Esta não foi, no entanto, a primeira vez que se colocava esta questão frente às novas formas de tratamento da cidade.

No século XIX, Camillo Sitte recorria às cidades antigas, às praças e aos conjuntos edificados, para recuperar as regras de composição dos espaços urbanos. Para este autor, a construção urbana não deveria ser apenas uma questão técnica, sua composição deveria ser igualmente definida por princípios artísticos. Ele criticava abertamente a urbanização da cidade moderna e sua relação com os espaços livres públicos. Para o mesmo autor, no urbanismo moderno as praças não teriam apenas o propósito de “garantir maior circulação de ar e luz, provocar certa interrupção na monotonia do oceano de construções e (...) garantir uma visão mais ampla sobre o edifício monumental” (SITTE, 1992, p.35). Na cidade antiga, as praças eram valorizadas como palco principal, lugar de destaque na vida pública, sendo concebidas como obras arquitetônicas. A Praça e as fachadas dos edifícios ao seu redor eram os componentes harmônicos de um só espaço.

Para esta concepção, necessita-se de um saber específico sobre a cidade: conhecer seus processos de transformação, as leis que regem suas formas, as análises a realizar e as ferramentas conceituais para estabelecer uma articulação entre as suas diferentes escalas. No âmbito deste foco, o Projeto Urbano deve valorizar, particularmente, o espaço livre público que constitui a ligação, tanto com a história, enquanto elemento de maior permanência na cidade, quanto entre os diversos espaços que lhe oferecem significado. “Neste sentido, o projeto urbano reconstitui a globalidade da cidade para a reconstrução de um discurso do qual os espaços livres públicos têm o fio condutor (continuidade)” (INGALLINA, 2003, p 90).

Dessa compreensão, sobressaíram algumas noções que, mais tarde, viriam a influenciar os referenciais sobre os quais se apóiam os Projetos Urbanos: a importância do espaço livre público como estruturador do tecido e seu caráter de permanência; o parcelamento como base da edificação e como suporte das práticas; a importância do conhecimento de estados anteriores para compreender a situação atual; o papel do estudo da tipologia para uma visão de conjunto (PANERAI, DEPAULE E DEMORGON, 2001, p. 66-73).

Entre as noções adquiridas com as experiências que fundamentaram o conceito do Projeto Urbano, a principal concerne ao espaço livre público. Essa importância se dá pelo caráter de permanência do espaço livre público, não interessando unicamente o enfoque paisagístico desse local. Para Panerai (1994, p 79), um sistema de espaços livres públicos deveria ser a origem e base fundamental do Projeto Urbano, “a partir do qual os investidores e construtores se determinariam” (PANERAI, 1994, p 79), e no qual o construído seria também definidor do tecido urbano. O Projeto Urbano envolve regras mínimas que relacionem o espaço livre público com o espaço edificado, integrando-os por meio de relações de escala de proporção, de fluidez e de equilíbrio, que valorizem o caráter da paisagem.

Para Panerai os espaços livres públicos se opõem ao caráter facilmente mutável dos edifícios, fato este que seria suficiente para reflexões que considerassem, no caso de tecidos

Essas colocações ajudaram na compreensão da problemática abordada e a partir do capítulo seguinte, será analisado o objeto empírico desta pesquisa: o conjunto da Praça Fleming. Para tanto, primeiramente se apresentará a evolução urbana do bairro da Jaqueira, onde se situa. Uma vez, contextualizado, apresentaremos o estudo do primeiro recorte temporal abordado, referente à concepção original do projeto, relacionando-o com a legislação urbanística em vigor por esta representar a concepção de cidade de então. Ao que se seguirá a análise das relações morfológicas estabelecidas entre espaço livre público e espaço edificado, segundo as categorias apresentadas e dentro da metodologia explanada no capítulo anterior.

CAPÍTULO III

O CASO DA PRAÇA FLEMING

da Praça Fleming. Este fragmento urbano, composto pela praça e as edificações do seu entorno imediato, foi escolhido não só por ter sofrido uma transformação quase total no espaço edificado ao seu redor, mediante a substituição da tipologia das edificações, mas também por seu projeto resgatar o espaço público como determinante da concepção projetual a partir do qual se organiza o edificado. Ele foi analisado, de forma comparativa, em dois momentos – em 1954, quando da implantação do Loteamento Lar Brasileiro e em 2003, no início desta pesquisa, conforme será apresentado nos Capítulos 4 e 5.

Parte-se da hipótese que na década de cinquenta, no momento da implantação do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, as idéias estavam no lugar, ou seja, havia determinadas relações morfológicas que integravam o espaço público e o espaço edificado como um todo



Figura 04: Desenho do problema

equilibrado (fig. 04). As concepções conceituais aplicadas nesse projeto podiam ser identificadas com os princípios básicos do Projeto Urbano, vistos no Capítulo 2, considerando-se que nele o edificado se estruturava a partir do espaço público. Existia, então, a primazia dos espaços públicos, o respeito ao traçado existente e seu recorte parcelar correspondia à tipologia edilícia construída (PANERAI, 1994 p.79; MANGIN & PANERAI, 1999, p.15)

Observa-se um recorte de tecido urbano reduzido – o espaço livre público, a parcela e o tipo arquitetônico – cuja formação, no tempo, representa um fato urbano igualmente sujeito às relações culturais, espaciais, econômicas e sociais que também se modificaram. Uma vez considerado à luz da teoria do Projeto Urbano, para efeito de análise desta pesquisa, foi recortado apenas em sua estrutura morfológica e estudado a partir das categorias de escala, de proporção e de continuidade visual. Acredita-se que esse recorte permite captar a relação entre o construído e o espaço livre público. A partir desta estrutura, foi definida a metodologia para a construção do conhecimento sobre as relações entre o espaço livre público e o espaço edificado, bem como as etapas que foram seguidas e que serão aprofundadas neste trabalho.

3.2 DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA

Para a compreensão das mudanças na relação entre o espaço livre público e o espaço edificado no conjunto urbano formado pela Praça Fleming e as edificações do seu entorno imediato, empreendeu-se, primeiramente, uma revisão bibliográfica que substanciasse o referencial teórico e oferecesse ferramentas para a apreensão do objeto de estudo.

Para compreender a área de estudo aprofundou-se nos conceitos referentes ao conjunto de objetos urbanos tratados nesta pesquisa. A partir do qual se mergulhou no referencial teórico, considerando-se que a concepção projetual do conjunto urbano da Praça

Fleming levava em conta o espaço público como determinante das diretrizes da forma urbana, a partir do qual se ordenaria o construído. Estes princípios estariam de acordo com a raiz do Projeto Urbano, que tem a recuperação da importância do espaço público para a cidade como chave para resgate da qualidade urbana (PANERAI 1994, pp. 79-82). Sendo esta também uma das questões apresentadas na problemática na qual se insere esta pesquisa. O referencial teórico sobre Projeto Urbano forneceu a oportunidade de se trabalhar com parte dos autores estudados também para a metodologia de apreensão e análise do objeto escolhido. O modo de aproximação escolhido para apreensão e compreensão do espaço livre público e sua relação com o espaço edificado apóia-se, principalmente, nas reflexões metodológicas do livro “Analyse Urbaine” de Panerai, Depaule e Demorgon (1999), que apresentam um método com elementos da abordagem histórica e geográfica, da cartografia, da leitura da paisagem, da análise arquitetural e da observação, tanto construtiva quanto dos modos de vida, sendo eminentemente analítico descritivo. Estes autores, por sua vez, tomam por base outros autores já consagrados – como Kevin Lynch, Gordon Cullen, Saverio Muratori e Carlo Aymonino – cujas abordagens da cidade vão da escala do território ao tipo arquitetônico, passando pela prática do espaço urbano. Dessa maneira, foi possível a compreensão do objeto de estudo, seu processo de formação e evolução, bem como a análise focada na escala arquitetônica.

Referenciada pelos autores citados, esta pesquisa tem como especificidade o método morfotipológico, que se faz acompanhar de análises da forma dos elementos, da estrutura urbana e dos seus processos de crescimento, oferecendo uma atenção particular às modificações que afetam a cidade no tempo e no espaço, capturando suas rupturas que são a origem da formação da cidade contemporânea (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p. 119). Este método foi a principal ferramenta utilizada na análise comparativa entre os recortes temporais adotados. A área objeto foi apreendida ao mesmo tempo dentro da cidade, pois

assim se pretendia compreendê-la em relação ao seu processo de crescimento e dentro de um conjunto de disposições locais.

As noções de morfologia e tipologia foram re-introduzidas na década de 1950, a partir dos estudos italianos realizados em Veneza e encabeçados por Saverio Muratori. O tipo aqui é tomado não como a figura a se imitar, mas como meio concreto de reprodução, como o exemplar que representa um gênero, muito embora se tenha a consciência que explicitamente ou não, os tipos funcionam como uma proposição para reprodução. Esta maneira de encarar o tipo tenta perceber a lógica do projeto e explicitar os mecanismos de sua concepção (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p.105).

Na metodologia adotada, a primeira aproximação do objeto de estudo foi realizada na escala do território que recai, sobre a escala do bairro da Jaqueira. Esta escala de aproximação forneceu uma maneira de decodificar este espaço através da captura da morfologia do conjunto, da qual sobressaem seus componentes principais. Neste caso, a escala da parcela interessa somente na contribuição para definir a morfologia do bairro como um todo, a partir da proporção de elementos construídos.

A partir dessa primeira aproximação, recorreu-se à observação da Praça e seu entorno para apreender os processos históricos da formação e evolução do tecido urbano (ocupação do solo, malha urbana, espaço urbano ou edificado) bem como das dinâmicas recentes de transformações da área de estudo, suas tendências de evolução e os valores urbanos subjacentes. Isto se fez necessário devido à pequena área do bairro da Jaqueira e a similaridades que ele mantém com os bairros do entorno.

Entender a área a partir do seu crescimento⁸ permitiu a construção de uma imagem global - que relaciona as linhas

A análise da área foi realizada por observação direta, acompanhada de registro fotográfico, com a finalidade de identificar os elementos constituintes da paisagem. E perceber a área no contexto do bairro, os acessos, as relações e a influência visual relacionada com o entorno, a fim de confirmar os limites do recorte estabelecido. Também foram estudadas as características ambientais e o traçado viário, dentre outros aspectos que caracterizam a área, observando-se a relação entre esses elementos e como eles traduzem os processos de formação e transformação urbana. Neste estudo, os dados de campos diversos, como os da sociologia e da economia, foram abordados de modo a auxiliar a compreensão da forma urbana, mas não do objeto central do estudo.

Inicialmente, percorreu-se a área com o objetivo de compreender a estrutura geral e as características mais relevantes. Os percursos foram organizados de modo a se observarem os espaços livre, público e privado, bem como o espaço edificado e as relações entre eles. Além disso, suas configurações, a expansão em três dimensões e a tipologia.

A escala seguinte da análise foi a do tecido urbano, aqui entendido como aquele que introduz “a continuidade e a renovação, a permanência e a variação”, que considera tanto a constituição antiga da cidade como as urbanizações recentes (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p.75). Uma vez determinada esta escala de abordagem e a visão local, abandonou-se, para efeito metodológico, a organização do conjunto urbano e sua estrutura.

Dessa forma, a análise da área identificou os elementos constitutivos do tecido urbano, como os espaços livres públicos, o parcelamento e as edificações, para os dois recortes de tempo adotados. Para recompor o espaço da praça no período compreendido entre a década de cinquenta e o início da década de oitenta, época da qual datam os primeiros edifícios construídos no entorno da praça, ou ainda, antes da intervenção de Borsoi, foi necessário uma iconografia complementar às cartas e ortofotocartas anteriormente citadas,

como fotos ou gravuras, que oferecessem informações do conjunto apreendido em sua ambiência espacial. Devido à dificuldade de obtenção de gravuras ou fotografias, por se tratar de uma área exclusivamente residencial, recorreu-se a acervos particulares de antigos moradores, a partir dos quais se obteve a iconografia apresentada. A forma espacial do conjunto da Praça Fleming e das edificações do entorno, na década de cinquenta, foi recomposta por fotografias da década de oitenta e pelas plantas de elevação e cortes do projeto original, copiado junto à Diretoria de Controle Urbanístico – Dircon. Para a análise do momento atual, o procedimento também foi a observação direta, acompanhada de registro fotográfico, em que se tentou reproduzir os mesmos ângulos das imagens mais antigas, adquiridas na etapa anterior.

No que concerne ao espaço público, o foco central de análise recaiu sobre duas escalas: a do espaço livre público como um sistema local, que organiza o tecido urbano e como um espaço específico, suscetível de ser apreciado e analisado segundo categorias arquitetônicas.

Como um sistema local que organiza o tecido urbano, a análise foi iniciada pelo reconhecimento das vias locais, sua hierarquia e o papel que ocupam no sistema viário urbano, ao longo da história. O material cartográfico utilizado permitiu o conhecimento de sua inscrição no território da cidade.

Como um espaço específico (espaço livre público), ele foi apreendido através de sua forma, da configuração e desenho na malha urbana, do mobiliário urbano, dos revestimentos utilizados e da vegetação. Esta análise foi realizada com base na planta baixa da praça, coletada junto à Empresa de Limpeza Urbana e por observação direta (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p. 83).

Na escala local do espaço urbano, o tipo é apreendido como a parcela construída: o conjunto que reúne a edificação e os espaços livres privados, caracterizados por sua relação com o espaço livre público. O nível do agrupamento de parcelas revela a organização elementar do tecido urbano, seu período de formação e o papel estruturador dos espaços livres públicos (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p. 118). A relação entre o espaço livre público e a parcela fundamenta a existência do tecido urbano, da estrutura e do construído. O parcelamento é o negativo do espaço livre público e é o domínio do construído, que não se limita somente ao edifício em si, mas ao terreno livre, aos jardins e aos pátios privados (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p. 85).

A observação no local possibilitou a identificação das dimensões das parcelas, não apenas como superfícies abstratas de uma cartografia, mas como terrenos ocupados por volumes tridimensionais apreendidos em função das morfologias, das aberturas, da altura ou da largura do construído sobre a rua e da sua implantação no lote. A partir desta abordagem, foram identificadas as diferentes tipologias de parcela existentes na área, cuja evolução histórica já havia sido referida na análise do seu crescimento.

Através da análise tipológica, chegou-se ao reconhecimento da articulação lógica entre os tipos, a partir da qual os objetos deixam de ser observados isoladamente e são reconhecidos em conjunto. Esta ação atitude coloca em evidência que a elaboração do construído se apóia sobre uma estrutura mais profunda (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p. 109).

A tipologia foi apreendida por meio de observação sistemática e classificação, em um nível mais abstrato, segundo sua forma ou volumetria, nos dois recortes temporais da análise, não sendo levados em conta detalhes decorativos ou estilísticos. Também foram utilizadas plantas de unibase, que evidenciam os limites de propriedade e informações sobre a

implantação das construções, plantas, cortes e fachadas das edificações.

Para a análise de ambos os recortes de tempo, foram consultadas e copiadas ou fotografadas, junto à Dircon, as plantas originais do Loteamento Lar Brasileiro e o conjunto de plantas das casas projetadas por Borsoi, o que permitiu a atualização e a retroação da planta de unibase em formato digital.

3.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Nesta etapa do trabalho, além das reflexões apresentadas por Panerai, Depaule e Demorgon para a análise urbana, foram utilizadas contribuições de outros autores como Francis Ching, Y. Ashinara e Camillo Sitte, entre outros, principalmente a metodologia para análise e concepção de espaços exteriores, oferecida por Y. Ashihara em seu livro “El diseño de espacios exteriores” (ASHIHARA, 1982). Este autor apresenta considerações sobre propriedades da morfologia e do tratamento do espaço exterior que influenciam no modo como interage com o observador, entre elas, as de escala, proporção e continuidade visual, eleitas como categorias da análise morfológica, que aparecem como definidas por Francis Ching (1999). Recorreu-se a estes autores por nos oferecerem ferramentas complementares para compreensão das relações estabelecidas entre o espaço livre público e o espaço edificado na escala arquitetônica. A metodologia construída a partir destes autores será aprofundada adiante.

3.3.1 Escala

Segundo Ching (1999), Escala pode ser compreendida como o tamanho de algo comparado a um padrão de referência, enquanto Proporção é definida como a relação apropriada entre partes e estas com o todo – ambas relacionadas à dimensão espacial. Para a

categoria Continuidade Visual, o entendimento seriam as relações visuais entre espaços adjacentes - relacionadas à delimitação do espaço (CHING, 1999, pp 81- 94).

Escala, refere-se, portanto, a uma proporção fixa utilizada para determinar medidas e dimensões ou, ainda, à maneira como percebemos ou julgamos o tamanho de algo em comparação a outro referencial (CHING, 1999, pp 81-94). Ao lidar com a questão de Escala, estaremos sempre comparando dois objetos. A Escala visual refere-se não às dimensões reais de um objeto, mas sim à sua relação com o contexto. Segundo ASHIHARA, o espaço é formado por meio de um conjunto de relações que vinculam um objeto com o ser humano que o percebe (ASHIHARA, 1982, p. 10). Assim sendo, esta categoria tem como parâmetro a escala humana.

Para esta análise, foi utilizado o conjunto de ferramentas sugeridas por Ashihara, uma vez que se necessita avaliar qualitativamente a relação entre espaços. Os parâmetros de avaliação serão colocados em função do campo de visão e da equação formada pela distância do observador em relação à altura do objeto observado. Considera-se que o olho humano tem normalmente um campo de visão em torno de 60°, cujo foco se reduz a apenas 1°. Uma vez que se mira diretamente à frente, dois terços deste campo, aproximadamente 40°, situam-se acima da linha de foco e um terço, abaixo desta linha (Figura 05). Tendo isto em vista, pode-se dizer que um observador verá a totalidade de um edifício, segundo um ângulo de 27°, quando a distância que separa o edifício do observador for o dobro da altura do edifício ($D/H=2$) (Märtens, in ASHIHARA, 1982, p.42). Uma vez determinado o comportamento do observador, tratar-se-á das relações entre a altura dos edifícios e as separações das edificações vizinhas.

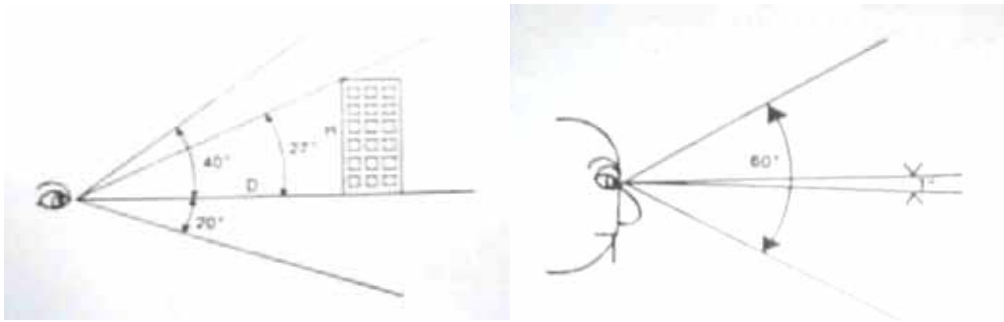


Figura 05: Esquema ilustrativo do ângulo de visão. **Fonte:** Ashihara, 1981

O parâmetro de análise adotado parte de $D/H=1$ como ponto de equilíbrio da proporção entre as distâncias dos edifícios. Se D/H for maior do que 1, a separação dos edifícios tende a parecer maior, e caso esta proporção aumente acima de 4, as inter-relações entre os edifícios tendem a desaparecer, reforçando. Ao contrário, se D/H for menor que 1, a área entre dois edifícios tende a parecer menor e se reforça a inter-relação entre os edifícios, conferindo-lhes um caráter de fechamento. A impressão de confinamento aumentará conforme diminui a relação D/H . Quando D/H é inferior à unidade, a forma dos edifícios, a textura de seus muros, a dimensão e a localização das aberturas e o ângulo de incidência dos raios solares passam a ser aspectos de máxima relevância.

3.3.2 Proporção

Proporção diz respeito a um conjunto ordenado de relações matemáticas entre as dimensões de uma forma ou espaço (CHING, 1999, pp 81-94). Ao se analisar a proporção entre o espaço livre público e o espaço edificado, trabalha-se com a razão entre as dimensões do espaço livre público – que, em relação ao edificado, comporta-se enquanto plano horizontal⁹ – e em relação às do volume representante do edificado, aqui influenciando a sua posição em relação ao lote.

⁹ Para esta categoria, o espaço livre público é considerado como plano horizontal enquanto comparado c/ o edificado, se a comparação é realizada entre ele e seus elementos componentes (árvores, mobiliário) ele passa a ser considerado por si, como espaço arquitetônico detentor de outras relações.

Segundo a teoria de Camillo Sitte, no que se refere ao tamanho das praças, essas devem possuir uma dimensão mínima igual à altura da construção de maior relevância no seu entorno imediato e uma dimensão máxima que não deve exceder a esta altura para que se mantenha a proporção entre estes objetos (SITTE, 1992, p.58-60). Ao aplicar estes conceitos às fórmulas anteriores, a largura de uma praça é expressa por $1 \leq D/H \leq 2$.

Segundo ASHIHARA, se a relação D/H é menor que 1, o espaço exterior não se configura como uma praça, assemelhando-se a outro tipo de espaço livre público onde a interação com o edificado seja mais forte. Quando D/H é maior que 2, as forças circundantes que criam a sensação de unidade, diminuem. O espaço exterior resulta equilibrado e proporcional quando a proporção D/H está entre 1 e 2, assim como o ilustrado pelo gráfico abaixo (ASHIHARA, 1982, p.44).

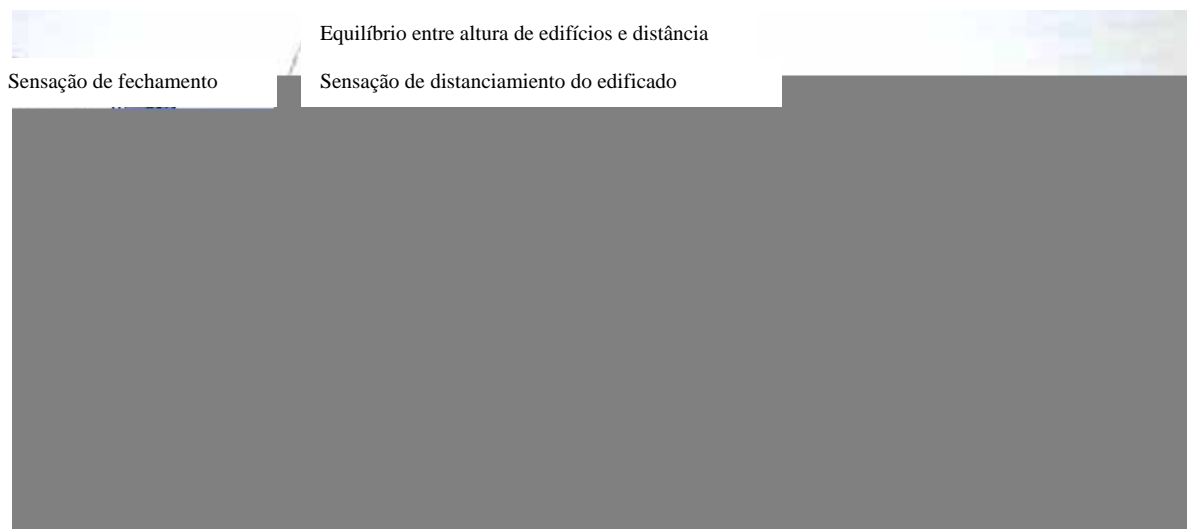


Figura 06: esquema ilustrativo da relação de proporção. **Fonte:** Ashihara, 1981.

3.3.3 Continuidade Visual

A Continuidade Visual foi estudada em relação ao volume da edificação ou aos planos verticais de vedação (ou abertura) dos edifícios circundantes à praça, representados por

muros, paredes, portões ou janelas. Nesta categoria, estarão sendo analisados os graus de delimitação entre o espaço livre público e o espaço edificado, a partir da altura dos planos representados pelas fachadas e em relação à escala humana; grau de abertura e vedação nos planos de interface entre espaços e espaçamento entre os volumes construídos.

Considerando o construído como volume, este é composto por planos verticais de fechamento, que se comportam como paredes para o espaço exterior. Um espaço com continuidade visual elevada seria aquele em que os marcos de vedação possuem bom espaçamento entre os volumes, grandes aberturas, ou ainda, onde a altura dos planos de vedação permite uma interação visual entre dois espaços. De modo contrário, marcos de vedação cujos volumes têm uma morfologia mais maciça comportam-se como elementos autônomos. Por não permitirem a continuidade visual entre os espaços, estes se comportam como fundo, formando parte da paisagem sem se integrar a ela.

Quando um plano de vedação ultrapassa a altura de um homem, interrompendo a continuidade visual, a sensação de fechamento é completa. Elementos de vedação com altura superior à do homem possuem uma força envolvente e as aberturas passam a ter um papel relevante. Aqui também se pode aplicar a relação altura/distância de um edifício: $D/H \geq 1$, em que H é a altura da parede e D é a largura da abertura vertical. (ASHIHARA, 1982, p. 79-82).

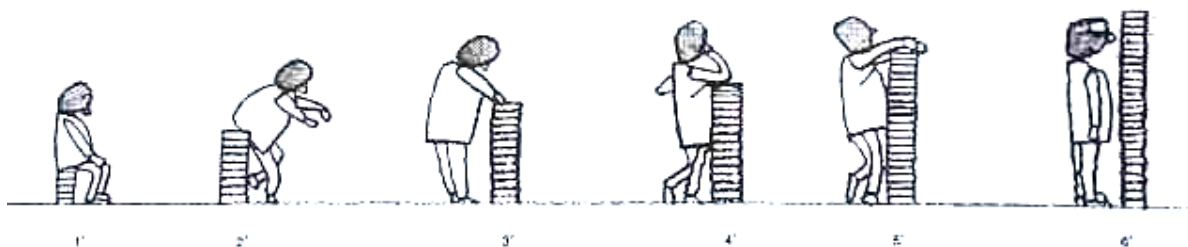


Figura 07: esquema ilustrativo da relação de continuidade visual. **Fonte:** Ashihara, 1981.

3.4 ENTREVISTAS

Nesta pesquisa, as entrevistas foram utilizadas como meio de obter informações complementares que auxiliassem na compreensão da área de estudo nos recortes de tempo abordados, bem como na comparação entre os dois períodos.

Para recompor o cenário da Praça Fleming, entre as décadas de cinquenta e início de oitenta, período em que a maioria dos edifícios ainda não estava construída, recorreu-se a quatro antigos moradores, residentes na área ou não, entrevistados entre novembro de 2003 e janeiro de 2004 e ao autor do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, o arquiteto Acácio Gil Borsoi, entrevistado em maio de 2003. As entrevistas foram realizadas de forma semi-estruturada, nas quais os entrevistados foram solicitados a descrever a praça, seus elementos componentes, as casas e o relacionamento dos moradores com o espaço livre público, a morfologia do local e sua topografia antes da intervenção de Borsoi. Os dados recolhidos foram fundamentais para a composição do tópico referente à história recente da área de estudo.

Uma vez relatados os passos dados para a obtenção do conhecimento necessário para realizar a análise proposta nesta pesquisa, passaremos ao seu conteúdo propriamente dito. Os dois capítulos seguintes respondem pela a análise do objeto de estudo nos recortes temporais escolhidos, onde veremos aplicada a metodologia que aqui foi apresentada.

CAPÍTULO IV

AS IDÉIAS ESTÃO NO LUGAR

CAPÍTULO IV AS IDÉIAS ESTAVAM NO LUGAR

Neste Capítulo, trata-se do conjunto urbano formado pela Praça Fleming e edificações do entorno imediato, no primeiro recorte temporal analisado - década de cinquenta, ou seja, a sua feição morfológica tal como idealizada e implantada conforme o projeto original. Para tanto, de acordo com a metodologia de análise adotada, será apresentado, primeiramente, o processo de formação da área, bem como as estruturas urbanas que resistiram ao tempo. Tendo em vista o referencial teórico, segundo o qual as leis urbanísticas deveriam ser o reflexo da forma que se pretende dar à cidade (PANERAI, 1994, pp 79-80), para que se compreenda a concepção de cidade da época, a legislação urbanística então vigente também é apresentada. Assim, a primeira parte deste capítulo dedica-se à compreensão das circunstâncias que determinaram a concepção projetual do recorte urbano em estudo, como foi descrita por seu idealizador e aferida por meio do material documental e iconográfico levantado.

Uma vez compreendida a forma urbana de então, este capítulo segue com o objetivo desta pesquisa propriamente dito: inicia-se pelo estudo das relações morfológicas entre o espaço livre público e o espaço edificado, mediante a análise dos objetos urbanos, com base nas categorias morfológicas de escala, proporção e continuidade visual.

4.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO DA JAQUEIRA E ENTORNO

Os bairros das Graças, do Espinheiro, dos Aflitos, da Tamarineira, de Parnamirim, de Casa Forte e da Jaqueira – pertencentes à Região Político-administrativa 3, possuem características morfológicas e sócio-culturais comuns. A evolução urbana dessa área, no que concerne à ocupação dos seus arrabaldes, remete à história da formação da cidade do Recife, A história destes bairros está relacionada aos grandes engenhos situados na várzea do Rio Capibaribe – cujos nomes ainda permanecem na toponímia de vários deles – e às várias batalhas travadas pela expulsão dos holandeses. Sua ocupação se deu a partir da divisão dos antigos engenhos em sítios que, paulatinamente, de casas de veraneio das elites transformaram-se em moradias permanentes. A investigação sobre o processo de formação e evolução da área, especificamente do Bairro da Jaqueira, auxiliou na compreensão das características morfológicas atuais, do processo de crescimento, das modificações fundiárias e tipológicas, bem como sobre a permanência de algumas estruturas, observadas através dos vários mapas consultados.

Até meados do século XVII, a ocupação urbana do Recife limitava-se ao núcleo central em volta do porto e aos bairros de Santo Antônio e São José, desenvolvidos durante a invasão holandesa. Com a expulsão dos holandeses, no século XVII, o Recife assistiu a um período de intenso desenvolvimento. Nesta época, seu núcleo urbano já começava a se estender pelo continente gerando o que hoje se configura como o bairro da Boa Vista (BALTAR, 2000, p.45). Do núcleo central, em disposição radial, partiam os caminhos que levavam aos engenhos por cima das estreitas faixas de terra divisoras de águas da planície de superfície descontínua e entrecortada de canais. Mais tarde, estes caminhos foram aperfeiçoados, dando suporte às estradas e ferrovias. Os povoados desta zona se formaram em função dos quadros domésticos dos engenhos ou estendendo-se ao longo dos caminhos de ligação com o centro (BALTAR, 2000, p.45). O Rio Capibaribe constituía então outra

importante via de ligação para o interior. Por ele, elemento ativo da paisagem urbana, era escoada a produção dos engenhos e realizado o transporte de outras mercadorias e de passageiros.

Já ao final do século XIX, na cartografia analisada, pode-se observar a pequena ocupação da área de estudo, a localidade conhecida como Cruz das Almas (fig. 7). As casas localizavam-se à margem da Rua Muniz Tavares, uma via que interligava o caminho que levava aos grandes engenhos de Apipucos e Dois Irmãos e ao centro de Casa Amarela.



Figura 08: Detalhe de mapa do Recife de 1846, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, ao conjunto da Praça Fleming e edificações do entorno. **Fonte:** Arquivo público Estadual. *Apud* Menezes, 1988.

As terras do atual bairro da Jaqueira faziam parte do sítio de Henrique Martins – mestre-de-campo e comandante de um terço auxiliar da Praça do Recife – que lá construiu em 1766 uma capela votiva em intenção à Nossa Senhora da Conceição. Posteriormente, a capela

teve seu nome mudado para Nossa Senhora da Conceição do Sítio das Jaqueiras, em função do grande número de árvores desta espécie existente no local que, ainda hoje, pode ser apreciada no Parque da Jaqueira (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.60).

A afluência de moradores para estas áreas foi motivada, no século XVIII, pela construção de pontes, a abertura de estradas carroçáveis e de novas ruas que facilitaram a ligação do interior com o centro urbano. Governos estaduais, como o de Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746) e Tomás José de Melo (1788-1801) foram pródigos em instalações urbanas, mas estas foram fases breves e sem continuidade. As obras consistiam em construções de aterros, abertura de praças na frente de mercados e calçamento de algumas vias, que decorriam do ritmo progressista natural do país (GUERRA, 1973, p.; BALTAR, 2000, p.45).

Uma destas estradas foi a já mencionada Ponte de Uchoa, originada do antigo caminho que partia do oeste da Boa Vista e levava em direção aos engenhos Casa Forte, Monteiro, Apipucos e Dois Irmãos (Figura 19). Em 1802 foram iniciadas as obras de alargamento e melhoria do primeiro trecho que partia dos Manguinhos, seguido por Ponte de Uchôa e finalmente, o trecho de Parnamirim, foi concluído em 1843 (Costa, 2001, p. 140-144).

A expansão do Recife seguiu em direção ao norte, para Olinda; a oeste, para Dois Irmãos e ao sul em direção a Afogados e Jiquiá. Esta ocupação foi incentivada pela instalação da companhia de bondes e pelo grande crescimento populacional do séc. XIX. O avanço dos meios de transporte, inicialmente com os bondes puxados a cavalo e depois elétricos, facilitava a comunicação entre o centro e os povoados. Aos poucos, as casas de veraneio da

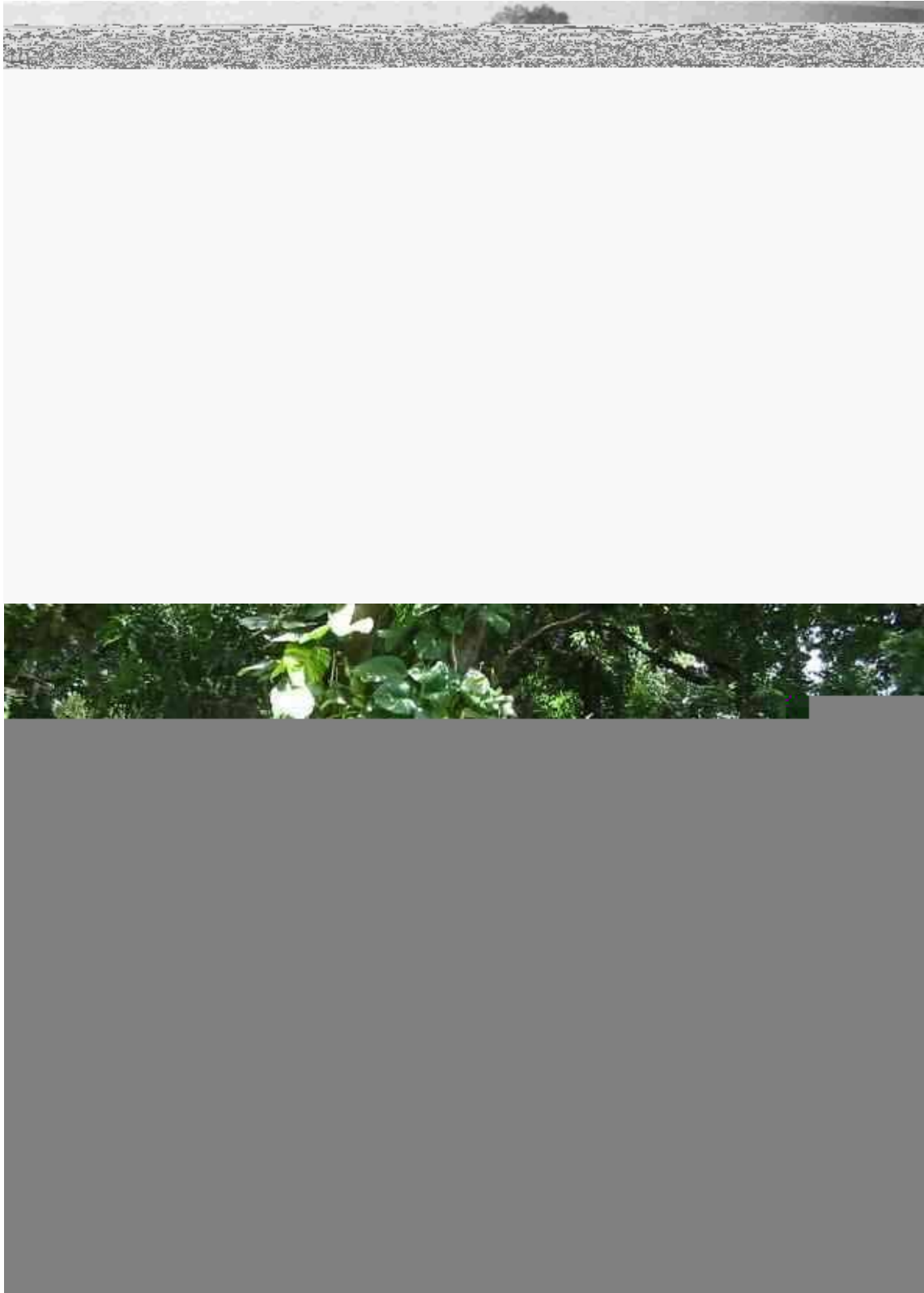


Figura 09: Cromolitografia da Jaqueira em 1846, ilustrando um sítio, onde se pode ver a flora exuberante. **Autor:** L. Kraus, 1878-85 **Fonte:** Arquivo público Estadual, *apud* Menezes, 1988. **Foto 04:** A mesma flora ainda pode ser encontrada em um terreno remanescente dos grandes sítios. Autora: Luziana Medeiros, 2003.

classe alta recifense consolidavam-se como de moradia definitiva. Já no século XIX, a área que corresponde hoje ao bairro da Jaqueira e seus arredores, agregava grandes mansões da aristocracia e de ricos comerciantes, de famílias locais e estrangeiras. Ainda assim, no final daquele século, para este bairro foi transferida a Casa dos Expostos, dentro das estratégias higienistas que buscavam “curar” o núcleo urbano, (OUTTES, 1997, p. 38 e 39).



Figura 10: Cromolitografia do Cais da ponte de Uchoa. **Autor:** L. Kraus, 1878-85, *apud* Menezes, 1988. **Foto 05:** Aspecto do Cais da Ponte de Uchoa, visto hoje sob o mesmo ângulo. **Autora:** Luziana

Até então, a cidade mantinha um crescimento contínuo, por adições sucessivas de rotas e caminhos que ligavam o interior à cidade e tinham um papel de indutores desse desenvolvimento. Aos poucos, consolidava-se a morfologia da casa suburbana isolada no lote, que se manteve até meados do século XX, resultando num adensamento lento, ao longo das principais vias, que se juntava ao meio natural. Esse ritmo de crescimento foi contínuo até o ano de 1920, período em que se acelerou a urbanização do Recife e as áreas entre as artérias de ligação começaram a ser preenchidas por edificações (BALTAZAR, 2000, p.51-52).



Figura 11: Detalhe do mapa do Recife de 1915, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, ao conjunto da praça Fleming e edificações do entorno. **Fonte:** Arquivo público Estadual, *apud* Menezes, 1988. Biblioteca Pública Estadual.

Desde o início do século XX, o crescimento do Recife, o inchamento do centro urbano e a necessidade de identificá-la com uma cidade moderna, motivaram acirradas discussões, principalmente a partir da criação do Clube de Engenharia. Um dos temas mais recorrentes do debate era a necessidade de um plano que pensasse a cidade na sua totalidade e não mais a partir de intervenções pontuais. Estas discussões se arrastaram praticamente durante toda a primeira metade do século XX. Em paralelo, a cidade crescia em direção aos subúrbios, em função da migração das classes mais abastadas do centro do Recife, primeiramente, no sentido oeste e depois, já no final do primeiro quartel do século XX, ao sul (OUTTES, 1999, p.57-58; PONTUAL, 2000, p.90-96).

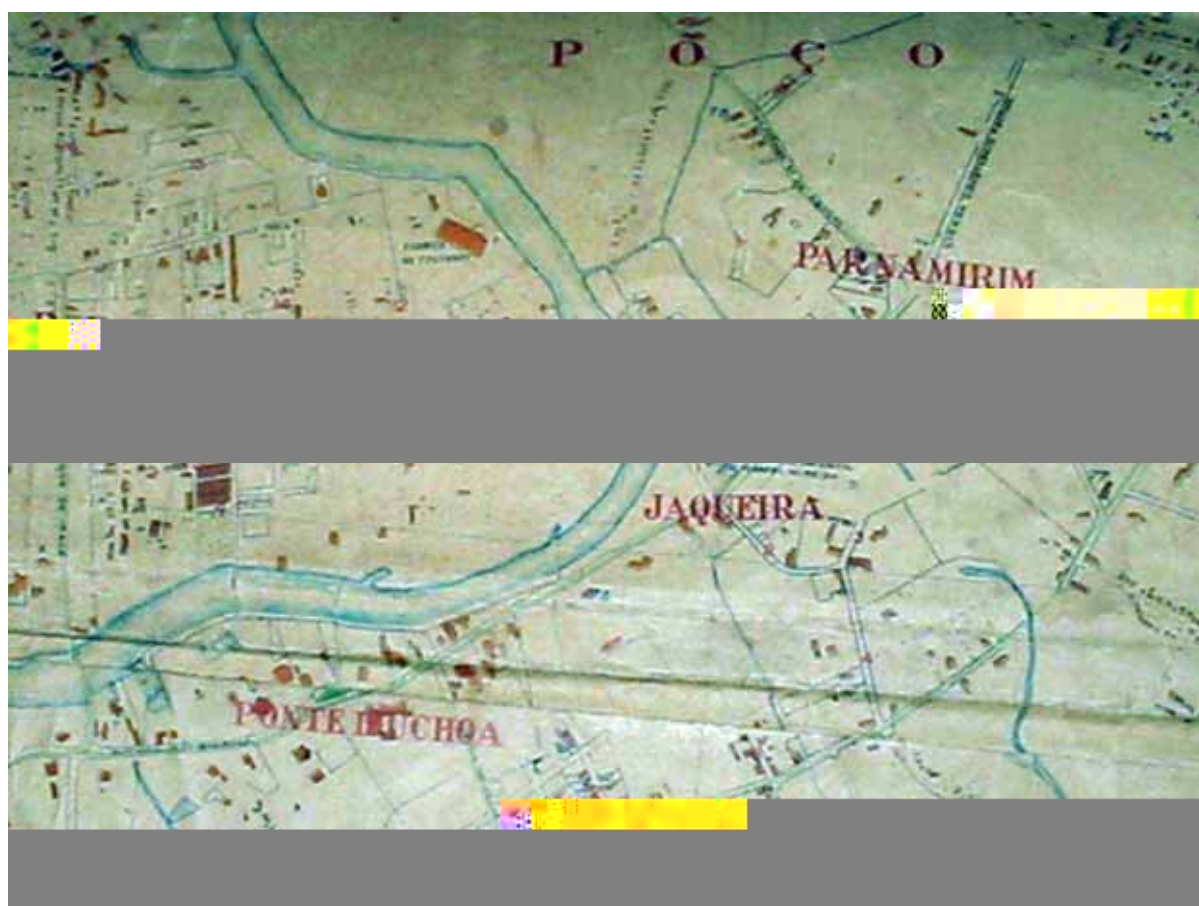


Figura 12: Detalhe do mapa do Recife de 1932, onde se pode ver a ocupação da área correspondente, hoje, ao conjunto da Praça Fleming e edificações do entorno. **Fonte:** Biblioteca Pública Estadual.

Em meados do século XX, a área entre as artérias radiais de tráfego seguiam sendo ocupados e o estoque imobiliário, formado pelos antigos sítios, já estava sendo utilizado para loteamentos, restando apenas alguns exemplares daquela tipologia (BALTAR, 2000, p.79-99).

O Recife deu um salto no seu crescimento populacional nas décadas de quarenta e cinquenta, dobrando a população. A mancha urbana, que tinha se espreado ao norte, na década de quarenta, se estende ao sul, na década seguinte, em aterros por sobre os baixios e os alagados (PONTUAL, 2001). Esta expansão urbana ocorreu sem critérios e provocou prejuízos ambientais e conseqüências climáticas ao devastar os conjuntos vegetais espontâneos e os antigos pomares, perdidos com o fracionamento dos antigos sítios (BALTAR 2000, p.80-90).

Os recortes dos mapas apresentados visam ilustrar a evolução urbana da área objeto de estudo. Através deles, pôde-se observar o ritmo de crescimento desta área até a década de cinquenta, quando se deu a implantação do loteamento Lar Brasileiro; bem como as linhas de força que influenciaram o direcionamento de seu crescimento ao longo das vias principais e a permanência de algumas estruturas urbanas. Dentre elas, o sítio natural representado pelo rio Capibaribe, o baixio alagável em que se localiza o conjunto da Praça Fleming e o traçado da atual Rua Muniz Tavares e da Avenida Rui Barbosa, que subjazem à atual malha urbana e sobressaem na análise visual.

O Rio Capibaribe e sua a forma característica neste trecho, foi o que favoreceu, ao longo dos séculos, a identificação do recorte urbano adotado na cartografia analisada. Ela sobreviveu às obras de retificação realizadas na segunda metade do século XX, com a finalidade de melhorar o fluxo das suas águas e minimizar os efeitos das constantes enchentes. A segunda estrutura urbana que demonstra a sua permanência, em relação à ou estabilidade das edificações é o sistema viário: a atual Avenida Rui Barbosa é, até hoje, um importante

eixo de ligação viária para esta área; enquanto a Rua Muniz Tavares - que fazia a ligação entre esta ocupação e o núcleo urbano de Casa Amarela, perdeu um pouco de sua função.

Até a década de cinquenta, a tipologia dos espaços públicos era representada quase unicamente por ruas e pelo cais da Ponte de Uchoa (ver Figura 09). A figura da praça não existia na tipologia de espaços públicos do recorte urbano analisado ou em seu entorno imediato. Introduzida a partir da implantação do projeto em questão, vem a somar uma possibilidade de uso até então inexistente nos espaços públicos observados, bem como se relacionar de modo distinto com as novas edificações.



1876



1915



1924



1932



1945



1949

Figura 13: Síntese da evolução urbana da área entre 1876 a 1949. **Fonte:** Arquivo Público Estadual (detalhes dos mapas de, 1876, 1906, 1915) , *apud* Menezes, 1988; Biblioteca Pública Estadual (detalhe dos mapas de 1932 e 1949).

4.2 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO ESTRUTURANDO O CONJUNTO URBANO: O LOTEAMENTO LAR BRASILEIRO E A PRAÇA FLEMING

Este item aborda o objeto de estudo no recorte temporal da década de cinquenta, com o objetivo de responder às seguintes indagações: como era a estrutura urbana da época, quais eram as características morfológicas do *locus* existente, a tipologia do parcelamento e a edificativa, e quais os princípios que nortearam a concepção do arquiteto para a execução do Projeto do Loteamento Lar Brasileiro.

Inicialmente, buscou-se compreender o contexto em que se deu a criação do conjunto urbano da Praça Fleming ou Loteamento Lar Brasileiro, de acordo com a concepção de Borsoi. A segunda parte deste item traz a aplicação da análise morfológica segundo as categorias – Escala, Proporção e Continuidade Visual, a estes recortes temporal e espacial, com as conclusões.

4.2.1 A História da Praça Fleming

A ocupação da área que deu origem ao conjunto da Praça Fleming ocorreu a partir da uma derivação do eixo principal de crescimento urbano, que seguia ao longo da Estrada de Ponte de Uchôa, na altura da curva mais acentuada do Rio Capibaribe. Deste ponto, partia uma via em ângulo na direção nordeste, no sent

semelhança de outras em seu contexto, foi primeiramente ocupada por pequenos sítios e posteriormente, por parcelas de caráter mais urbano.

A propriedade que deu origem ao conjunto urbano da Praça Fleming pertencia a Willian Boxwell, comerciante inglês ligado à exploração de algodão e cuja família residia no Recife desde a metade do século XIX, sendo a localidade onde se situava o sítio conhecida como Cruz das Almas (BOXWELL, 2004)¹⁰, conforme mencionado anteriormente. Esta toponímia aparece na assinatura da gravura em bico de pena de autoria do próprio Boxwell e na referência que fez Gilberto Freyre – no seu “Guia Sentimental da Cidade do Recife” – à propriedade vizinha, pertencente à família Lundgren (FREYRE, 1961). A casa pode ser observada em outra gravura (Figura 14), em bico de pena de Boxwell, que retrata a mansão de sua propriedade mais ao alto e ao fundo.



Figura 14: Gravura a bico de pena retratando a casa da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918. **Fonte:** Acervo particular de Heloísa Boxwell.

A primeira casa desta família situava-se no número 2078 da Avenida Rui Barbosa, antiga estrada de Ponte de Uchôa, às margens do Rio Capibaribe. A área posterior da casa era

¹⁰ Heloísa Boxwell, casada com Willian Boxwell, concedeu esta entrevista em novembro de 2003.

reservada para o lazer ao ar livre, onde existia inclusive uma quadra de tênis (Figura 15). O terreno era um baixio alagável, cortado por um riacho, possuía uma flora exuberante e contava com inúmeras árvores frutíferas, como se pode observar na Foto 06 e na Figura 15. No início do século XX, foi construída a casa que aparece nas gravuras aqui apresentadas, e em um terreno posterior, à margem da estrada de Cruz das Almas. Quanto ao espaço livre do terreno, na área mais próxima à casa o jardim seguia o gosto do paisagismo inglês, enquanto no restante da área a flora nativa foi mantida em grande parte (BOXWELL, 2003).

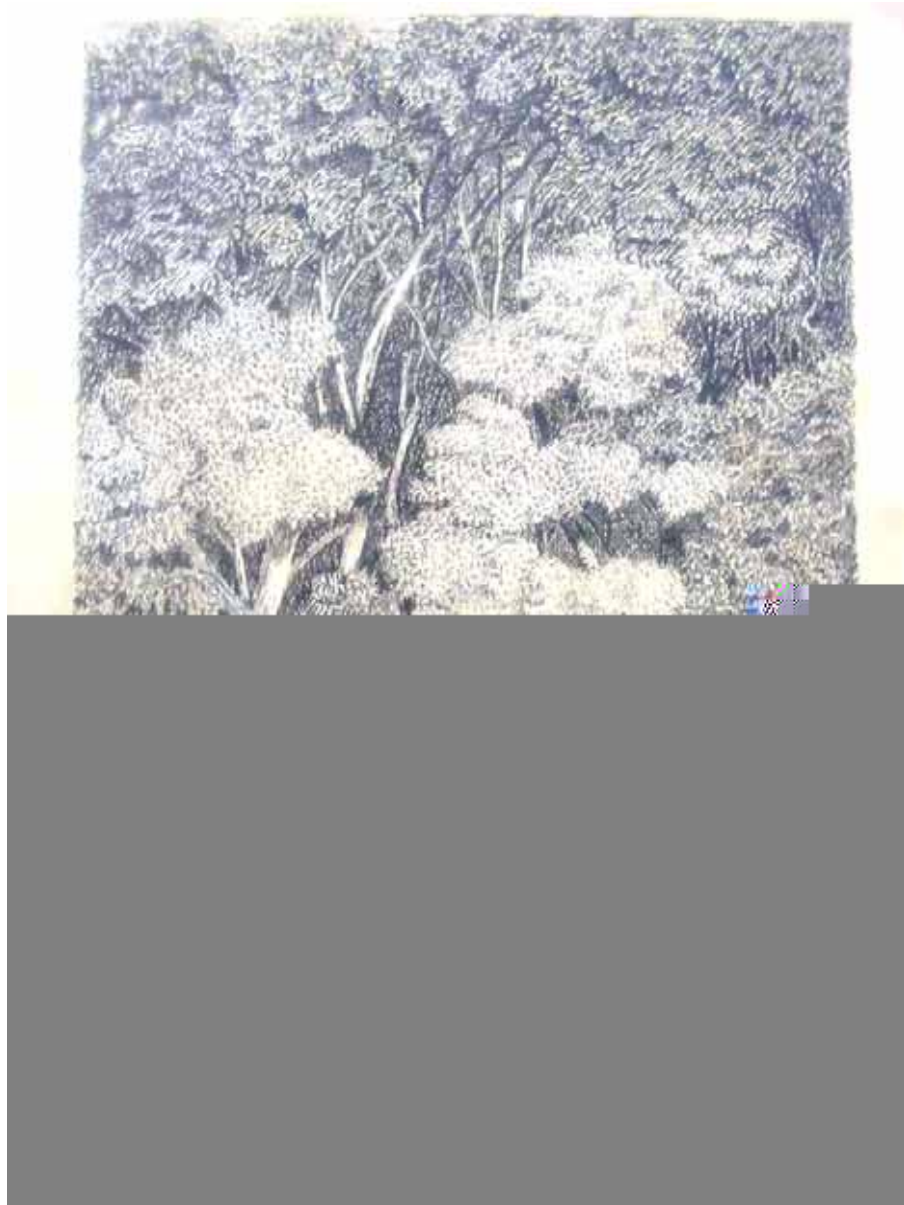


Figura 15: Gravura à bico de pena retratando um jogo de tênis da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918.
Fonte: Acervo particular de Heloísa Boxwell.

Na década de cinquenta, Willian Needhan Boxwell, decidiu vender parte da sua propriedade, dividindo-a em três grandes lotes, de acordo com o padrão imobiliário de então (BOXELL¹¹, 2003). O comprador foi o Banco Hipotecário Lar Brasileiro - BHLB – uma instituição do mercado imobiliário que vinha investindo na construção e venda de imóveis, em sua maioria edifícios multifamiliares. O BHBL pretendia realizar no local um loteamento com casas modernas para a classe média, para tanto, contratou o arquiteto Acácio Gil Borsoi com quem já vinha desenvolvendo parceria em outros projetos (BORSOI, 2003¹²; NASLAVSKY e AMARAL, 2003).



Foto 06: Foto do casamento de Willian Boxwell, onde se pode ver ao fundo o riacho que cortava a propriedade
Fonte: Acervo particular de Heloísa Boxwell.

O terreno correspondente ao Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro – como foi registrado na Prefeitura – foi fruto do remembramento dos lotes das casas de nº 2078,

¹¹ Idem.

¹² Comunicação pessoal do autor (maio de 2003).

situada na Avenida Rosa e Silva; números 176 e 240, ambas à Rua Muniz Tavares. O lote resultante, com cerca de 20.700 m², podia ser acessado pela Av. Rui Barbosa e pelas ruas Muniz Tavares, Padre Roma e do Futuro, esta última ainda não prolongada¹³ (PESSOA DE MELO, 2002, p. 101-106).

A forma urbana existente era caracterizada, de um modo geral, por uma ocupação rarefeita e semi-rural. A tipologia era composta pela edificação habitacional unifamiliar, de um ou dois pavimentos (térreo ou térreo + 1), alinhada com o paramento, mesmo que algumas delas ainda possuíssem a área do lote equivalente à dos antigos sítios. Nesta época, a estrutura urbana formada pelos espaços livres públicos era composta, predominantemente, pelas vias de locomoção. O espaço livre público existente era a rua, assim caracterizada por permitir o fluxo de pessoas de um ponto ao outro (MANGIN e PANERAI, 1999, p. 181), com a qual as edificações existentes se relacionavam diretamente. O processo que se segue marca uma ruptura na forma urbana e na relação entre o espaço público e o espaço edificado, uma vez que esta não é determinada unicamente pelo somatório dos elementos construídos como objetos isolados e sim pelo conjunto edificação/lote (muros, jardins), ou seja, pelo conjunto de parcelas. Surgem então novos objetos urbanos, que caracterizam outra relação entre o edificado e os espaços livres públicos, considerados em seu papel estruturador no espaço urbano (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, p.117-120).

4.3 O REGULAMENTO DE CONSTRUÇÕES OU DECRETO Nº374/36

Phillippe Panerai, no artigo intitulado “O Retorno à cidade – O espaço livre público como desafio ao projeto urbano”, coloca que as leis urbanísticas deveriam ser a

¹³ Segundo Pessoa de Melo, à época do Loteamento BHLB já existia na prefeitura um projeto para prosseguimento da Rua do Futuro até a Rua Padre Roma, assim como a retificação do traçado da Rua Muniz Tavares e a abertura da Rua Luis Cabral de Melo, que contaria o terreno do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciantes).

forma jurídica do Projeto urbano que se tem para cidade e que refletiriam a idéia de cidade que está subjacente a ele. Da mesma forma, o Projeto urbano deveria ser a figura que tornaria concretizável a espacialização desta legislação (PANERAI, 1998, p 80). Deste modo, investigaremos as leis urbanísticas do Recife referentes às edificações existentes nos dois recortes temporais, tendo em vista a sua contribuição para a formação espacial do objeto analisado e para comparação entre os dois recortes temporais analisados: 1954 e 2004.

A Praça Fleming e as edificações do entorno têm a peculiaridade de abrigar hoje, em um recorte espacial de aproximadamente 24.000 m², edifícios aprovados conforme diversas legislações municipais, entre elas, o Regulamento de Construções de 1936 – representados pelas edificações remanescentes do conjunto projetado em 1954; o Código de Obras de 1961 – que orientou a construção dos dois primeiros edifícios verticais no entorno da praça e as Leis de Uso e Ocupação do Solo de 1983 e de 1996, responsáveis pela tipologia de edifícios verticais, que hoje predomina no entorno da Praça Fleming.

O decreto nº 374, de 12 de agosto de 1936, instituiu o Regulamento de Construções e foi criado para atualizar a Lei nº 1051, que regulamentava as construções na cidade até então. Sua elaboração foi solicitada pelo prefeito João Pereira Borges ao Clube de Engenharia que, segundo consta na introdução do documento (Prefeitura Municipal do Recife, 1936), contou com a assessoria de Atilio Correa Lima¹⁴, urbanista encarregado da elaboração do Plano de Remodelação do Bairro de Santo Antônio e do Plano de Expansão da Cidade. Pretendia-se, assim, legitimar as indicações do plano através da nova legislação de controle das construções¹⁵(OUTTES, 1997, p 143).

¹⁴ O pesquisador Joel Outtes coloca que o fato de existirem pontos de incompatibilidade entre o regulamento e o plano de Correa Lima, põe em dúvida a participação do mesmo na elaboração das leis (Outtes, 1997, p 143).

¹⁵ Durante o início do século XX, ocorreu uma série de discussões sobre a remodelação da cidade do Recife que envolveram urbanistas de notório renome. Primeiramente foi elaborado o plano de Domingos Ferreira (1927)

Na introdução do documento, João Pereira Borges coloca também que pretendia, a partir daquele Regulamento, habilitar a administração da cidade a organizar “definitivamente” as construções e o crescimento do Recife. Apesar da expansão da cidade, essa regulamentação vigorou até 1961 – durante 25 anos, quando foi substituído pela Lei nº 7.427/61 (Prefeitura Municipal do Recife, 1936, p 1-3; SILVA, 1997, 5-17), sendo essa a legislação urbanística de maior validade até então.

O Regulamento de Construções – ou Decreto nº 374 / 36 – foi a materialização, do ponto de vista legal, do ideal de planejamento global consolidado através das discussões dos planos de remodelação da cidade, que tiveram palco no Recife do início do século XX. Este ideário já havia sido esboçado no conjunto de posturas municipais de 1919, com a Lei nº 1.057, que acompanhou o plano de saneamento do Recife, de autoria de Saturnino de Brito e inspiração sanitaria (SILVA, 1997, p 5-17).

Esse regulamento representa a excelência de conhecedores da ciência urbanística que estavam envolvidos com a elaboração do Plano de Expansão da Cidade, admiradores das reformas estéticas e da higienização do ambiente urbano, propagadas através da reforma da capital francesa pelo barão de Haussman e, mais diretamente observadas no Brasil, no plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro (SILVA, 1997, pp 5-17).

Os critérios adotados para o Regulamento foram influenciados pelo conceito de cidade funcional, presente na Carta de Atenas. Segundo o qual a cidade foi dividida, de acordo com a concentração de edificações e de suas funções primordiais (de habitar, de trabalhar, de circular e de lazer), em quatro zonas ou perímetros que se organizavam de modo

que consistia em uma proposição parcial para a cidade, ao qual se seguiu a tentativa de contratação de Alfred Agache (1927), que chegou a vir para o Recife, proferindo uma série de palestras sobre a necessidade da preocupação com a cidade como um todo. A este episódio seguiram-se os planos de Nestor de Figueiredo (1933) e Atilio Correa Lima (1936). O plano parcialmente implementado, porém, foi desenvolvido pelo Clube de Engenharia, fundamentado sobre as diretrizes dos planos de Nestor de Figueiredo e Domingos Ferreira (Outtes, 1997: 57-166; Pontual, 2000: 90-96).

aproximadamente concêntrico, a partir do centro antigo do Recife dito em direção ao continente. Essa divisão correspondia a: Zona Principal, Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural, sendo as três primeiras novamente divididas em subzonas residenciais e comerciais e a Zona Suburbana comportava uma subzona industrial (Prefeitura Municipal do Recife, 1936, pp 4-12; SILVA, 1997, pp 5-17).

A área onde se localiza o conjunto da Praça Fleming e edificações do entorno fazia parte do bairro das Graças, estava classificado como Zona Urbana, dentro de uma subzona residencial, localizando-se no limite com a Zona Suburbana (Prefeitura Municipal do Recife, 1936, pp 4-12; SILVA, 1997, pp 5-17).

Seguindo a influência sanitarista, o Regulamento definia, para as construções, itens relativos ao posicionamento dos edifícios para favorecer a insolação, iluminação e ventilação, bem como à altura dos edifícios e sua relação com a largura das ruas. Altura essa que poderia variar em função do ângulo definido pela largura da rua, de modo a garantir a insolação e em função da sua localização nos diversos perímetros ou zonas da cidade (Prefeitura Municipal do Recife, 1936, pp 4-45; SILVA, 1997, pp 5-17).

O conceito de espaço livre público estava subjacente ao planejamento desta época, através de uma série de discussões a respeito de um plano que orientasse o crescimento da Cidade do Recife, que vinham acontecendo desde o final da década de 1920 e culminando na década de trinta. Segundo Pontual (2000, p 94), o equilíbrio entre o espaço livre público e as edificações era associado ao sentido de modernidade, presente na ciência urbanística que se pretendia aplicar na cidade. Ainda segundo esta autora, na perspectiva dos urbanistas do final dos anos trinta, a cidade era apenas, em uma seqüência de casas e edificações, mas a composição da arquitetura da construção com a arquitetura da paisagem. Eram previstos

parques, jardins ou áreas verdes em todos os planos urbanísticos para a Cidade do Recife discutidos neste período (Pontual, 2000, p.94).

Especificamente quanto à criação e tratamento dos espaços livres públicos, o Regulamento traz no item relacionado a novos loteamentos, que a superfície destinada a logradouros¹⁶ públicos não deveria ser inferior a 40% da superfície total. Os projetos dos novos loteamentos deveriam vir acompanhados, entre outros, do memorial descritivo do projeto com relação à situação dos logradouros, à arborização e ao paisagismo. Tais espaços não deveriam estar distantes entre si mais do que 500m e deveriam ter sua implantação orientada de modo a permitir a distribuição da ventilação às zonas vizinhas (Prefeitura do Município do Recife, 1936, pp 13-14).

O regulamento também abordava com detalhes o tratamento dos passeios, desde os materiais que deveriam ser utilizados às declividades toleradas (Prefeitura do Município do Recife, 1936, pp 14-15).

Quanto à arborização dos logradouros públicos, existiam critérios quanto à distância entre as árvores (que não deveria ser inferior a 12m) e sua forma de plantio – que deveriam ser plantadas dos dois lados das ruas, definindo também a distância das aberturas das covas em relação ao meio fio (Prefeitura do Município do Recife, 1936, pp 14-15).

4.4 O PROJETO DO LOTEAMENTO BANCO LAR BRASILEIRO

O conjunto urbano e arquitetônico da Praça Professor Fleming, mais conhecido como Praça Fleming, foi projetado em 1954, marcando uma das primeiras incursões projetuais de Borsoi ao Projeto Urbano, no Recife (PESSÔA DE MELO, 2002 pp 101-106; NASLAVSKY,

¹⁶ Entendia-se toda parte da superfície de uma cidade destinada à servidão pública inclusive praças, passeios, jardins, parques e play-grounds (Prefeitura Municipal do Recife, 1936:7).

2003).

Segundo Borsoi¹⁷, a área destinada ao projeto era um lote imenso, com uma vegetação exuberante e cheia de árvores, parte delas frutíferas procedentes dos antigos sítios. Esta paisagem pode ainda hoje ser observada em terreno remanescente, que permanece vazio, contíguo à praça (Foto 04), que também era propriedade dos Boxwell (BOXWELL, 2003). O partido adotado foi formar um espaço que apresentasse uma unidade compositiva utilizando toda a paisagem – o meio natural e o meio construído, pré-existente. O projeto procurou retirar uma quantidade mínima de árvores, basicamente as que se localizavam na área onde foram traçadas as vias, sendo as casas “construídas ao redor das árvores” (BORSOI, 2003¹⁸).

A grande área, formada pelo remembramento dos três lotes, foi novamente parcelada em 30 lotes, de acordo com os novos padrões habitacionais da sociedade moderna que indicavam lotes menores bem como uma redução tanto do programa das casas quanto de sua área.. Para atender o programa do loteamento, foi desenhada uma nova rua que dividiu a área em três blocos, uma quadra isolada, uma área geminada à quadra pré-existente e uma praça. A área, destinada aos espaços livres públicos (praça e rua), obedecia ao percentual de 40% do total da superfície do loteamento estipulado pelo Decreto nº 374/36, que então regulava as construções na cidade do Recife.

A unidade de intervenção aqui tratada já não era unicamente a casa ou a parcela construída, mas o loteamento e a composição urbana (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON, 1999, pp117-120). Segundo Melo, o traçado estabelecido pela Prefeitura não atendia ao programa do plano de ocupação, ou seja, parcelamento regular e equivalente dos lotes, ocupação residencial e unifamiliar e uma área verde pública destinada ao lazer descanso (PESSÔA DE MELO, 2002, pp 101-106). Acácio Borsoi foi encarregado de desenvolver o

¹⁷ Comunicação pessoal do autor (maio de 2003).

¹⁸ Idem.

projeto urbano da área, compreendendo o arruamento, o loteamento e o projeto das residências (PESSÔA DE MELO, 2002 p. 101-106; NASLAVSKY e AMARAL, 2003).

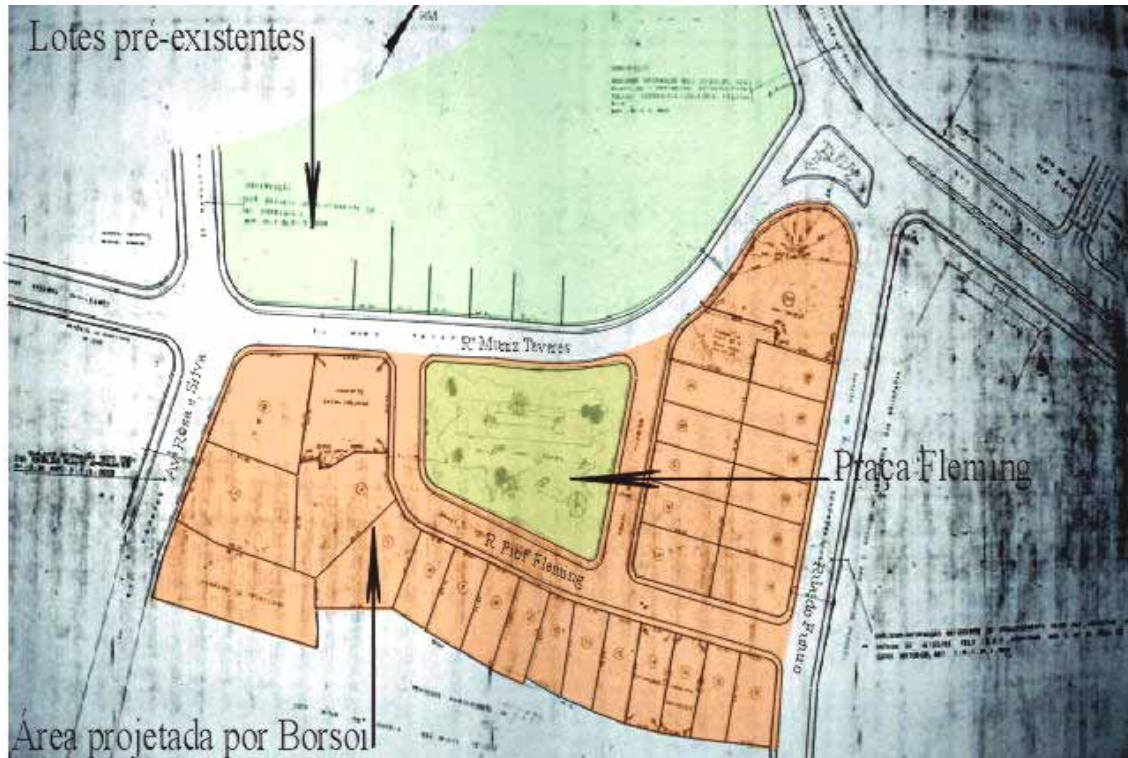


Figura 16: Planta do loteamento Banco Lar Brasileiro. **Fonte:** Dircon

No traçado proposto, a área foi dividida em três blocos: um bloco de lotes ligado à quadra original, uma quadra independente e a praça. A localização dest

localizados nas pontas das quadras ou na face voltada para a Avenida Rosa e Silva. Os demais possuíam, praticamente, a mesma área e as mesmas dimensões (12.0 x 28.0m) (PESSÔA DE MELO, 2002, pp. 101-106). Segundo Pessôa de Melo (2002, pp. 101-106), os lotes de nº 01, 02, 03, 29, 30, 31 não foram incluídos no projeto elaborado por Borsoi, embora, a casa do lote 03 seja também de autoria deste arquiteto, conforme pôde ser observado no projeto aprovado pela Prefeitura para sua execução (DIRCON, 2003).

O Projeto Urbano concebido pelo arquiteto considerava que alguns lotes seriam comercializados como terrenos livres, e os restantes seriam objeto do conjunto de casas projetadas pelo mesmo. A nova tipologia era, predominantemente, formada por habitações unifamiliares, com dois pavimentos (térreo+1), com implantação recuada da divisa de frente do lote. Esta última característica dava-se em função dos parâmetros da legislação regulamentadora das construções em vigor (Prefeitura do Município do Recife, 1936). A edificação articulava-se ao espaço livre público por meio de um espaço ajardinado separado do limite da calçada por uma mureta de 80cm. Embora a tipologia tenha sido modificada, a escala das edificações foi mantida, unificando desta forma o novo conjunto construído.

A praça ocupou o centro do conjunto, sendo seu traçado também projeto de Borsoi. Este espaço tinha sua própria organização: as linhas compositivas dos canteiros e dos bancos de formato curvilíneo assemelhavam-se às de Burle Marx, o que as identificava com a tradição dos jardins modernos brasileiros. Também foram aproveitadas as árvores existentes¹⁹ e acrescentada uma vegetação de porte arbustivo e herbáceo para complementar a composição. Foi criado um pequeno lago, habitado por peixes vermelhos, com uma ilha, acessada por meio de uma ponte de madeira (Foto 02).

¹⁹ Ainda podem ser observadas na praça figueiras (*Ficus microcarpa*), macaibeiras (*Acroconia intumescens* Drude), oitizeiros (*Licania tomentosa*), mangueiras (*Mangifera indica* L.) e jambolões (*Syzygium janbolanum* (Lam.) D.C.) que, pelo porte, aparentam possuir mais de 50 anos.

Para contornar o problema da repetição do modelo, recorrente neste tipo de projeto, o arquiteto optou pela utilização de duas plantas distintas, com uma mesma tipologia, desenvolvendo diferentes soluções habitacionais. No primeiro modelo, as casas eram isoladas no lote e se situavam na nova quadra criada. O segundo modelo ocupava a quadra contígua ao terreno do IAPC, formando o “arco da praça”, gerado a partir da forma resultante do parcelamento e reforçado por meio de uma marquise em laje plana, que interligava as casas na fachada e dava origem à cobertura da garagem. O caráter de conjunto era conferido pela utilização dos mesmos elementos arquitetônicos, como telha canal, material de revestimento, técnica construtiva e escala das residências que mantinham gabarito único de térreo mais um pavimento (PESSOA DE MELO, 2003, p.105, AMARAL e NASLAVSKY, 2003). Com este conjunto, o arquiteto procurava obter uma idéia de escala e ritmo, tirando partido de “elementos que estão presentes na arquitetura desde o início dos tempos” (BORSOI, 2003²⁰). A atitude projetual de Borsoi parece ter considerado não somente a cidade tradicional como lócus onde o projeto iria se inscrever, como o diálogo, com o meio natural em que ele se insere.

As casas eram todas recuadas 5m em relação à divisa frontal do lote, conforme exigia a legislação vigente que regulamentava as construções (Prefeitura do Município do Recife, 1936). Este espaço livre privado era ajardinado e dava continuidade visual ao espaço livre público, sendo separado desse por uma mureta vazada de 80,0cm. Assim, se estabelecia uma gradação de hierarquia em direção ao espaço edificado da casa, completado pela marquise que, juntamente com a cobertura da garagem, gerava um espaço coberto intermediário entre a área ajardinada e a edificação.

²⁰ op cit.

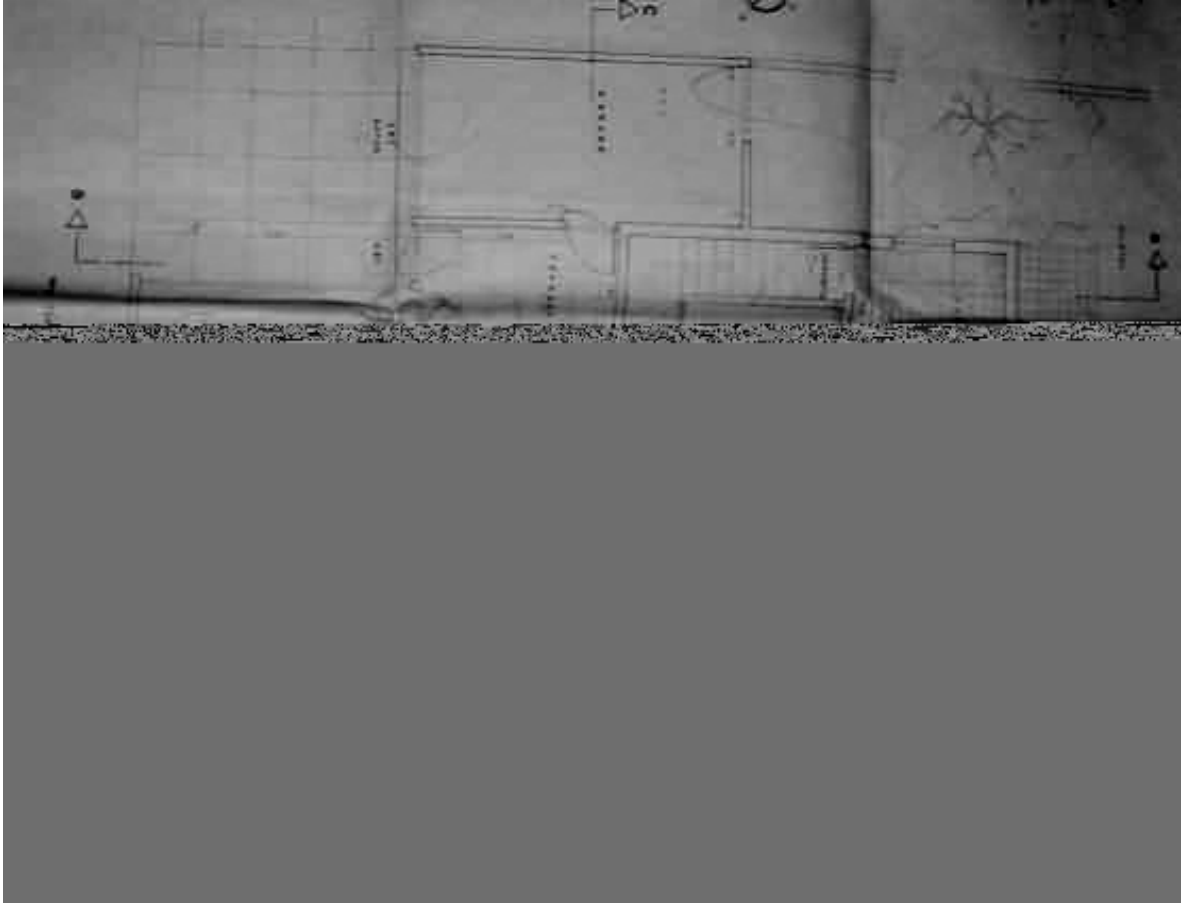


Figura 17: Planta baixa de uma das casas do Loteamento Lar Brasileiro. **Fonte:** Diretoria de Controle Urbano - DIRCON

O projeto das casas procurava obedecer aos princípios da arquitetura contemporânea da época, ligada ao racionalismo, ao mesmo tempo em que seguia a linha adotada por Lúcio Costa: a utilização de elementos da arquitetura colonial como os azulejos, a telha canal e o elemento vazado. Segundo Borsoi, à influência de Reidy e de Lúcio Costa e da Escola de Arquitetura do Rio de Janeiro, a sua arquitetura era “nem tanto nem quanto, nem tão avançada como a de Le Corbusier, nem como Niemeyer fazia, mas de uma forma moderada” (BORSOI, 2003²¹).

Segundo Panerai e Mangin, a constituição de uma periferia homogênea se dá a partir do estabelecimento de uma ordem que diferencie o conjunto das demais construções, efeito conseguido pelo tratamento conferido às edificações que bordejam a praça em relação às das

²¹ Idem

ruas vizinhas (MAGIN e PANERAI, 1999, p.). A disposição da praça, à margem do eixo viário principal e na qual desembocam poucas ruas, nos remete à forma e à intencionalidade de reclusão das praças residenciais inglesas construídas entre os séculos XVII e XIX. A concepção destas praças estava relacionada com as construções das quadras ao seu redor, cuja unidade do conjunto enfatizava o caráter semipúblico adquirido pelo espaço, funcionando como extensão das casas (CARR et al, 1992, p.56). No caso do conjunto da Praça Fleming, este aspecto era reforçado pela aplicação dos padrões modernistas de dimensionamento. Os lotes menores, praticamente ocupados pelas edificações, não ofereciam as mesmas possibilidades de atividades ao ar livre que os lotes das residências construídas no final do século XIX ou início do século XX, antes encontradas na área. Isso pode ser facilmente constatado quando se observa o parcelamento anterior, exibido pelas residências da classe alta em suas propriedades numa área livre muito superior ao espaço edificado.



Figura 18: Fachada de uma das tipologias encontradas no conjunto da Praça Fleming na década de 1950. **Fonte:** Diretoria de Controle Urbano - DIRCON

Ainda assim, neste período, se observarmos o padrão das residências da classe média, cujo nível econômico seria equivalente ao pretendido para a ocupação das casas da

praça Fleming, o lote longo, de testada estreita, possuía uma área edificada em menor proporção que a área livre. Os preceitos modernistas da Carta de Atenas consideravam que este decréscimo de disponibilidade de área livre dentro do espaço privado seria compensado pelo espaço livre público de uso comunitário destinado ao lazer ou à prática de esportes (IPHAN, 1995, p.35-49).



Figura 19: fachada de uma das tipologias encontradas no conjunto da Praça Fleming na década de 1950. **Fonte:** Diretoria de Controle Urbano - DIRCON

A paisagem da praça permaneceu a mesma até o final da década de setenta, assim como pode ser observado na cartografia apresentada, que ilustra a evolução urbana da área. Ao longo deste período, o entorno do conjunto, representado pela parte oeste do Bairro da Jaqueira e pelos bairros de Parnamirim, Tamarineira, Aflitos Espinheiro e Graças modificava-se, adensando-se lentamente.

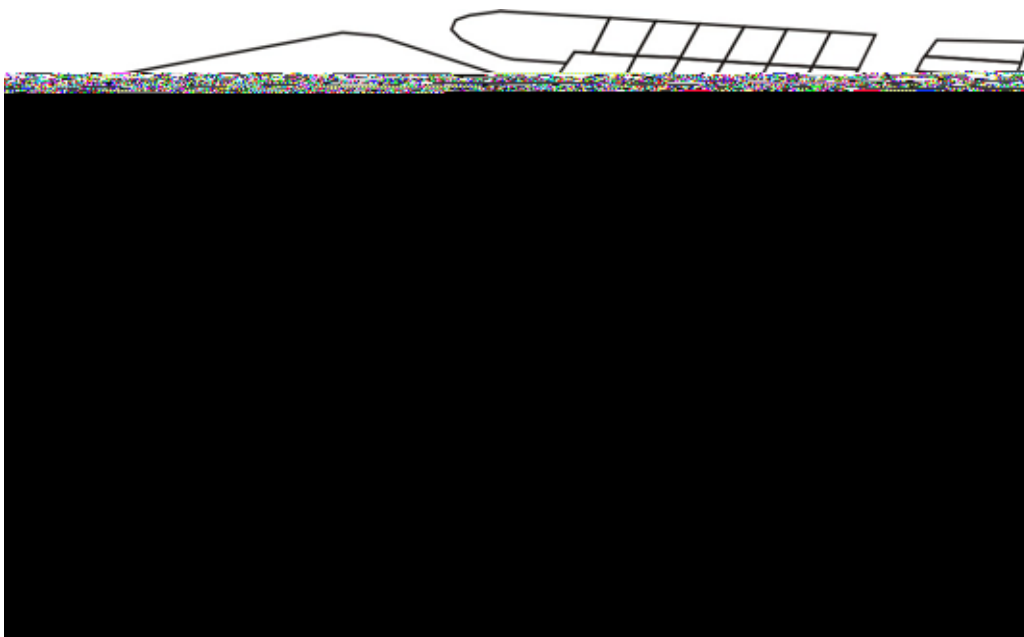


Figura 20: Esquema representando evolução do recorte parcelar da área de estudo. **Fonte:** Desenho esquemático sobre plantas cadastrais - DIRCON

4.5 A PRAÇA FLEMING E SUA RELAÇÃO COM AS EDIFICAÇÕES

A definição deste recorte urbano baseou-se no conceito de praça como lugar público descoberto, circundado por edifícios e fortemente caracterizado por estes (MANGIN e PANERAI, 1999, p. 177, LAMAS, 2000, p.100). Uma vez tendo sido expostos os elementos a serem analisados, como espaço livre público e espaço edificado, cujo modo de crescimento e forma urbana no final da década de cinquenta foi descrita nos itens anteriores, se passará agora ao procedimento analítico propriamente dito. Neste item, a análise será realizada a partir da caracterização da praça como espaço arquitetônico e da identificação dos tipos parcelares, sinteticamente apresentados em sua forma volumétrica e seus planos de vedação vertical. Em seguida, apresentar-se-á a análise da relação morfológica entre os elementos, segundo as categorias de escala, proporção e continuidade visual.



Figura 21: Maquete eletrônica representando o conjunto da Praça Fleming na década de 1950. **Fonte:** A autora

4.5.1 A Praça Fleming como espaço arquitetônico

De um modo geral pode-se dizer que um espaço arquitetônico é limitado por três planos: um plano horizontal inferior correspondente ao solo; um plano vertical que equivale à parede e um plano horizontal superior, que é o teto. Em se considerando o espaço da praça como espaço arquitetônico, esta premissa vale tanto para o espaço interno de uma construção como para o espaço livre. A diferença é que, no caso dos espaços livres, o “teto” ou é composto por uma malha permeável – a copa das árvores – ou é infinito – o céu (ASHIHARA, 1982, pp 83).

Uma vez analisada enquanto espaço arquitetônico, a Praça Fleming passa a ser definida morfologicamente pelos mesmos elementos. No plano horizontal, os maciços vegetais do extrato herbáceo estruturam os espaços de passagem e de permanência, seu traçado possui formas sinuosas rigorosamente definidas por uma pequena guia de concreto. O piso das áreas de acesso ao pedestre é, em sua maior parte, em terra batida, a exceção recai na

área ao redor do lago, onde a diferenciação do piso em pedra rachão reforça a presença deste elemento, criando um subespaço dentro da praça. O mobiliário urbano era inicialmente composto por bancos de concreto, cujo acento é uma laje solta deste mesmo material, de 15 cm de espessura, de forma sinuosa ou prismática, sobre apoios de alvenaria. No momento inicial, a praça não apresenta elementos verticais que limitem o acesso do usuário, apenas os canteiros definem as áreas de fluxo. Este aspecto é mais evidente na face da praça voltada para a quadra da Jaqueira. Posteriormente, na década de noventa, a praça foi cercada por grades e foram acrescentados postes de iluminação e um posto de segurança pública. O traçado da Praça Fleming manteve-se o mesmo ao longo do tempo, as poucas mudanças ocorreram principalmente no extrato herbáceo, provavelmente devido à falta de manutenção, aspecto também visível nas estruturas de alvenaria.

Os planos verticais são definidos morfológicamente pelo entorno, formados pelas edificações ao redor e seus elementos de fechamento (muros, portões, grades). Em se tratando de um espaço livre público como uma praça, este é um dos principais elementos definidores de sua morfologia (MANGIN e PANERAI, 1999, p. 177, LAMAS, 2000, p.100), e no caso da Praça Fleming, é neste componente morfológico que ocorreram as grandes mudanças.

Outro elemento marcante na sua morfologia é o grande maciço vegetal do extrato arbóreo. Uma vez que, quando da execução do projeto da praça, a maior parte destas árvores já se encontrava no seu porte adulto, característica presente ao longo do tempo. Devido à densidade das copas, o maciço formado por elas pode ser lido como um volume, apoiado sobre pilotis (trocós e fustes). Este volume possui altura aproximada de 12m em relação ao solo e gera um espaço “coberto” com uma média de pé direito de 4m.

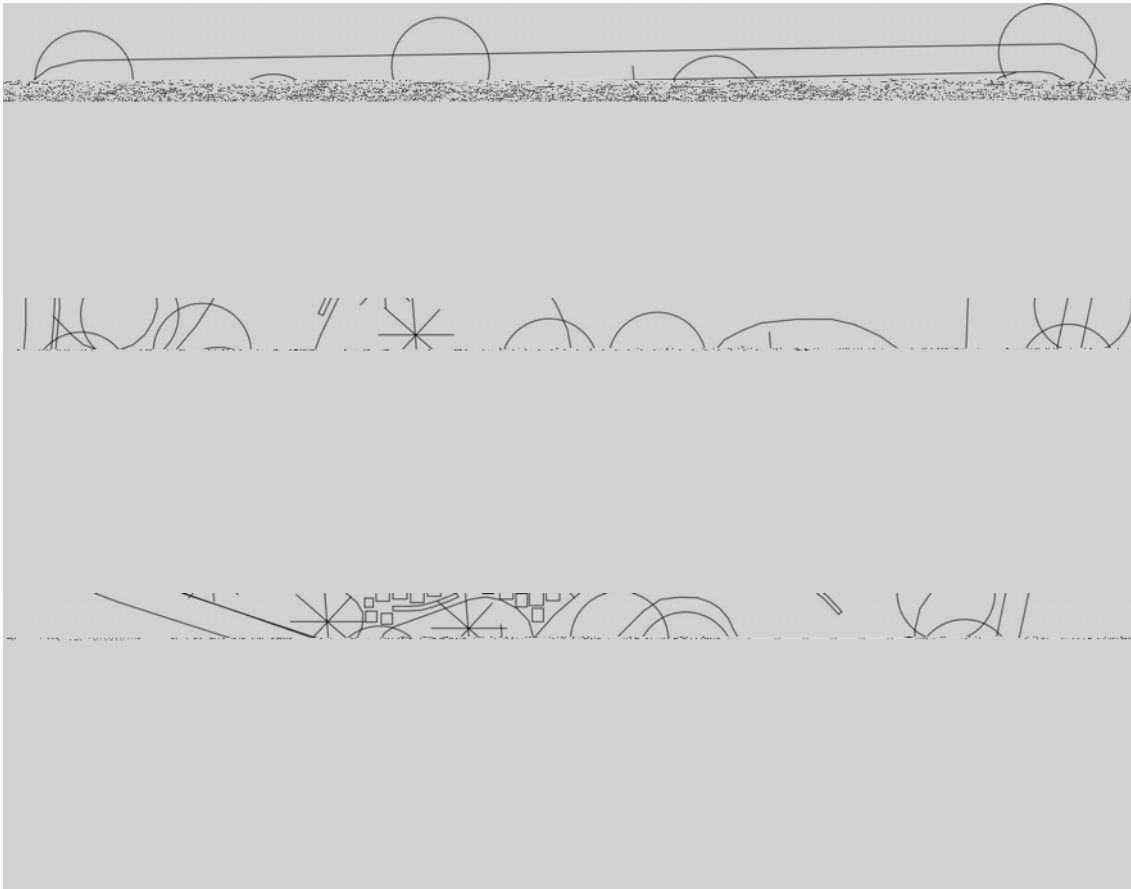


Figura 22: Esquema representando a planta baixa da Praça Fleming, na década de 1950. **Fonte:** Empresa de Limpeza Urbana - Emlurb- Recife

4.5.2 Os tipos de parcelas

A reconstituição da forma urbana do conjunto formado pela Praça Fleming e edificações do seu entorno imediato, na segunda metade da década de cinquenta, foi realizada com base nos relatos de antigos moradores e usuários da área e nas plantas e fachadas do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, aprovadas pela Prefeitura da Cidade do Recife. A partir desta reconstituição, identificaram-se quatro tipologias de parcela, que serão apresentadas a seguir segundo a ordem cronológica.

O Tipo 01 é representado através do nº 147 da Rua Muniz Tavares. Este lote foi

remanescente dos grandes sítios que, pouco a pouco, foram sendo desmembrados e loteados. Na cartografia coletada, sua identificação mais antiga é de 1878. Em 1954, este era um grande lote de formato irregular com cerca 3.770m², cuja edificação apresentava-se alinhada com o paramento. O fechamento da parcela era realizado por uma mureta baixa com cerca de 60cm, encimada por grade em ferro fundido, de aproximadamente 1,5m de altura. A área livre do lote mais próxima a casa era ocupada por um jardim e espaços voltados para o lazer ao ar livre, o restante da área era ocupado com pomares e vegetação nativa. A casa era uma construção de dois pavimentos (térreo +1) sobre base elevada, em volume único, cujo acesso era feito lateralmente através de um terraço. A fachada possuía aberturas para a rua nos dois pavimentos cuja proporção de cheios e vazios era de $\frac{2}{3}$. A cobertura de telha canal em duas águas, com cumeeira paralela à rua, era parcialmente ocultada por platibanda, embora facilmente percebida a partir de vistas laterais, tornando-se um dos elementos definidores desta volumetria. Considerando a época de sua edificação e as dimensões características deste período para a altura dos vãos, estima-se que o gabarito fosse de 11 m (fig. 23).



Figura 23: Gravura a bico de pena retratando a casa da família Bowxell na Praça Fleming, em 1918. Fonte: Acervo particular de Heloísa Boxwell

A segunda tipologia apresentada, o Tipo 02, é composta pelo lote estreito e longo, com aproximadamente 12m de frente e 60m de profundidade, encontrado nos números 49, 71, 77 e 85 da Rua Muniz Tavares, com 980m². As edificações representativas desta tipologia, existiam até o final da década de 1980. Ela apresenta implantação recuada, cerca de 4m, em relação à frente do lote ou alinhada com o paramento, ambas coladas em uma das divisas laterais, mantendo a outra livre. Através de observação da cartografia pode-se identificar que estas foram construídas entre as décadas de trinta e cinquenta. O fechamento da parcela era

A terceira tipologia, Tipo 03, é representada pelo tipo predominante no conjunto projetado por Borsoi, apresenta um lote com aproximadamente 12 m de frente, 28m de profundidade e área total de 336m². A edificação era implantada solta no lote ou colada em, aproximadamente, $\frac{1}{3}$ do comprimento das laterais e recuada cerca de 5m em relação à divisa frontal. O fechamento da parcela era realizado por uma mureta com 80 cm de altura executada em cobogó de cerâmica e alvenaria, com um portão em madeira para pedestres e outro para carros. A área livre da frente da casa era ajardinada, o restante da área livre situava-se na parte posterior do lote. As edificações possuíam dois pavimentos (térreo+1), distribuídos em dois volumes bem definidos que podiam ser percebidos desde a fachada. Um terceiro volume lateral correspondia à garagem. A fachada possuía um jogo de cheios e vazios onde prevaleciam os cheios. A cobertura de telha canal, em duas águas, com cumeeira paralela à rua, podia ser vista a partir da rua e era um dos elementos definidores desta volumetria.



Foto 08: Casa remanescente do conjunto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro, representante do tipo 04. Autora: Luziana Medeiros, 2003.

A quarta tipologia identificada, Tipo 04, também faz parte do Loteamento Lar Brasileiro. As casas por ela representada, se encontravam à Rua Prof. Fleming, sendo algumas destas casas localizadas, em esquinas possuindo mais de uma fachada em interação direta com a rua. Seu lote possuía dimensões irregulares e área aproximada 960 m², a edificação era implantada solta das divisas, dentro de um jardim. Este tipo também possuía dois pavimentos (térreo+1) distribuídos em dois volumes bem definidos, percebidos desde a fachada. O volume da garagem era localizado lateralmente ou na parte posterior da edificação. Na fachada principal deste tipo a área de alvenaria possui uma proporção visivelmente superior a das janelas. A cobertura em telha canal, em duas águas, com cumeeira perpendicular à fachada principal, podia ser vista a partir da rua, mas era um elemento secundário na definição desta volumetria.

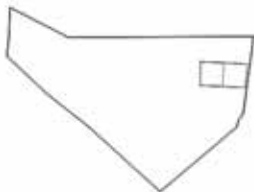


TIPOS DE PARCELAS POR DÉCADAS				
	TIPO 01	TIPO 02	TIPO 03	TIPO 04
- 1950				

Figura 24: esquema representando a tipologia de parcelas existente na década de 1950. Fonte: A autora









TIPOS DE FACHADAS POR DÉCADAS					
	TIPO 01	TIPO 02	TIPO 03	TIPO 04	TIPO 05
- 1950					
1950					

Figura 25: esquema representando a tipologia das fachadas existentes na década de 1950. Fonte: A autora

4.5.3 Análise Morfológica

Uma vez definidos e descritos os tipos a serem analisados, assim como o espaço público em questão, na década de cinquenta, seguem-se os procedimentos da análise morfológica, segundo as categorias escolhidas de Escala, Proporção e permeabilidade visual.

4.5.3.1 Escala

Uma vez que se definiu o conceito de Escala como o modo pelo qual se percebe ou julga o tamanho de um objeto, comparado a um parâmetro fixo, colocando como parâmetro de referência a escala humana - ou melhor, o observador participante, e que o referencial analítico adotado considera o valor mínimo necessário para a razão D/H igual a dois, de forma que o objeto se enquadre no campo visual, procedeu-se à análise segundo a metodologia apresentada. Para tanto, utilizaram-se cortes esquemáticos no sentido longitudinal e transversal da praça. Considerando que esta é uma análise arquitetônica, há de se registrar que o espaço livre público não é um espaço vazio sobre um plano horizontal, mas sim composto por elementos que lhe conferem volumetria. Assim, a farta arborização da Praça Fleming é vista como uma cobertura que limita e direciona o olhar do observador que, para efeito desta

análise, posicionou-se na calçada da praça oposta ao espaço edificado em foco.

Os resultados obtidos para a década de cinquenta mostraram como a média da relação D/H, em que D é a distância do observador em relação ao plano de fachada do elemento edificado²² e H corresponde à altura deste último, equivale a 2,3. Este valor só é ultrapassado na análise do tipo 01, que representa o casarão dos Boxwell, caso em que a aplicação da fórmula obteve um resultado inferior ao índice considerado ideal, embora não muito distanciado deste, $D/H = 1,6$, sendo esse o único elemento do entorno que não pode ser percebido inteiramente. Na outras análises, o resultado esteve acima do índice base, isto é, o campo de visão ultrapassa o volume da edificação, garantindo uma percepção da existência de um espaço além do objeto observado, o que confere uma noção de maior amplitude espacial e um domínio do espaço edificado pelo observador.

4.5.3.2 Proporção

Na categoria de análise Proporção, analisa-se a relação entre a Praça Fleming e a tipologia edificada do seu entorno. Para tanto, recorreremos às colocações de Camillo Sitte quanto aos parâmetros para as dimensões adequadas para uma praça, em relação aos elementos construídos que a definem. Este autor coloca que a menor dimensão da praça deve ser igual à altura do elemento construído de maior relevância ($D/H=1$), no seu entorno imediato e que a sua maior dimensão não deve ultrapassar o dobro desta medida. Para esta última, ressalta que para a proporção D/H ser considerada equilibrada, o valor deve se situar entre 1 e 2 ($1 \leq D/H \leq 2$). Se o valor encontrado for menor do que 1, o espaço livre não se seria considerado como praça, assemelhando-se a outros tipos de espaço público, uma vez que a relação entre as edificações se tornaria muito forte. Por outro lado, caso o resultado da proporção seja muito maior do que 2, a relação com o edificado se dilui e perde sua eficácia.

²² Em antecipação à análise da permeabilidade visual, considerou-se que o elemento de fechamento da parcela, a mureta de 80 cm, não oferece obstáculo visual, não sendo, portanto válida para este referencial.

A análise tipológica realizada para o recorte temporal do final da década de cinquenta, indicou o tipo 01 como elemento de destaque, por ser este o único elemento desta tipologia, pelo gabarito e volumetria superiores às demais edificações e por ser a construção mais antiga do conjunto analisado. Comparando as dimensões da praça à altura desta edificação, segundo os critérios de Sitte, obtivemos os seguintes resultados: $D/H = 6.8$ e $D/H = 4.36$, respectivamente para a maior e a menor dimensão. Uma vez que o tipo 01 possui 11m de altura, os valores para as duas dimensões superaram mais de três vezes e meia o valor máximo considerado para que se obtenha o equilíbrio entre as proporções de espaço livre público e espaço edificado. Assim sendo, a Praça Fleming, em relação a este entorno, possuiria então uma proporção que a colocaria como um espaço livre público com dimensões de um pequeno parque.

4.5.3.3 Continuidade Visual

A categoria de continuidade Visual foi analisada sob dois pontos de vista. O primeiro corresponde à escala local, através do qual se verificou a continuidade visual entre o espaço livre público e o espaço edificado, a partir do campo de visão do observador situado na calçada da praça. O segundo verificou a Continuidade Visual enquanto possibilidade de percepção do espaço que se situa além do conjunto edificado, esse último analisado em relação ao conjunto, pelo espaçamento entre os edifícios ou pela possibilidade de continuidade visual por sobre o volume edificado. Esta categoria está relacionada com o grau de fechamento espacial.

Em se trabalhando com recorte temporal correspondente ao final da década de cinquenta, na escala local, foi considerado o campo visual do observador em relação a cada tipo, analisado enquanto parcela e apresentado na seqüência cronológica. O observador posicionou-se na frente da edificação do Tipo 01, olhando em linha reta, a partir da calçada

oposta, de maneira a vê-la em sua totalidade e podendo visualizar o fundo além do volume em foco. Ao analisar o campo visual na sua horizontalidade, o observador visualiza a fachada como elemento de vedação da parcela, possuindo neste ponto um campo visual mais raso. Lateralmente, o campo visual permite perceber o fechamento realizado por uma mureta baixa, encimada por grade que favorece a continuidade visual e confere noção de profundidade.

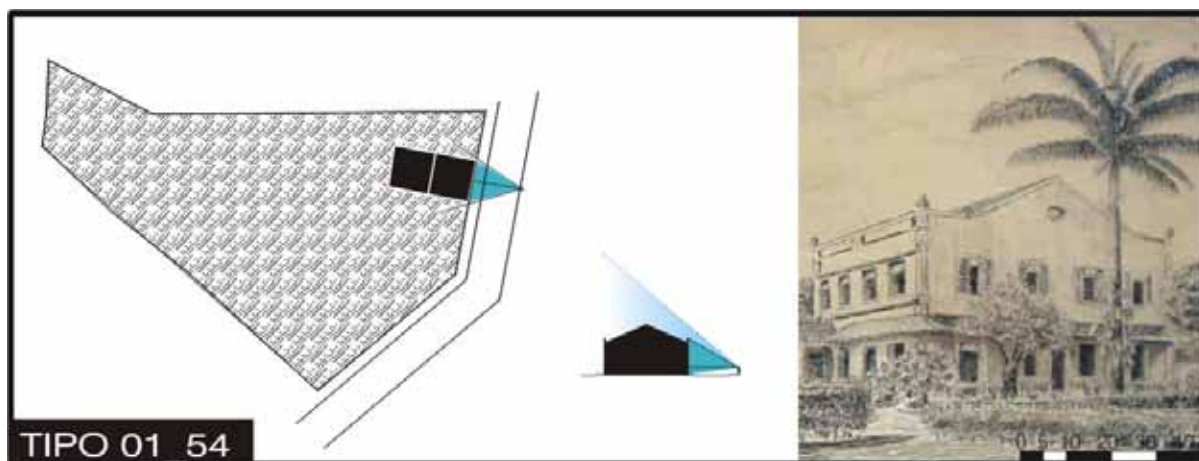


Figura 26: esquema de continuidade visual do TIPO 1

Na análise do tipo 02, verificou-se que esta tipologia pode ser observada em sua totalidade como fundo de um primeiro plano. A figura percebida em primeiro lugar é o muro de fechamento da parcela, cuja altura lhe atribui a qualidade de elemento de vedação (ASHIHARA, 1982, p.XX), e sua altura estimada (1,20) permite que a edificação seja visualizada em sua porção superior. O recuo da edificação em relação à divisa permite um campo visual mais profundo. Acima do conjunto de planos verticais da parcela o observador ainda pode perceber uma boa parte do fundo visual, o que confere profundidade à cena. Ao analisar o campo visual horizontalmente, verifica-se que, uma vez o observador situado de forma centralizada em relação à parcela, quase toda a sua frente pode ser visualizada, e a edificação é percebida enquanto volume.

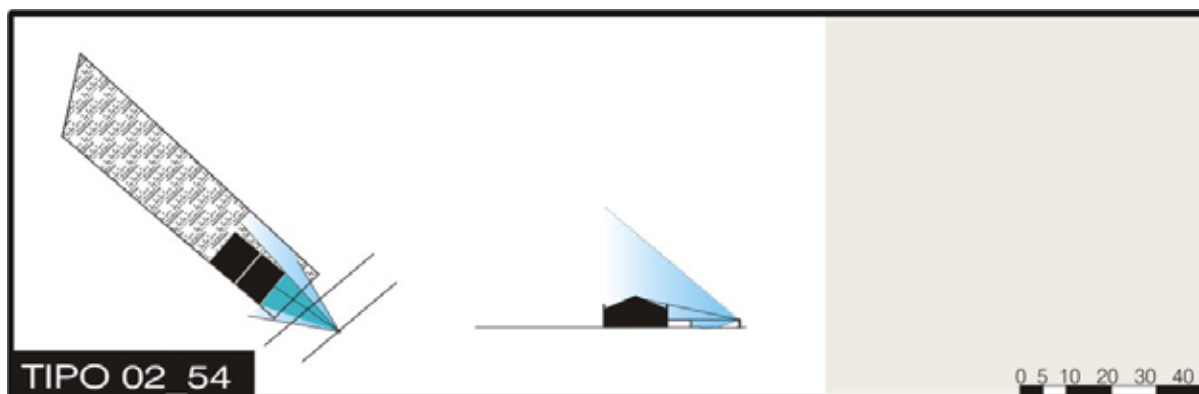


Figura 27: esquema de permeabilidade visual do TIPO 2

Como resultado da análise, os tipos 03 e 04 apresentaram uma maior integração visual, viabilizada pela altura do elemento de fechamento da parcela: uma mureta de 80 cm. Segundo o referencial analítico adotado, um muro até 90 cm não altera a continuidade visual, sendo percebido apenas como diferenciador de espaços. Este artifício faz que a fachada pareça, em primeiro plano. A partir do ponto de vista do observador, a edificação pode ser totalmente percebida, o campo visual acima da cobertura, que permite sua percepção enquanto volume.

A análise horizontal do tipo 03 demonstrou que, lateralmente, a fachada é percebida enquanto plano de vedação e embora a profundidade do campo visual seja maior em relação ao tipo 02, esta o restringe, não oferecendo a possibilidade de ver a parcela em sua profundidade.

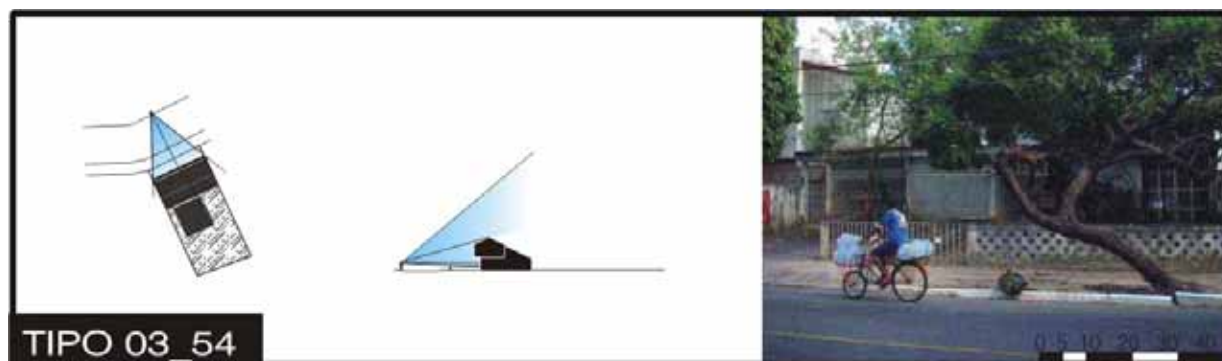


Figura 28: esquema de permeabilidade visual do TIPO 3

Na análise horizontal do campo visual, o Tipo 04, cuja edificação possui implantação independente das divisas laterais do lote, apresentou uma maior visibilidade e compreensão da parcela como um todo



Figura 29: esquema de permeabilidade visual do TIPO 4

Para a comparação dos elementos edificados entre si e em relação ao espaço livre entre eles, o referencial teórico diz que a razão equilibrada se dá quando a distância entre os dois objetos é igual à maior altura. À medida que o valor da razão D/H aumenta, o objeto ganha destaque e passa a ser percebido como um elemento escultórico. Ao contrário, quando o valor da razão é menor que um, os objetos tendem a ser lidos como um conjunto, aumentando o caráter de fechamento do espaço livre entre eles.

No recorte temporal da década de cinquenta, na leitura do conjunto urbano, as edificações da Rua Muniz Tavares, representadas pelo Tipo 01 e 02, apresentam uma relação espacial diversificada, tendo em vista os diferentes tipos, em relação à volumetria, gabarito e à implantação da edificação no lote. A edificação do tipo 1 aparece como um elemento escultórico no conjunto, possuindo $D/H=4.3$. Por ser implantada solta das divisas do lote, esta edificação é percebida quase em sua totalidade pelo observador, nesse caso, a parcela interage com o espaço público através do muro baixo. A percepção do espaço situado além da edificação, tendo em vista que o observador se coloca na calçada da praça, é realizada por sobre o espaço livre do lote. As edificações do Tipo 02, geminadas ou com relação D/H entre

0.52 e 1, configuram-se como um pequeno conjunto, mas, por não serem muito numerosas não chegam a possuir caráter de fechamento. O baixo gabarito permite uma boa percepção do que está além da edificação, ampliando a percepção visual do observador para o espaço além da praça.

A quadra leste é composta pelos tipos 03 e 04, pertencentes ao projeto do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que apresentam o mesmo gabarito. Os volumes são unidos no nível do pavimento térreo, através do volume de garagem e/ou por uma delgada marquise de concreto armado, artifício que contribui para o efeito de fechamento do conjunto. A composição dos dois modelos, nos quais o volume correspondente aos quartos ora está voltado para a Praça Fleming, ora para a Jaqueira, determina a ligação também no nível do primeiro pavimento de grupos de edificações. As edificações não geminadas na fachada frontal são interligadas na fachada posterior também através do volume dos quartos. O contínuo desta tipologia na fachada da Rua Professor Fleming faz com que ela se apresente como uma parede de fechamento do espaço da praça, no primeiro plano. Seu gabarito, no entanto, permite que se observe o espaço além da edificação, o que amplia o horizonte de percepção e evita a sensação de confinamento. Artifício semelhante é visto na fachada da quadra norte, as edificações são unidas duas a duas no nível do pavimento térreo, pelo volume da garagem. No primeiro pavimento, porém, elas se mantêm separadas. A razão D/H entre as edificações que estão isoladas entre é igual a 0,52, o que determina o caráter de fechamento espacial.

4.5.3.4 Conclusões

De acordo com o referencial teórico adotado, buscou-se, primeiramente, compreender o modo de crescimento da área em estudo, a fim de se caracterizar a estrutura anterior à implantação do projeto do Conjunto da Praça Fleming. Esta análise mostrou a adoção de

novas tipologias tanto arquitetônicas quanto de espaço público, em função de demanda por um novo tipo de espaço: o urbano, numa área que ainda apresentava um caráter semi-rural. Essas novas estruturas somaram-se à estrutura existente, integrando-os através da figura da praça, organizando a forma urbana a partir do espaço público.

Além desta escala de observação, a análise morfológica permitiu a caracterização dos tipos e a análise das relações entre espaço livre público e espaço edificado, segundo as categorias de Escala, Proporção e Continuidade Visual. Quanto à categoria de Escala, tratou-se da percepção do observador em relação ao espaço edificado – a partir das bordas do espaço público: a praça Fleming, que é fartamente arborizada, o que limitava o ângulo de visualização do edificado ao seu redor. Tendo isto em vista, a dominância do conjunto urbano analisado estaria de acordo com padrão referencial adotado, em consonância com o usuário. A exceção é o Tipo 01, que aparece nas análises, no momento da década de 1950, como elemento escultórico no conjunto.

Com relação à categoria de análise Proporção, trabalhou-se sobre as indicações de Camilo Sitte quanto à composição das cidades segundo preceitos artísticos. Assim, considerando que para haver harmonia entre as partes da composição urbana ou entre as praças e as edificações do entorno, a menor dimensão da praça deveria ser igual à altura da edificação de maior relevância do conjunto edificado ao seu redor e que a sua maior dimensão não deveria ser maior que o dobro desta medida. A relação entre a Praça Fleming e o conjunto edificado ao seu redor superou em muito os dois parâmetros adotados assemelhando-se a um pequeno parque e não possuindo, segundo Sitte uma composição característica de uma praça urbana isso já não é para a conclusão. Por outro lado, uma vez que o Projeto do Loteamento Lar Brasileiro foi concebido como um todo entre edificações pré-existentes/ praça/ novas edificações, as novas casas integram-se à praça como um prolongamento destas. Esta conclusão é confirmada pela observação do resultado da análise da categoria de continuidade

visual. A forma arquitetônica dialoga com a praça, interligando-se através de muros baixos e aberturas e pela complementaridade de funções.

O conjunto analisado, portanto, estaria de acordo com a escala adotada, oferecendo mais espaço livre público do que o edificado indicaria. Segundo a proporção dos elementos analisados, o espaço projetado corresponderia a uma transição entre o ambiente semi-rural e uma nova feição urbana, suprimindo a restrição de área do novo padrão de edificação, através da criação de um grande livre espaço público, da manutenção da vegetação e da continuidade visual estabelecida entre o espaço edificado e o espaço livre público. Assim, após a implantação de um projeto urbano que considerou o meio natural e o construído e adotou uma nova atitude projetual, partindo da concepção de um espaço público como ordenador do espaço edificado, foi mantida a qualidade ambiental da área e geradas estruturas urbanas harmoniosas e funcionais. As idéias estariam, então, no lugar.



Foto 09: Aspecto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Fonte: Acervo pessoal Tereza Régis



Foto 10: Casa remanescente do conjunto do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Fonte: Acervo pessoal Tereza Régis

CAPÍTULO V

AS IDÉIAS ESTÃO FORA DO LUGAR

CAPÍTULO V AS IDÉIAS ESTÃO FORA DO LUGAR

O capítulo anterior apresentou a trajetória da formação urbana do objeto de estudo até a configuração do conjunto urbano da Praça Fleming tal como a sua feição em 1954. Para possibilitar a sua melhor compreensão, de acordo com o referencial teórico e a metodologia de análise adotada, tratou-se também a legislação urbanística que regulamentou a sua concepção e posterior implantação, e sua interpretação a partir do ideário de cidade então vigente. Construída esta base de dados, partiu-se para a análise morfológica propriamente dita.

O presente capítulo trata do segundo recorte temporal elegido para a análise. Para facilitar a compreensão e posterior comparação entre os dois recortes, buscou-se, aqui manter a mesma estrutura do capítulo anterior. Primeiramente, é feita uma contextualização da área dentro de um entorno maior, de forma que se compreendam as mudanças ocorridas nesta zona da Cidade do Recife, a partir da qual será descrita a trajetória do conjunto urbano da Praça Fleming, começando pela primeira intervenção em sua morfologia, na década de setenta, até o ano de 2004, momento em que esta pesquisa foi iniciada. Também aqui são apresentadas as leis urbanísticas vigentes na época do recorte temporal em foco, uma vez que cada uma delas encontra sua representação nas intervenções ocorridas no conjunto urbano analisado. A partir deste ponto, a narrativa ganha ritmo distinto do capítulo anterior, considerando-se que as intervenções ocorreram de maneira isolada. Isto porque cada edificação construída traz uma

nova morfologia que se faz representante de uma legislação urbanística específica e, por sua vez, de uma concepção de cidade.

Uma vez construído este cenário, será apresentada a análise morfológica propriamente dita, com a descrição e esquematização dos tipos edificados encontrados e, em seguida, a análise das relações entre estes e o espaço livre público da praça, segundo as categorias elegidas de Escala, Proporção e Continuidade visual.

5.1 O PROCESSO DE CRESCIMENTO DO BAIRRO DA JAQUEIRA

O bairro da Jaqueira, onde se situa o conjunto urbano em análise, possui as mesmas características morfológicas e sócio-culturais dos bairros das Graças, Espinheiro, Aflitos, Tamarineira, Parnamirim e Casa Forte. Como já foi dito anteriormente, estes bairros formaram-se a partir da divisão dos antigos engenhos em sítios que, paulatinamente passaram de casas de veraneio das elites à moradia permanente e assim iniciaram a ocupação urbana da área. A história destes bairros remete a própria história da formação da Cidade do Recife, na parte que concerne à ocupação dos seus arrabaldes, que posteriormente se ligariam ao núcleo urbano. A investigação do processo de formação da área, especificamente do Bairro da Jaqueira, nos auxiliou a compreender as características morfológicas hoje observadas, seu processo crescimento, a modificação fundiária e tipológica, assim como a continuidade dos caminhos que orientaram seu crescimento e a permanência de algumas estruturas, observadas através de vários mapas cadastrais.

Esta área era caracterizada por imponentes casarões e seus quintais, habitados por parte significativa da burguesia urbana, que para lá migrou ainda no final do século XIX (MELO, 1996, p. 56). Ainda hoje, este conjunto de pequenos bairros mantêm entre si homogeneidade do tecido e de tipologia.



Foto 11: Aspecto do Bairro da Jaqueira e entorno na década de 1980. Fonte: Acervo Dircon. Autor Aurelina Moura. **Foto 12:** Aspecto do Bairro da Jaqueira e entorno em 2003. Autor: Luziana Medeiros.

O processo de transformação da paisagem, por meio do adensamento vertical, teve início nos anos 70. A partir desta década, estes bairros passaram por um lento processo de adensamento populacional, com a migração das classes mais abastadas do centro do Recife, consolidando-se a tipologia do edifício vertical isolado no lote e da habitação multifamiliar como padrão de moradia para as classes média e alta, incentivadas pelo Código de Obras - Lei nº 7.427 / 61 e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O processo de verticalização agregou novas características morfológicas, através da ocupação de lotes vazios ou da parcial substituição da tipologia habitacional – formada por casas com um ou dois pavimentos. A paisagem passa a ser formada por estas e pelo edifício multifamiliar de seis a dezenove pavimentos (MENEZES e MONTEIRO, não publicado). Este processo foi arrefecido em 1975, uma das enchentes do Rio Capibaribe, atingiu fortemente a área o que resultou na

desvalorização fundiária de toda a região. Com a construção de barragens à montante do trecho urbano do Recife, a área retomou o ritmo de crescimento e a substituição da morfologia das edificações. A partir da década de oitenta, com a implantação do Parque da Jaqueira, todos os bairros do entorno foram valorizados, dinamizando o processo de crescimento, que ganharia um ritmo ainda maior na década seguinte de noventa.

No início da primeira década de 2000, representações da sociedade e dos moradores do conjunto de bairros do Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do bairro Tamarineira, protestaram junto ao poder público contra a verticalização e suas conseqüências, como a diminuição do verde, a sobrecarga da infra-estrutura urbana, os constantes engarrafamentos e a perda de atributos da paisagem tão explorada pelos incorporadores imobiliários para vender seus empreendimentos – o que significava perda de qualidade de vida. Em resposta, a Secretaria de Planejamento congelou temporariamente os processos de aprovação de projetos de edificações para a área que estavam tramitando na Prefeitura e bloqueou a entrada de novos pedidos, até que fosse elaborada uma lei específica para a área, a Lei nº 16.719/01 que ficou conhecida como a Lei dos 12 Bairros. A nova lei trazia de volta a escala arquitetônica e parâmetros construtivos, que consideravam a morfologia do edifício e o ordenamento de sua relação com o espaço público (PESSÔA de MELO, 2003, p.33-35), conteúdo que se aproxima dos parâmetros do Projeto Urbano contemplados no referencial teórico aqui adotado. Esta legislação, no entanto, não faz parte da análise desta pesquisa pelo fato de não haver edifícios construídos sob a sua regulamentação no recorte temporal adotado.

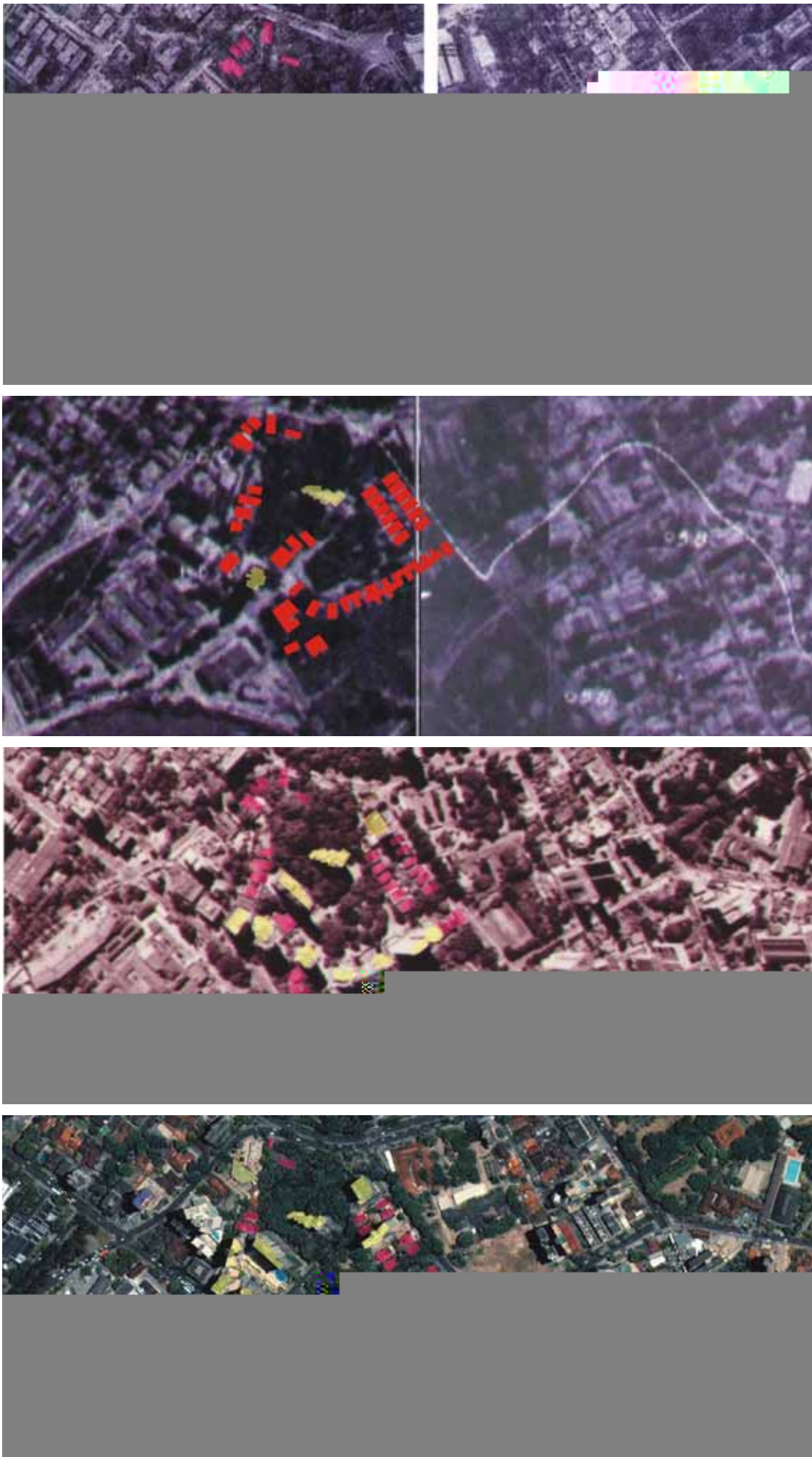


Figura 29: Esquema de evolução da área realizado sobre ortofotocartas e fotos satélites. As edificações do conjunto de 1954 aparecem em vermelho e os novos edifícios em amarelo **Fonte:** ortofotocartas originais / foto satélite Dicon

5.2 O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DA PRAÇA FLEMING

Até a década de sessenta, a área objeto desta pesquisa não era muito valorizada, em parte devido à vizinhança com o terreno do IAPC (Foto 11), uma área devoluta que atraía marginais que lá realizavam execuções²³, em parte, por sofrer as conseqüências das enchentes. Nas casas da Praça Fleming, o nível da água chegou a atingir 2,5m, cobrindo todo o pavimento térreo (MENEZES e MONTEIRO, não publicado). Talvez a isto se deva o fato de a morfologia do conjunto ter se mantido intacta até aquela época.

Os primeiros edifícios construídos no entorno da praça localizaram-se na Rua Muniz Tavares. O primeiro, situado no lote da casa nº 147, veio a substituir a residência de Willian Boxwell (Foto 13), cujo projeto foi aprovado pela Prefeitura em 1979. O segundo edifício e construído no entorno, de projeto aprovado em 1981, não se localizou na face da praça, mas no lote da casa nº 26, na esquina com a Avenida Parnamirim. Ele é aqui mencionado por representar um outro marco na paisagem da praça. Os dois projetos tiveram seus parâmetros construtivos regulamentados pelo Código de Obras de 1961, Lei nº 7.427/ 61. Nesta Lei, inspirada nos ditames da Carta de Atenas, surgiu a tipologia do edifício sobre pilotis, isolado no lote, cujo pavimento térreo era destinado ao lazer e à guarda de veículos. Uma variante deste tipo era o edifício sobre pilotis, sobre pavimento semi-enterrado destinado a servir como garagem. Esta Lei e sua repercussão na forma urbana, no tocante à relação entre o espaço livre público e o espaço edificado, será comentada mais detalhadamente ao longo deste capítulo.

²³ Hoje, no terreno referido localiza-se o Parque da Jaqueira.



Foto 13: O primeiro edifício construído no entorno da Praça Fleming, fotografado em 2003. **Autor:** Luziana Medeiros.

Até então, os lotes que tiveram sua tipologia edilícia substituída eram lotes remanescentes de imóveis do final do século XIX e início do século XX, com cerca de 1.400 m², que se adaptaram ao dimensionamento e área exigida pela regulamentação urbanística para a tipologia do edifício multifamiliar que se construía na época.

O próximo edifício a ser construído ocupou o lote nº 147 e incorporando a tipologia do edifício sobre pilotis, presente na Lei nº 7.427/61. No início de sua implementação, o pavimento térreo costumava abrigar usos como lazer ou garagem, com a demanda por mais espaço para a guarda de veículos, passou a ser predominantemente utilizado para este fim. Assim as atividades de lazer passaram a ser localizadas em um mezanino ou pavimento projetado para esta função.

Outra tipologia consolidada na década de setenta é a do edifício residencial, sobre pilotis, com pavimento semi-enterrado destinado à guarda de veículos, sendo este o caso do edifício nº 25. Segundo Pessoa de Melo, a incorporação do pilotis e do pavimento semi-enterrado aos edifícios residenciais, com o seu uso destinado ao lazer ou garagem, determinou outros atributos de desenho e uso do solo ao ambiente urbano (PESSÔA de MELO, 2003, p.33-35).

A valorização do entorno da Praça Fleming pelo mercado imobiliário deu-se em função do Parque da Jaqueira (Foto 12), que foi inaugurado em 1985 e ganhou notoriedade graças à incorporação da prática do cooper aos hábitos do recifense e às frequentes programações culturais de alcance metropolitano (Sá Carneiro e Mesquita, 2002) tornando-se um importante atrativo que agregou valor à área, e foi bem explorado pelo mercado imobiliário. Após essa inauguração, foi demolida a casa nº 52, para dar lugar ao edifício nº 783, no entorno da Praça Fleming. Embora este projeto tenha sido concebido na vigência da Lei nº 14.511, que definia uma nova tipologia e outra relação com o espaço livre público, como será adiante visto no tópico referente à legislação, ele mantém a tipologia do edifício construído sobre pilotis, com a utilização de pavimento semi-enterrado para a finalidade de garagem.

O período entre a inauguração do Parque da Jaqueira e a implementação mais continuada de programações culturais pela Prefeitura na década de noventa, coincidiu com a interrupção das construções no entorno da praça. No início desta década, as atividades imobiliárias foram reiniciadas, porém com mudanças quanto às características do imóvel oferecido, em função da orientação dos incorporadores imobiliários e que, por sua vez encontravam respaldo na legislação. Estas mudanças eram representadas pelo aumento de gabarito, de uma média de 15 pavimentos para 25 e por outro padrão de relacionamento com

o espaço livre público no programa da edificação, através da incorporação do playground privativo ou da área de lazer com piscina.

Assim, foi construído à Rua Muniz Tavares o edifício nº 81, em 1991, fruto de um remembramento dos lotes de duas casas. Na quadra contígua ao Parque da Jaqueira, os edifícios nº 117 (em 1995), com o remembramento de dois lotes, o nº 145 (em 1996), utilizando outros dois lotes do conjunto de Borsoi, e ainda na década de noventa, o edifício Hokeinheim, que demandou o remembramento de quatro lotes para atender ao novo programa de habitação multifamiliar verticalizada de alto poder aquisitivo.



Foto 14: Aspecto do conjunto da Praça Fleming visto a partir da Av. Rui Barbosa, em 2003. **Autor:** Luziana Medeiros

A partir da década de noventa, com a promulgação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 – Lei nº 16.176/96, este processo foi acentuado pelo mercado imobiliário. Houve uma grande mudança na paisagem da região: muitas novas construções com modificações na tipologia dos edifícios, os quais passam a possuir em média 25 pavimentos, sobre bloco de

dois a três pavimentos destinados à garagem, ao qual se permitia ser implantado quase nas divisas do lote. No caso específico dos bairros do Espinheiro, Graças e Jaqueira, o processo de verticalização foi ainda mais dinâmico. A transformação da paisagem e o temor que essas mudanças se estendessem com igual intensidade aos outros bairros, motivaram, em 2001, uma série de debates que culminaram na criação da lei de regulamentação urbanística, a Lei nº 16.179/01. Esta legislação ficou conhecida como a Lei dos 12 Bairros, que trouxe parâmetros construtivos mais específicos relacionados à condição dos terrenos e à largura das vias onde se situam (PESSÔA de MELO, 2003, p.33-35).

Durante o período de discussão que antecedeu a aprovação da Lei dos 12 Bairros, foram construídos mais dois edifícios no entorno da Praça Fleming, sendo um à rua Muniz Tavares e outro na Rua Prof. Fleming, uma vez que os projetos estavam anteriormente aprovados. Cada um deles precisou do remembramento de cinco lotes, de maneira que comportassem o programa que os incorporadores achavam viável, economicamente, para o mercado imobiliário da área. Com a promulgação da Lei dos 12 Bairros, a atividade imobiliária na área da Praça Fleming e adjacências foi, temporariamente, arrefecida.



Foto 15: Aspecto do conjunto da Praça Fleming visto a partir da Rua do Futuro, em 2003. **Autor:** Luziana Medeiros

Hoje, à medida que se aproxima da área do conjunto urbano da Praça Fleming, seguindo pela Rua do Futuro no sentido centro do Recife/Casa Amarela, o que se percebe é o grupo de edifícios, dos mais altos do bairro, destacados ao fundo do Parque da Jaqueira (Foto 15). Ao se aproximar da entrada do recorte urbano desta pesquisa, o campo de visão é estreitado pelos muros das primeiras casas, remanescentes do projeto de 1954 que, atualmente, são fechadas por muros de cerca de 2m de altura. Ao fazer este percurso a pé, ao aproximar-se do acesso à praça, o observador chega a um campo mais sombreado e estreito que se comporta como hall de entrada do conjunto da Praça. A abertura do campo de visão pelo espaço que se segue (a praça) é uma completa surpresa para o caminhante. A Praça Fleming é hoje um espaço praticamente todo sombreado, devido ao porte das árvores e aos edifícios construídos ao seu redor, que dificultam a entrada da luz solar durante a maior parte do dia (Foto 16).



Foto 16: Aspecto da Praça Fleming em 2003. **Autor:** Luziana Medeiros

Um hábito comum observado nos incorporadores imobiliários do Recife é o de adquirir os lotes que serão edificados mediante a permuta por apartamentos, geralmente do edifício que será construído no local. Isso resultou no fato que parte dos moradores do

conjunto da Praça Fleming permanecesse morando no mesmo local. O aumento da densidade construtiva fez crescer o número de famílias residentes, onde residiam 34 famílias em 1954, hoje moram cerca de 200, o que significa uma sobrecarga visível na infra-estrutura, principalmente no que concerne ao número de veículos estacionados nas ruas. Ao contrário do que se poderia ter como expectativa, o incremento do número de moradores não aumentou ou dinamizou o uso da praça.



Foto 17: Aspecto do conjunto edificado da Praça Fleming na década de oitenta. **Fonte:** Acervo pessoal de Patrícia Moura.



Foto 18: Aspecto do conjunto edificado da Praça Fleming em 2003. **Autor:** Luziana Medeiros

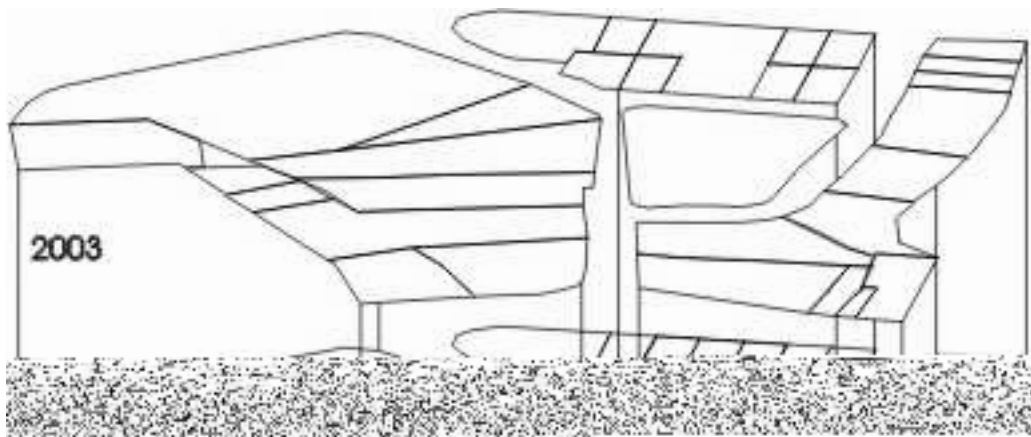


Figura 31: Esquema representando evolução do recorte parcelar da área de estudo. **Fonte:** Desenho esquemático sobre plantas cadastrais - DIRCON

5.3 O CONJUNTO URBANO DA PRAÇA FLEMING E A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DO RECIFE

Os trechos das Leis apresentados a seguir correspondem à regulamentação urbanística que determinou os parâmetros construtivos das edificações hoje erigidas nos lotes lindeiros à Praça Fleming, bem como os parâmetros norteadores da relação entre o edificado e o espaço público. Elas também representam o conjunto de leis urbanísticas que regulamentaram as construções no Recife desde o Decreto-lei nº 374/36. Estes trechos são mencionados porque o referencial teórico adotado aponta a lei urbanística como a representação da idéia de cidade desejada pelo governante em cada momento de sua vigência. Para cada trecho de lei apresentado apresenta-se a contextualização de cada momento, a descrição morfológica do tipo de edificação sugerido, bem como do conteúdo da lei sobre a regulamentação do tratamento dos espaços públicos ou da relação entre o espaço livre público e o espaço edificado. Sua função nesta pesquisa é possibilitar a compreensão da morfologia edificativa existente no entorno da Praça Fleming, a sua concepção como célula da cidade e a sua relação com o espaço livre público.

5.3.1 O Código de Obras ou Lei nº 7.427/61

O período de vigência do Decreto nº 374/36 foi marcado, inicialmente, pelo crescimento vegetativo em função do movimento de migração do campo para a cidade. Nas décadas de 1940 e 1950, o Recife dava um salto no seu crescimento populacional, dobrando a população. A mancha urbana, que tinha se espreado ao norte na década de quarenta, na década seguinte se estende ao sul, em aterros por sobre os baixios e alagados (PONTUAL, 2001, pp 82 - 100). Alguns autores creditam a este período a perda do equilíbrio ente natureza

e cidade e o início de uma expansão urbana desordenada que vai de encontro com a condição do espaço livre público (PONTUAL, 2001, pp 82 - 100).

Segundo Pontual (2000, p 18), neste período, os políticos buscavam os intelectuais para reverter os enunciados de miséria e atraso regional através da propagação de idéias que enfatizassem as futuras potencialidades de crescimento, como o pleno funcionamento da Usina de Paulo Afonso, a industrialização e a força de trabalho do nordestino.

O Governo Estadual decide solicitar a ajuda de especialistas de fora dos quadros da região e encomenda a Le Bret – ligado ao Movimento Economia e Humanismo – um estudo da economia de Pernambuco e sugestões quanto à localização de indústrias no Estado. Um dos produtos deste plano foi um zoneamento para a cidade do Recife realizado segundo “quatro mecanismos funcionais: controle das densidades, fluidez da circulação, reserva de espaços verdes e redução dos deslocamentos casa-trabalho” (PONTUAL, 2000: 98-99).

Obras, foi uma das primeiras legislações do Recife que incorporou mais fortemente as diretrizes da Carta de Atenas, instrumentalizando o poder público na consolidação e racionalização do controle da produção das áreas urbanas dentro deste modelo (Prefeitura da Cidade do Recife, 1961; PESSÔA DE MELO, 2002, p 54).

O zoneamento do Recife apresentava-se numa nova configuração territorial, dividido em três setores: o urbano, o suburbano e o rural, definidos em níveis gradativos de densidade, com maior ocupação do setor urbano e ocupação rarefeita no setor rural. A diferenciação da densidade foi estabelecida pela variação dos índices urbanísticos nas diversas zonas da cidade, em especial nas zonas residenciais (ZR) e zonas comerciais (ZC). Estas por sua vez comportavam subzonas ou núcleos, com uso diferenciado do zoneamento geral, neste ponto se aproximando do plano regional de Baltar (Prefeitura da Cidade do Recife, 1961, pp 9-13; Pessôa de Melo, 2002, pp 54 - 60).

Neste novo zoneamento, o limite do setor urbano é estendido para o entorno do bairro das Graças, onde estava localizado conjunto da Praça Fleming. A área urbana passa a englobar o bairro de Parnamirim e parte do bairro de Casa Amarela, passando a área correspondente ao objeto de estudo a ser considerada urbana.

Segundo Silva e Pessôa de Melo (1997; 2002), a grande inovação da Lei nº 7.427/ 61 é a instituição do edifício de apartamentos residencial multifamiliar em altura e isolado dos seus vizinhos. Segundo Pessoa de Melo é esta característica que configura a cidade moderna no Recife. Outra inovação para a Zona Residencial é a questão do estacionamento e abrigo de veículos, significando que todos os edifícios situados no núcleo residencial das Zonas Urbanas e Suburbanas, com mais de duas residências, deveria ter local para estacionamento de veículos e o número de vagas deveria ser maior ou igual a um terço do número de residências (Prefeitura Municipal do Recife, 1961, pp 9-13).

Esta lei inaugura a utilização dos parâmetros urbanísticos – coeficiente de utilização, taxa de ocupação, recuos laterais em relação à divisa do lote – como reguladores das construções em substituição ao limite de gabarito. Para ilustrar a aplicação destes parâmetros são apresentados pela primeira vez desenhos esquemáticos que exemplificam a sua aplicação (Prefeitura Municipal do Recife, 1961, pp 9-13).

No tocante aos espaços livres públicos, o artigo referente aos arruamentos e loteamentos (artigo 81, Lei nº 7.427/ 1961), determinava que os planos de urbanização deveriam ser executados de modo a obter a mais conveniente disposição para os logradouros públicos (ruas, praças e jardins públicos), os quais deveriam ocupar 35% da superfície a ser loteada, um percentual menor do que o Regulamento anterior. A exceção recaía para os loteamentos que recebessem a denominação de “parque”, “jardim” ou “sítio”, para os quais este percentual subiria para 50%. Os planos de loteamentos deveriam apresentar o perfil das praças, desenhadas nos dois sentidos (Prefeitura Municipal do Recife, 1961, p 15).

O capítulo referente às definições dos termos utilizados trazia diferentes definições para os espaços considerados como logradouros públicos, o jardim era considerado no seu caráter ornamental, plantado e arborizado, com fins recreativos; o parque era o jardim em dimensões avantajadas, entrecortado por avenidas, ruas e caminhos e destinado à recreação e a praça era o logradouro de caráter “monumental”, para onde convergiam outras vias e destinado ao tráfego ou estacionamento. Refúgio era o abrigo para pedestres interposto ao longo da pista de rolamento dos logradouros principais, destinado à separação das mãos de direção dos veículos (Prefeitura da Cidade do Recife, 1963: 16-18).

Quanto às calçadas, a legislação trazia questões quanto ao seu dimensionamento, a colocação da arborização e o tipo de materiais a serem utilizados – que deveriam ser definidos por logradouros e especificados pela Prefeitura. A arborização era de cunho obrigatório para

passeios com largura mínima de 2,5m e naqueles mais estreitos, a arborização deveria ser implantada dentro dos lotes (Prefeitura da Cidade do Recife, 1963 p. 73).

5.3.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo lei nº14.511/83

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983 tinha por objetivo atender aos interesses da cidade, aperfeiçoando a legislação anterior de acordo com as novas demandas e realidade. A Prefeitura da Cidade do Recife visava, através do novo documento, a integração da cidade à Região Metropolitana, o controle do crescimento urbano, a preservação dos elementos naturais da paisagem urbana e dos sítios de valor histórico e cultural. Para a sua elaboração contou-se pela primeira vez com a participação de lideranças de classes e de outros segmentos da sociedade (Prefeitura da Cidade do Recife, 1983).

De fato, desde a lei de 1961, a indústria imobiliária transformara a paisagem urbana, desenhando o perfil da metrópole moderna no Brasil, como fruto da soma da densidade construtiva e da tipologia vertical das edificações. A produção habitacional em massa tinha se difundido em larga escala, configurando o perfil das cidades brasileiras entre as décadas de 1960 e 1970, parte em função da política habitacional que criara em 1964 o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), cujos fundos eram operados através do sistema privado de construção civil (SILVA, 1997).

Outro fator que concorreu para o aumento na produção habitacional foram as inovações tecnológicas, principalmente a utilização dos equipamentos mecânicos na construção civil, que permitiu a disseminação da construção vertical e expandiu as possibilidades de uso do lote. Estas transformações trouxeram mudanças na ocupação da cidade, o que motivou o surgimento de leis complementares, decretos e portarias como medidas provisórias para a atualização da Lei nº 7.427/61 o que culminou com a elaboração da Lei nº 14.511 / 83.

O automóvel era um dos produtos destas inovações, acessível a um maior número de pessoas a partir do milagre econômico dos anos 1970. Por isso, a classe média passou a demandar mais área para a guarda de veículos nas instalações prediais. Segundo Silva (1997), o uso do automóvel no espaço urbano do Recife gerou efeitos na configuração desta lei e exigiu uma reestruturação da malha viária com a adequação a um modelo viário para a Região.

A partir da Lei nº 14.511/83, todo o território da cidade é dividido em área de expansão urbana – correspondente à área de preservação natural cuja ocupação deverá ser de baixa densidade, e área urbana, dividida segundo as atividades e usos predominantes na área em zonas residenciais – de atividades múltiplas, industriais, especiais, verdes e institucionais (Prefeitura da Cidade do Recife, 1983).

A figura dos coeficientes construtivos, introduzidos com a Lei nº 7.427/61, é ampliada e consolidada e com ela a visão da cidade dividida e controlada por setores homogêneos, perdendo a referência da escala local. Passa-se a projetar com base em índices construtivos indicados segundo um zoneamento e aplicados ao lote, e não mais condicionados em relação à tipologia do entorno ou às dimensões dos logradouros públicos lindeiros ao lote. À semelhança da legislação anterior, esta também apresenta desenhos esquemáticos que exemplificam a aplicação desses parâmetros, através dos quais também se pode verificar a tipologia que se pretendia quando da elaboração da Lei (fig. 07). É proposto um tipo que se define a partir do lote, mas que tomado na sua acepção literal não se relaciona com o seu contexto imediato, ou melhor dizendo, com o espaço livre público, seja ele rua ou praça e com as edificações vizinhas.

A partir da Lei nº 14511/83, os índices dos coeficientes construtivos são importantes instrumento do direcionamento do crescimento da cidade. A Prefeitura pretendia, através

deste instrumento, “estimular e controlar a localização e intensidade das atividades urbanas” (Prefeitura do Recife, 1983, p. 7). Apesar de estimular o crescimento para determinadas áreas, através de altos índices construtivos como o exemplo do Bairro de Santo Amaro, o mercado imobiliário continuava a se orientar para áreas dotadas de infra-estrutura onde houvesse maior possibilidade de obter lucro.

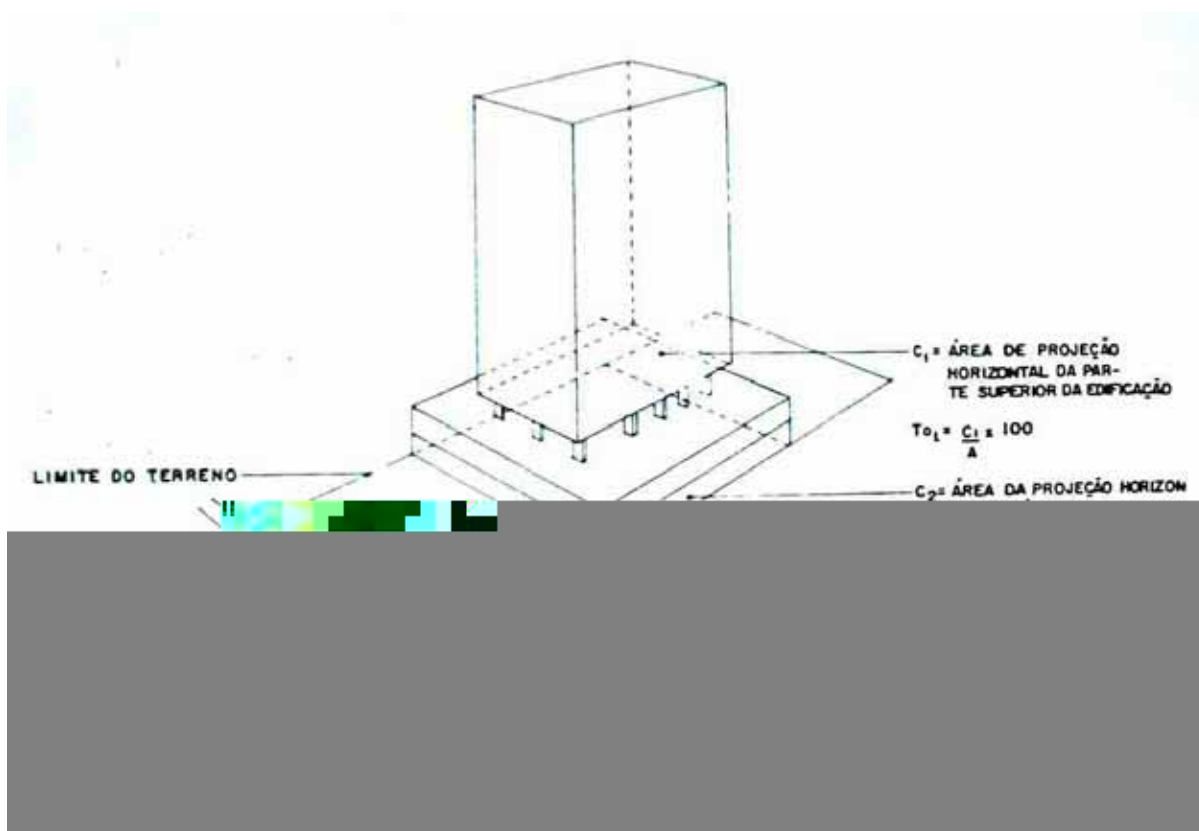


Figura 32: Esquema ilustrativo da aplicação dos parâmetros construtivos da Lei 14.511. **Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife.

Entre as seis Zonas Residenciais (ZR), a ZR 5 – correspondente aos bairros do Espinheiro, Graças, Aflitos, Rosarinho, Torre, Madalena, Cordeiro, Iputinga e Campo Grande e a ZR 2 - da qual fazia parte Boa Viagem, apresentavam maior coeficiente de utilização (3,3) e taxas de ocupação, consolidando a ampliação das áreas possíveis de aproveitamento do terreno. As demais zonas apresentavam um coeficiente menor, embora maior do que o especificado na Legislação anterior. Esta legislação também reafirma as tendências do mercado imobiliário à verticalização a partir da redução dos afastamentos na ordem de 15% (SILVA, 1997, p 83).

Com o aumento dos riscos de segurança provenientes dos desequilíbrios sociais, surge no programa da habitação multifamiliar a figura da guarita, cuja edificação era permitida em área anteriormente *non aedificandi* do lote, geralmente à frente do edifício. Outra figura que passa a ocupar o limite do lote é a do compartimento destinado à guarda temporária dos resíduos sólidos, em função do aumento dos níveis de exigência relativos à higiene e salubridade, que deveria ter localização de fácil acesso interno ou externa à edificação.

A demanda por um maior número de vagas de estacionamento faz com que os pavimentos destinados a este fim - fossem pavimentos semi-enterrados, térreos ou ainda em primeiro pavimento, tivessem um tratamento diferenciado do corpo do edifício, quanto aos afastamentos em relação às divisas do lote. Para estes pavimentos, valeria o afastamento inicial do terreno independentemente do cálculo em função do número de pavimentos do edifício. A taxa de ocupação também estaria liberada excetuando-se a taxa de solo natural.

Estes novos condicionantes e seu reflexo no programa da edificação vertical multifamiliar geraram uma nova tipologia para o edifício, modificando sua relação com o espaço livre público. Em alguns casos, sua interpretação induziu ao distanciamento da escala do pedestre.

Em relação ao espaço livre público não há nenhuma diretriz para o seu tratamento. A estrutura viária foi elencada e hierarquizada segundo o fluxo e sua função dentro da cidade. Os demais espaços livres públicos foram ordenados e incluídos nas Zonas Verdes. Os espaços livres destinados à recreação, lazer ou amenização ambiental fazem parte das Zonas Verdes (ZV), que são divididas em quatro subzonas. Da ZV 1 faziam parte as praças e cemitérios; as ZV2 eram compostas por áreas verdes privadas onde se desenvolviam atividades esportivas ou de lazer; as ZV 3 corresponderiam às áreas reservadas para o uso público de lazer e na ZV 4, os remanescentes da região natural do Recife foram agrupados. Nas ZV 4, qualquer instalação de uso e atividade urbana estava condicionada à análise especial.

A definição para Logradouro público, presente no glossário do documento, equivalia a toda parte da superfície da cidade destinada ao tráfego de veículos ou ao trânsito de pedestres, oficialmente reconhecida e designada por nome próprio (Prefeitura da Cidade do Recife, 1983, pp. 57- 63)

5.3.3 Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife - Lei nº 16.176 / 96

A nova Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife apresenta o município dividido em quatro zonas: Zonas de Urbanização Preferencial (ZUP) – que englobam praticamente todo o território do Recife; Zonas de Urbanização de Morros (ZUM) – que regulam as áreas de morros; Zonas de Urbanização Restrita (ZUR) – correspondentes a áreas com carência ou ausência de infra-estrutura básica e ocupação rarefeita e as Zonas de Diretrizes Específicas – compreendendo áreas que exigem parâmetros reguladores especiais. A regulação urbanística de que trata esta lei visa à produção e organização do espaço urbano do Município do Recife, considerando suas características físico naturais, infra-estrutura básica e as paisagens natural e construída (Prefeitura da Cidade do Recife, 1997).

A Lei nº 16.176/96 surge em reconhecimento da necessidade de “incentivar” o mercado imobiliário a uma dispersão no território municipal, através da criação das Zonas de Urbanização Preferencial – subdivididas em ZUP 1, com alto potencial construtivo (4.0) e ZUP 2, com médio potencial construtivo (3.0) – áreas que possibilitam alto e médio potencial construtivo, segundo o texto da Lei, “compatível com suas condições geomorfológicas, de infra-estrutura e paisagísticas” (Prefeitura da Cidade do Recife, 97). Este procedimento homogeneiza a cidade distanciando-se ainda mais a regulamentação urbanística da escala arquitetônica. O aumento do índice construtivo para algumas áreas fomenta ainda mais a verticalização, mas os incorporadores imobiliários continuam a concentrar seus investimentos em áreas já valorizadas ou expandem seus investimentos para os bairros adjacentes a estas, onde a margem de lucro seja garantida. O bairro da Jaqueira estava enquadrado na ZUP 2.

As Zonas Verdes da legislação anterior passam a ser enquadradas como Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA) que compreendem as áreas de interesse ambiental e paisagístico voltadas à amenização climática e do ambiente construído, voltadas para a prática de atividades recreativas de uso público, ou ainda áreas de características excepcionais de mata, mangues e açudes. Sendo uma das subzonas das Zonas de Diretrizes Específicas segundo a lei, demandariam especial atenção na definição de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo. As Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA) foram divididas em dois grupos, as constituídas por áreas verdes públicas e destinadas à recreação e lazer foram classificadas como ZEPA 1 e aquelas constituídas pelas áreas públicas ou privadas de características excepcionais de matas, mangues e cursos d’água correspondiam às ZEPA 2.

Uma a preocupação recorrente, a medida em que observamos as leis urbanísticas, é o aumento do número de veículos e a conseqüente demanda por local para estacionamento, que deveria ocorrer dentro dos lotes. Como incentivo, o índice resultante da área destinada ao estacionamento de veículos em habitações não era computado no coeficiente de utilização. A

figura do edifício garagem nas bases dos edifícios residenciais permanece, para sua implantação colaboram as especificações quanto aos afastamentos das divisas do lote. Considerados como edificações até dois pavimentos, permanecem com os afastamentos mínimos em relação às divisas do lote, com altura limitada em 7,50m, nos casos em que forem colados nas divisas laterais ou de fundo.

A tipologia gerada pelos novos parâmetros é ainda mais distante da escala arquitetônica e sua relação com o espaço livre público que a da Lei nº 14.511/83. Pelo fato de seguir sem trazer especificações que indiquem o modo como o construído, deve se colocar em relação ao espaço livre público. Como a legislação anterior, esta também apresenta desenhos esquemáticos que exemplificam a aplicação destes parâmetros, através dos quais se pode verificar a tipologia que se pretendia construir na cidade - quando da elaboração da Lei (Fig. 08).

Segundo Silva (1997), esta Lei traz circuitos especializados de espaço, assim como “novas tecnologias urbanas”, resumindo-se em uma política de dinamização da cidade, a partir da flexibilização dos parâmetros urbanísticos e do incentivo à ocupação de áreas de pequena e média densidade ocupacional. Deste modo, a interferência do Estado no controle do uso e ocupação do solo é reduzida, ficando a construção da forma da cidade ao encargo e à disposição dos investidores imobiliários (SILVA, 1997, p 85).

Figura 4 - Art. 78

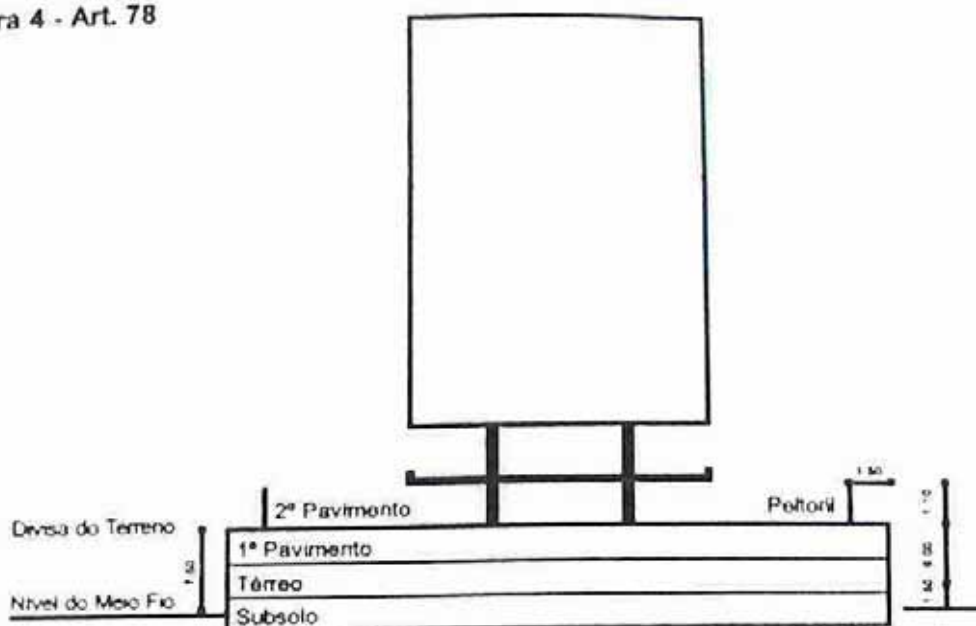


Figura 33: Esquema ilustrativo da aplicação dos parâmetros construtivos da Lei 14.511. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.

A idéia de planejamento de cidade que estava presente na discussão desta Lei era a do Planejamento Estratégico, assimilado a partir da experiência de Barcelona (SILVA, 1997, pp 85 - 94). Das estratégias do planejamento estratégico – métodos adotados em gestão privada adaptados à gestão urbana – reconhece-se a descentralização das competências em matéria de urbanismo, a flexibilidade na maneira pela qual se concebe a planificação a fim de adaptar às situações aleatórias, à diversidade da demanda social e a busca por parceiros econômicos, principalmente na iniciativa privada (IGNALINA, 2003). Mas ao contrário do projeto estratégico²⁴, as ações que se assistem no território do Recife acabam por não considerar as especificidades de uma cidade de tão diversas faces. Barcelona, a cidade tomada como exemplo, não se identifica nesta legislação, nem tão pouco nas ações da Prefeitura, a

²⁴ O planejamento estratégico subentende uma estratégia de desenvolvimento econômico e social fundamentada sobre o reconhecimento da identidade de uma cidade, onde o caráter distintivo desta torna-se um fator determinante na competição para atrair as empresas para seu território (IGNALINA, 2003)

preocupação com o tratamento do espaço livre público, traço pelo qual aquela cidade tornou-se notoriamente reconhecida.

5.4 A PRAÇA FLEMING E SUA RELAÇÃO COM AS EDIFICAÇÕES

Uma vez expostos os elementos a serem analisados, como o espaço livre público e o espaço edificado, se passará agora ao procedimento analítico. Considerando que não houve modificações físicas e estruturais notáveis na Praça Fleming até o recorte temporal de 2004, passa-se diretamente à identificação e análise dos tipos edificados presentes é apresentada a análise da relação morfológica entre eles e o espaço público da Praça, segundo as categorias estabelecidas de Escala, Proporção e Continuidade visual.

5.4.1 Os tipos e as parcelas

Ao se observar como era a área no início de 2004, identifica-se que algumas das tipologias apontadas anteriormente, na face da quadra que margeia a praça, foram substituídas, especificamente a grande parcela oriunda dos antigos sítios e o lote magro e estreito. Até o início desta pesquisa, ainda existiam as duas tipologias do conjunto projetado por Borsoi, mas que já não eram mais a tipologia predominante, só existindo nove exemplares do tipo 03 e dois exemplares do tipo 04. Atualmente, observam-se no mesmo recorte espacial adotado, outras quatro tipologias que serão igualmente apresentadas em ordem cronológica e classificadas segundo a ordem de apresentação nesta pesquisa.

O tipo 05 é representado pelo lote pré-existente de cerca de 350m², cuja edificação original foi substituída pelo edifício vertical, solto no lote, com média de 12 pavimentos tipo, sobre pilotis. Seu pavimento térreo é destinado à guarda de veículos e a área social está localizada em mezanino correspondente ao primeiro pavimento. O fechamento da face

do lote lindeira à praça é feito por um muro de cerca de 2m de altura recuado do alinhamento com o paramento, arrematado por guarita. Ao lado desta, localiza-se o acesso para o portão de pedestres, seguido pelo portão de acesso para veículos. O espaço proveniente do recuo é ocupado por um pequeno jardim. As áreas livres existentes no térreo são destinadas a jardins, em atenção ao percentual de solo permeável exigido pela lei de uso e ocupação do solo, do qual já faz parte o jardim exterior. A área livre restante é ocupada pela guarda de veículos ou para área de manobra deles.



Foto 19: Edifício representativo do tipo 05. **Autor:** Luziana Medeiros.

A segunda tipologia identificada neste período e classificada como tipo 06 corresponde ao mesmo tipo de lote, mas é ocupado por edifício vertical sobre pilotis, sobre

pavimento garagem semi-enterrado, com 13 pavimentos. A área sobre a laje do pavimento semi-enterrado é destinada às atividades de lazer e sociais do edifício. O fechamento da face lindeira à praça é realizado pela diferença de nível de cerca de 1,20m do pavimento garagem, acrescida de um guarda corpo que funciona como banco de aproximadamente 45cm. O acesso de pedestres é realizado por meio de escadaria central ao corpo da base, ao lado da guarita. O acesso de veículos é realizado por rampa descendente lateral.



Foto 20: Edifício representativo do tipo 06. **Autor:** Luziana Medeiros.

O tipo 07 corresponde à parcela edificada, proveniente do remembramento de dois ou três lotes, com cerca de 770m². Ela é composta por edifício vertical com uma média de 18 pavimentos, sobre pavimento garagem semi-enterrado, o térreo também destinado à guarda de veículos e primeiro pavimento à salão de festas e demais atividades sociais e de lazer. O fechamento é realizado por um muro de aproximadamente 3m, parcialmente recuado, que dá lugar a um canteiro ajardinado, com guarita alinhada ao fechamento da parcela. Os acessos de

pedestres e de veículos são isolados e realizados por meio de portões em material opaco. A área verde é composta por jardins situados atrás dos muros, no recuo regulamentar.



Foto 21: Edifício representativo do tipo 07. **Autor:** Luziana Medeiros.

O tipo 08 é representado pelo edifício vertical com mais de 20 pavimentos tipo, sobre base composta por quatro pavimentos ocupados com garagem (térreo + 3 trê), cujo quarto pavimento é destinado à área social e de lazer do edifício. O fechamento da face da parcela voltada para a praça é realizado por meio de um muro de, aproximadamente, 3m de altura cujo acesso de pedestres e de veículos é realizado por portão único, em lingüetas de ferro. à semelhança da tipologia anterior, a área verde é composta por jardins situados atrás dos muros no recuo regulamentar.



Foto 22: Edifício representativo do tipo 08. **Autor:** Luziana Medeiros.

TIPOS DE PARCELAS POR DÉCADAS						
	TIPOS 02	03 E 04	TIPO 05	TIPO 06	TIPO 07	TIPO 08
1970/1980						
1990						
1990/2000						

TIPOS DE FACHADAS P						
199						
1990/2000						

Figura 34: Esquema representando a tipologia de parcelas existente na década de 1950. **Figura 35:** esquema representando a tipologia das fachadas existentes na década de 1950. **Fonte:** A autora

5.5 ANÁLISE MORFOLÓGICA

5.5.1 Escala

De acordo com o referencial teórico adotado, Escala foi definida como o modo pelo qual se percebe ou julga o tamanho de um objeto comparado um parâmetro fixo e que foi colocado como parâmetro de referência a escala humana: o observador participante. Procedeu-se, em seguida, à análise segundo a metodologia exposta no capítulo específico.

Considera-se que o espaço livre público não é um espaço vazio sobre um plano horizontal, mas composto por elementos que lhe conferem volumetria; assim, a análise foi realizada através de cortes esquemáticos no sentido longitudinal e transversal da praça, com o posicionamento do observador na calçada da praça em oposição ao espaço edificado considerado. Segundo a metodologia, o valor mínimo necessário para a razão D/H, para que o objeto se enquadre no campo visual, deve ser igual a 2.

Aplicando-se os parâmetros adotados para o cálculo da relação de Escala na análise do recorte referente ao ano de 2004 obteve, inicialmente como média para a razão D/H, o valor de 0,69. Nesta análise, houve um ponto de distorção no Corte D que intercepta um elemento da tipologia 03 e neste ponto obtém-se $D/H = 2,9$. Uma vez que o segundo índice da razão mais alto foi 0,55 e que esta tipologia não é mais predominante no conjunto urbano objeto de estudo, optou-se por verificar a média excluindo-se o ponto de distorção, obtendo-se na nova média o valor $D/H = 0,4$.

Os índices para cada tipologia considerada foram então: i) Tipo 05, $D/H = 0,55$; ii) Tipo 06, $D/H = 0,53$; iii) Tipo 07, $D/H = 0,32$ e iv) Tipo 08, $D/H = 0,28$. Neste recorte temporal, em nenhuma das novas tipologias, o elemento edificado pode ser percebido como um todo, persistindo esta relação apenas nos elementos restantes do projeto de Borsoi. O

conjunto formado pela Praça Fleming e edificações do entorno imediato, para o recorte temporal de 2004 estaria em desacordo com a escala humana.

5.5.2 Proporção

Aqui se recorda que por Proporção entende-se, nesta pesquisa, a relação entre a Praça Fleming e a tipologia edificada do entorno. Recorre-se a Camillo Sitte para a determinação dos parâmetros para as dimensões adequadas para uma praça, em relação aos elementos construídos em seu entorno que, inclusive, definem este espaço público. Segundo o referencial teórico adotado, a menor dimensão da praça deve ser igual à altura do elemento construído de maior relevância existente no seu entorno imediato ($D/H=1$) e a maior dimensão não deve ultrapassar o dobro desta medida ($1 \leq D/H \leq 2$).

No recorte temporal de 2004, como se pode observar na análise da categoria Escala, não existe um tipo que possa ser considerado como elemento de maior relevância. Optou-se por eleger como elemento construído dominante o edifício Hokeheim, correspondente ao Tipo 08, por apresentar o maior gabarito, pelo grande volume formado por sua base, pelo caráter distintivo do seu coroamento devido à presença de um heliponto. Além disso, conforme a evolução urbana, por ter sido este foi o primeiro edifício a demandar o remembramento de um grande número de lotes para sua construção. Em se contrapondo as medidas da praça com esta edificação, obtivemos como resultado $D/H = 0.96$, em relação à maior dimensão, o que se aproxima do valor mínimo considerado ideal. Por outro lado, considerando que a menor dimensão da praça deveria ser igual à altura do elemento de maior relevância, a relação de proporção entre a Praça Fleming e este entorno estaria cerca de 40% abaixo do considerado ideal, uma vez que o valor encontrado para a razão D/H equivale a 0,6.

5.5.3 Continuidade Visual

Lembra-se que essa categoria está relacionada com o grau de fechamento espacial do conjunto urbano analisado como um todo e individualmente. Na análise da categoria de continuidade visual foram utilizados dois pontos de vista. O primeiro corresponde à escala local, aferindo a continuidade visual entre o espaço livre público e o espaço edificado a partir do campo de visão do observador localizado na calçada da praça. O segundo ponto de vista verificou a continuidade visual enquanto percepção do espaço que se situa além do conjunto edificado, seja pelo espaçamento entre os edifícios, seja pela possibilidade de continuidade visual sobre o volume edificado. Dentro da escala local, foi considerado o campo visual do observador em relação a cada parcela ou tipo edificado, apresentado dentro da seqüência cronológica de sua execução.

A parcela do tipo 05 possui um fechamento realizado por um muro de cerca de 2m, recuado cerca de 3m do paramento, o que oculta o pavimento térreo da parcela. O espaço gerado entre o limite original do lote e o muro é ocupado, em parte, por um jardim, o que prolonga o campo de visão e diminui o impacto do muro para o observador. Devido a sua altura, o edifício não pode ser observado em sua totalidade. Uma vez analisado horizontalmente, a forma do edifício permite que o observador visualize o volume em sua largura.

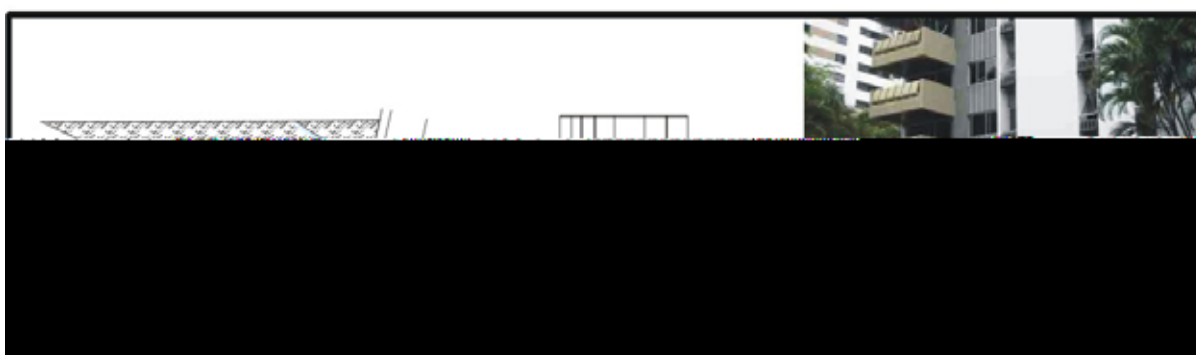


Figura 36: Esquema de permeabilidade visual do Tipo 05

O tipo 06 é representado pelo edifício sobre pilotis, sobre pavimento de garagem, cuja base possui menos de 1,50m de altura e ocupa toda a frente da parcela. Esta diferenciação de níveis permite, ao mesmo tempo, separar os espaços e manter a continuidade visual entre eles (ASHIHARA, 1982, p. 100-119). Desse modo, o campo visual ganha em profundidade, estendendo-se até a fachada do edifício. Assim como o tipo anterior, a altura do edifício não permite que o volume seja percebido como um todo, limitando a visualização ao segundo pavimento tipo.



Figura 37: Esquema de permeabilidade visual do TIPO 06

A fachada da parcela do tipo 07 encontra-se totalmente vedada ao observador pelo muro e portões de acesso, elementos que impedem a continuidade visual no nível do térreo. Por cima do muro, a profundidade do campo visual é um pouco maior, podendo-se visualizar o restante do volume da base e parte do corpo da torre, até o segundo pavimento. A análise horizontal do campo visual demonstrou que este tipo não permite nenhuma leitura de profundidade além do plano da fachada devido à largura do volume.

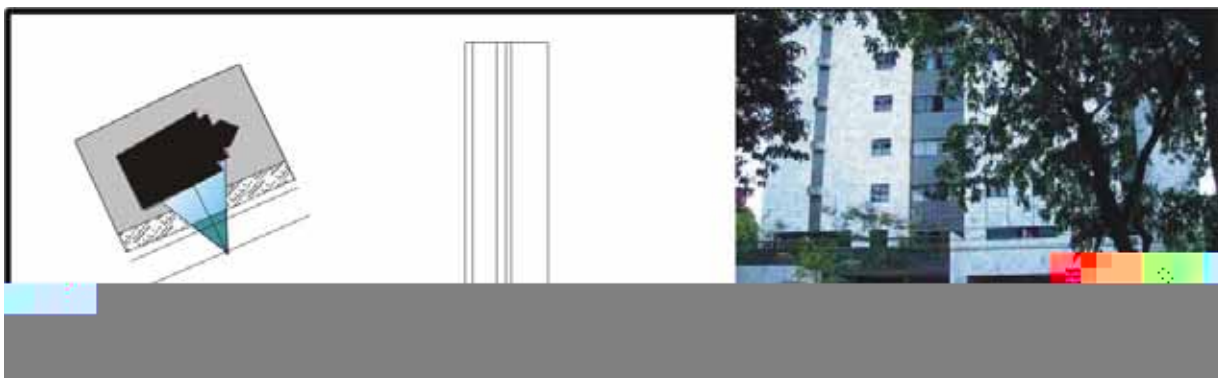


Figura 38: Esquema de permeabilidade visual do Tipo 07

O fechamento da parcela do tipo 08 apresenta duas naturezas distintas, parte dele é realizada por um muro de cerca de 3m de altura, que não permite a continuidade visual direta, e por cima do muro pode-se visualizar o restante do corpo do edifício garagem, que abarca todo o campo visual. Na outra parte da parcela, a vedação é realizada por uma grade de ferro, permeável à visão. Por ela se pode visualizar o corpo da base a partir do solo, prolongando o campo visual cerca de 4m. A análise horizontal confirma a limitação do campo de visão à fachada do edifício garagem.

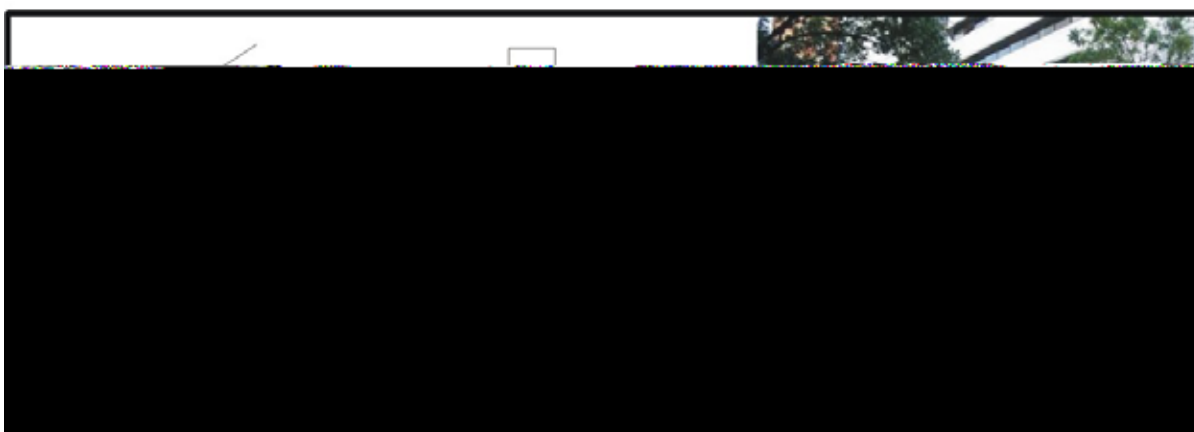


Figura 39: esquema de permeabilidade visual do Tipo 08

Para a comparação dos elementos edificados entre si e em relação ao espaço livre entre eles, o referencial analítico coloca que a razão equilibrada acontece quando a distância entre dois objetos é igual à maior altura de um deles. À medida que o valor da razão D/H aumenta,

o objeto ganha destaque e passa a ser percebido como um elemento escultórico. Ao contrário, quando o valor da razão é menor que um, os objetos tendem a ser lidos como um conjunto, aumentando o caráter de fechamento do espaço livre entre eles.

Para o recorte de tempo correspondente à situação do conjunto da Praça Fleming no início de 2004, verificou-se que os elementos de vedação das parcelas dos tipos 06, 07 e 08,

5.4.2.4 Conclusões

Observando o processo de transformação urbana ocorrido na área verificamos que, dentro do recorte estipulado, a forma urbana manteve-se estável até o ano de 1979. A partir daí, a tipologia foi substituída, inicialmente no nível da parcela, apenas pela modificação do tipo construtivo, cujas construções foram executadas sobre edificações existentes. Em um segundo momento, estendeu-se aos lotes, através do remembramento de dois, três até cinco lotes, de maneira que se pudesse atender às exigências da legislação e do mercado imobiliário.

Recapitulando os resultados da análise morfológica de Escala, Proporção e Continuidade Visual, observou-se, quanto à Escala, que nenhum dos elementos representantes das novas tipologias pode ser percebido como um todo, a partir do ângulo de visão do observador situado na calçada da praça; portanto, considerando o referencial analítico utilizado, nenhum deles está de acordo com a escala humana.

No que se refere à Proporção, verificou-se que a menor dimensão da praça está abaixo da metade da altura do edifício de maior relevância no conjunto. Segundo o referencial teórico adotado para esta comparação, à Praça Fleming deveria ser acrescida, paralelamente, pelo menos, de outra praça de iguais dimensões – só assim sua forma se aproximaria do ideal adotado, em relação ao edifício considerado dominante no conjunto, o ed. Hokenheim. As atuais dimensões da praça, em relação ao conjunto edificado ao seu redor, correspondem às de um pequeno pátio, este caracterizado pela prevalência de proporção do construído sobre a do espaço livre.



Fotos 23: Esquema fotográfico que ilustra as modificações ocorridas na Praça Fleming e edificações do entorno.
Fonte: Fotos da coluna esquerda: Acervo Tereza Régis; Fotos da coluna direita: Luziana Medeiros

Quanto à Continuidade Visual, foi observado que o atual fechamento das parcelas impede a integração e a continuidade entre o espaço livre público e o espaço edificado. A maior parte dos elementos analisados é fechada por muros com altura superior a 2m. Alguns dos edifícios têm, em sua base um bloco com, um, dois ou até 3 pavimentos destinados à garagem, que somados ultrapassam a altura de 6m. Considerando que é permitido pela legislação urbanística que esta garagem apresente seus limites laterais coincidentes com a divisa do lote, observou-se que o volume contínuo formado nesse pavimento favorece o fechamento espacial da praça. Para o observador, localizado na calçada dos edifícios com esse tipo de garagem, fica impedido que se perceba, o espaço que está além das edificações.

CAPÍTULO VI
CONCLUSÕES

CAPÍTULO VI CONCLUSÕES

Este capítulo apresenta conclusões e outras considerações que se destacaram ao longo desta pesquisa, com o registro de comentários sobre o processo vivenciado. Assim, relembra-se que esta pesquisa partiu da inquietação sobre uma questão empírica e uma questão teórica. De um lado, o incômodo gerado pelo recente crescimento da cidade do Recife, marcado pela substituição maciça da tipologia habitacional unifamiliar pelo edifício vertical e sua repercussão na forma da cidade – enquanto espaço público – e na qualidade ambiental urbana. De outro, o interesse no aprofundamento de conhecimentos sobre a temática do espaço público e sua relação com o edificado, através do viés do Projeto Urbano. Para isso, procurou-se conhecer melhor o fato urbano escolhido e sua contextualização na cidade. Inicialmente, como um fenômeno presente em outras cidades brasileiras, conforme atestam os autores citados. Em seguida, aprofundando o entendimento do caso específico da Cidade do Recife, como foi apresentado no primeiro capítulo, que se coloca como uma introdução.

Partindo do enfoque geral para o particular, foram expostas as conseqüências dessa problemática na forma da cidade e também na qualidade do meio ambiente urbano – traduzidas pelo conjunto de alterações decorrentes do fato observado. Desta maneira, foi demonstrada a problemática empírica da pesquisa, que se fundamenta na modificação da morfologia do espaço livre público através da substituição do espaço edificado localizado no seu entorno. Para tanto, foi escolhida a tipologia da praça, por apresentar o aspecto morfológico como premissa do seu conceito, no qual o espaço livre público é definido em

relação ao espaço edificado ao seu redor que, neste trabalho, corresponde ao recorte urbano da Praça Fleming e as edificações do seu entorno imediato.

6.1 DO REFERENCIAL TEÓRICO

Na intenção de aprofundar o estudo da questão do espaço público na cidade e, especificamente, da relação entre este e o edificado, visto a partir da praça, partiu-se do conceito que define esses espaços livres públicos como elementos morfológicos estruturadores do espaço urbano, que funcionam como lugares de circulação, encontro e permanência que, por estarem inseridas na malha urbana e com área equivalente a uma quadra, têm sua morfologia fortemente conformada pelo espaço edificado ao seu redor (CARR et al, 1998, p.2-21; SALDANHA, 1986, p. 81; ALMEIDA, 2000, P.34; LAMAS, 2000, p.174-176; SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.14-29). A partir deste ponto, a pesquisa buscou informações sobre o surgimento e evolução da Praça, resgatando-se sua compreensão como espaço estruturador da cidade, a partir do Projeto Urbano, que vem a ser o marco teórico com o qual se dialoga.

Neste mesmo capítulo, entendendo-se como necessária a compreensão do espaço livre público no Modernismo, uma vez que foi esta corrente que determinou as diretrizes da concepção do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, principal componente do conjunto da Praça Fleming, optou-se por revisar a Carta de Atenas, documento que apresenta a base conceitual desse pensamento. Verificou-se que, com o Modernismo, o programa da habitação foi modificado e teve a área diminuída, e passou a existir uma exaltação do edifício multifamiliar, com a finalidade de otimizar a infraestrutura da cidade. Neste programa, o espaço livre público é visto como complementar ao da habitação, com a função de suportar as atividades de lazer que trariam as “alegrias essenciais” necessárias à vida urbana e que antes

se situavam na própria parcela, ou seja, no espaço livre privado (BENEVOLO et al., 2000, pp 16-18, IPHAN, 1995, pp 15-21 e 40-45).

Esta atitude metodológica mostrou outro aspecto do Modernismo, diferente daquele que deu origem à cidade planejada e “modernizada” criticada pela falta de sociabilização dela resultante, não aquele do planejamento tecnocrata e do procedimento de tábua rasa, cuja forma de pensar a cidade ignorava a cidade real (CARMONA *et al.*, 2003, 3-13; INGALINA, 2000, pp 85-90; JACOBS, 2000, 1-123). Essa maneira de tratar a cidade motivou reações críticas contra esta corrente, igualmente apresentadas no conteúdo do capítulo sobre o Referencial Teórico. Também são registradas outras recomendações, que foram abandonadas na formação da cidade contemporânea, quando esta se apoderou de alguns aspectos desta corrente – como o edifício multifamiliar vertical – como o respeito à distância entre os edifícios, para garantir a entrada de luz solar e de ventilação - baseado na atitude sanitarista – bem como, a necessidade de existir uma proporcionalidade entre o espaço livre público e a edificação e entre a densidade da população e a quantidade dos espaços livres públicos. Ainda como recomendação, o crescimento da cidade, bem como a sua forma, deveriam ser regulamentados pelo poder público (BENEVOLO et al., 2000, pp 16-18, IPHAN, 1995, pp 15-21 e 40-45). São todos estes aspectos que se consideram relevantes para a manutenção da forma e da qualidade ambiental urbana que deveriam existir na cidade, alguns deles presentes nos princípios do Projeto Urbano.

Por isso, o Projeto Urbano foi o aporte técnico adotado para as análises da problemática empírica observada nesta pesquisa. Esta metodologia de abordagem da cidade visa recuperar, para o urbanismo, a dimensão arquitetônica definida a partir do espaço livre público. Neste contexto, foi abordado dentro do Projeto Urbano, a questão do espaço livre público e seu papel como ordenador do tecido da cidade. Considera-se aqui que um Projeto Urbano envolve regras mínimas que relacionem o espaço livre público e o edificado,

integrando-os por meio de relações de escala, de proporção, de fluidez e de equilíbrio, que valorizem as características do sítio.

O Projeto Urbano deveria, fazer parte das ações de planejamento, conferindo forma às leis urbanísticas e às intenções do poder público para a cidade. Assim, com o respaldo desta base teórica estruturou-se a pesquisa, cujo aporte teórico ressalta a dimensão arquitetônica como uma das chaves para a boa forma da cidade, evidenciando o seu caráter morfológico. Dessa metodologia foram retiradas as categorias de análise de Escala, Proporção e Continuidade visual a serem aplicadas, bem como a necessidade de conhecer as leis urbanísticas que possibilitaram as atitudes projetuais observadas nos edifícios construídos no entorno da Praça Fleming, que resultaram na mudança morfológica analisada nesta pesquisa. Essa problemática, por sua vez é reflexo de uma idéia de cidade por parte dos governantes.

Partiu-se da hipótese que, em 1954, no momento da implantação do projeto do Loteamento Lar Brasileiro, as idéias estavam no lugar. Isto porque as concepções conceituais aplicadas ao projeto podiam ser identificadas com os princípios básicos do Projeto Urbano, apresentados no Capítulo 2, ou seja, o edificado era estruturado a partir do espaço livre público e havia relações morfológicas entre este e o espaço edificado que dava equilíbrio ao conjunto. Existia a primazia dos espaços públicos, o respeito ao traçado existente e seu recorte parcelar correspondia à tipologia edilícia construída (PANERAI, 1994 p.79; MANGIN & PANERAI, 1999, p.15). No recorte temporal de 2004, constatou-se que estas proporções foram perdidas, devido a intervenções individualizadas que desconsideraram as relações do edificado entre si e entre ele e o espaço livre público e, assim sendo, as idéias estariam fora do lugar.

Ao se observar o conjunto da Praça Fleming, no primeiro recorte temporal, na sua evolução urbana e à luz do pensamento moderno, representado aqui pela Carta de Atenas,

tem-se a grande parcela oriunda do século XIX, que comportava as atividades de lazer e ócio da família, conforme apresentado no Capítulo 03. Essa é subdividida em pequenos lotes, proporcionais ao padrão das novas habitações, e onde o espaço livre público aparece como espaço complementar, destinado às atividades de lazer das famílias residentes, já não mais confinadas dentro do espaço privado, assim como os ditames encontrados na Carta de Atenas.

Analisando o projeto do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, sob os princípios do Projeto Urbano, observa-se que o espaço público foi a geratriz de todo o projeto, a partir do qual se organizaram as novas habitações projetadas para o loteamento. Ele também é o ponto de articulação entre as edificações existentes e o novo projeto que, ao final, vão formar o conjunto edificado definidor da morfologia da praça. Por sua vez, estudando a legislação em vigor – o Regulamento de Construções de 1936 – constatou-se que a proporção entre quantidade de edificado e o espaço público aplicada ao projeto foi determinada pela praça. Isso aconteceu porque foi respeitada a legislação vigente, registrada no Capítulo 04, a qual, dentre outras definições para as novas urbanizações, determinava que a proporção da área destinada ao espaço livre público e ao espaço privado a ser construído era de 40%. Esta lei refletia uma idéia de cidade permeada por muito verde e articulada por espaços livres públicos.

Na observação do Conjunto da Praça Fleming no recorte temporal de 2004, pode-se constatar que a tipologia do edifício vertical multifamiliar, presente na Carta de Atenas, foi apropriada e reinterpretada segundo a demanda dos novos usuários e dos incorporadores imobiliários. Neste processo, foram deixadas de lado as recomendações da Carta de Atenas citadas nesta pesquisa, quanto a guardar uma distância entre os edifícios que mantivesse a salubridade das habitações, bem como respeitar a proporção entre os edifícios e o espaço público.

Na evolução urbana do recorte analisado e observando as morfologias edilícias existentes em relação às legislações urbanísticas vigentes – o Código de Obras de 1961 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983 – pode-se concluir que, até a década de oitenta, as tipologias edilícias ainda consideravam o espaço da praça destinado às atividades de lazer. Outro ponto observado foi que os primeiros edifícios construídos no entorno da praça ocuparam os maiores lotes: os das grandes casas situadas na Rua Muniz Tavares e os das maiores casas do Loteamento do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que se adaptavam ao novo padrão de edificação. A partir da década de noventa, e sob a vigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, o padrão da edificação se modifica mais uma vez, em função da demanda dos usuários e dos incorporadores imobiliários, e como reflexo da legislação. A demanda por um número maior de vagas para carros gerou a figura do edifício garagem, que já existia na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983 e ganhou nova proporção com esta Lei.

A opção por uma cidade vertical, expressa na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, possibilitou a ampliação do número de pavimentos, condição desejada pelos incorporadores imobiliários em função de maior lucratividade do investimento e exigiu o remembramento de vários lotes, necessário para suportar o novo padrão tipológico. Aquele era um novo momento, também caracterizado pela valorização da área de estudo em função do Parque da Jaqueira, quando as casas do Loteamento Lar Brasileiro foram, em grupos, demolidas para dar lugar às novas edificações. À luz do Projeto Urbano o que aconteceu foi o resultado da aplicação de uma sucessão de legislações de uma época em que o planejamento da cidade se baseava em zonas a serem desenvolvidas, com parâmetros construtivos que julgavam convenientes para elas. Este tipo de planejamento passa da escala do zoneamento diretamente para a escala do lote, os parâmetros construtivos são focados na parcela, mas favorecem uma série de intervenções individualizadas que não guardam nenhuma relação entre si, nem com o espaço público circundante.

6.2 DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias de análise foram retiradas da compreensão do Projeto Urbano, dentro da ótica morfológica. Pretendia-se estudar alguns aspectos, dentre muitos, que estão envolvidos na formação de um fato urbano e que determinam o seu caráter, não sendo essas nem a única nem a definitiva resposta para esta questão.

6.2.1 Escala

Tendo em vista o exposto, pode-se concluir, para a categoria de Escala, na análise referente ao recorte temporal de 1954, que a relação entre a edificação e a escala humana é respeitada. A média para a razão D/H encontrada foi de 2,3, sendo que a maior parte dos tipos analisados obteve como resultado o valor igual a 2,9. Quando o observador se posiciona na calçada da praça e de frente para cada edifício, ele pode perceber todo o volume da quase totalidade das edificações construídas no entorno. A exceção é o tipo 01, representado exclusivamente pelo casarão dos Boxewell, que também é o único elemento escultórico do conjunto, como foi visto na categoria de Proporção, e não atua negativamente sobre a área objeto do estudo. Uma vez que a maior parte da volumetria do construído não só está dentro do campo de visão do observador, como ultrapassa o volume das edificações, possibilita-se também a percepção do que está além do objeto, conferindo domínio espacial e uma maior noção de amplitude para o observador.

Em comparação à situação encontrada em 2004, quando as únicas edificações que podem ser percebidas como um todo são as remanescentes do Loteamento Banco Hipotecário Lar Brasileiro, pertencentes à tipologia 03. A média obtida para a razão D/H foi de 0,4, estando a maior parte das edificações entre 0,55 e 0,28. As edificações pertencentes ao tipo 06 permitem que o volume da sua base seja percebido em sua totalidade pelo observador, o que gera um elemento construído intermediário entre este e o edifício, mais próximo da escala

humana. O volume da base das edificações dos tipo 07 e 08 não pode ser percebido como um elemento em sua totalidade, por isso não está de acordo com a escala do observador situado na calçada da praça.

Aqui se considera que, em se tratando o edifício como um elemento isolado e sua relação com o espaço público, o que interfere mais é a forma e altura da base da edificação, sua implantação no lote, e o material escolhido para a vedação da parcela, que propriamente a altura do edifício em si. Uma vez que o modelo adotado pelos incorporadores imobiliários para habitação multifamiliar é o edifício vertical, seria necessário o aporte de uma metodologia de Projeto Urbano para definir as características e critérios para a forma da base da edificação, com o objetivo de criar um diálogo ou uma harmonia com a escala humana.

6.2.2 Proporção

Na categoria de Proporção, analisou-se a relação entre a Praça Fleming e a tipologia edificada do seu entorno, através das colocações de Camillo Sitte, quanto aos parâmetros necessários para estabelecer a proporção adequada entre as dimensões de uma praça e os elementos construídos do seu entorno. Considerou-se que a menor dimensão da praça deve ser igual à altura do elemento construído de maior relevância ($D/H=1$) no seu entorno imediato e que a sua maior dimensão não deve ultrapassar o dobro desta medida, resultando para esta última que, para a proporção D/H ser considerada equilibrada, o valor deve se mover entre 1 e 2 ($1 \leq D/H \leq 2$).

Foi observado, no recorte temporal de 1954, que as mediadas da praça ultrapassam a altura do elemento de maior destaque do entorno; enquanto que em 2004 encontramos a situação inversa. As medidas estão abaixo do indicado pelos parâmetros utilizados. Vimos, no capítulo referente ao recorte de 1954, que a área da praça foi determinada pela legislação, a qual indicava, para novos loteamentos, o percentual de 40% de área verde em proporção à

área destinada às parcelas. Na lei vigente à época, não havia a indicação quanto à utilização do percentual de área verde em um único espaço público. O resultado encontrado foi fruto da atitude projetual do arquiteto que, observando os preceitos modernistas, buscou complementar o espaço livre destinado ao lazer, que antes estava dentro da parcela. Na interpretação da legislação, o arquiteto tirou partido do espaço público tanto para ordenar o programa do loteamento, quanto para articular as novas construções com o meio natural e o construído existente. Atitude considerada, nesta pesquisa, como inserida nos princípios do Projeto Urbano.

No capítulo referente ao recorte de 2004, observou-se que os novos edifícios são o resultado dos parâmetros construtivos ditados pelas legislações em vigor naquele momento, as quais faziam a leitura da cidade através do zoneamento. Este tipo de planejamento passa da escala urbana para a escala da parcela, sem observar a escala intermediária que trata do conjunto de parcelas e sua relação com o espaço público. Por isso, o novo conjunto de edifícios, definidores do espaço da Praça Fleming, é fruto de atitudes projetuais individualizadas que observam apenas o lote e seus condicionantes, ditados pela legislação urbanística vigente e definidos a partir das orientações do mercado imobiliário. Esta atitude reforça a desconsideração quanto à relação das novas edificações com o espaço público, estando fora dos princípios do Projeto Urbano.

6.2.3 Permeabilidade Visual

Com relação ao recorte temporal de 1954, no tocante à Permeabilidade Visual, observou-se que a atitude projetual de complementaridade do espaço livre público em relação ao espaço construído, evidencia-se através dos muros baixos do jardim frontal das casas, que fazem uma transição entre os dois espaços. Observando-se a relação entre a Praça e o todo construído, dentro do contexto urbano, constata-se que, embora o conjunto tenha um caráter

de fechamento entre as edificações, dada a sua morfologia e o traçado urbano, o gabarito baixo permite que se perceba o espaço além das edificações. Além de conferir a permeabilidade visual também entre o espaço interno do conjunto e o espaço circundante a ele. Esse fato contribui para que, embora exista o fechamento do conjunto, o efeito de confinamento espacial seja reduzido.

O cenário que observamos no recorte temporal de 2004 é outro, neste importam tanto o volume edificado quanto o tipo do elemento de vedação. Fruto de uma tipologia creditada à violência urbana, os muros altos impedem a continuidade visual da maior parte dos tipos analisados. A exceção recai sobre o tipo 06, no qual o volume do pavimento garagem semi-enterrado, de cerca de 1,50m de altura, foi complementado por grade que mantém a mesma permeabilidade visual de quando se deu a sua construção, o que possibilita um campo mais profundo de visão, cortado, porém, ao nível da fachada.

Sem a intenção de se aprofundar nas questões sociais, mas a título de comentário fundamentado no referencial teórico desta pesquisa, Jane Jacobs já tratava do tema salientando que a falta do olhar vigilante dos moradores e da identificação destes com aquele espaço público, aumenta a insegurança. Em se detendo apenas nas questões morfológicas, conforme os parâmetros para a projeção de espaços livres sugeridos por Ashihara, um muro a partir de 1,5m de altura funciona como elemento de vedação e pode ocultar uma pessoa. Isso significa que, ao mesmo tempo em que impede a visão das residências, esse elemento também impossibilita que se vigie o espaço livre público a partir da residência. O recorte urbano analisado oferece algumas soluções para a manutenção da continuidade visual, como grades e elementos vazados que permitem a continuidade visual e ao mesmo tempo a proteção exigida pelos dias de hoje.

Com relação à permeabilidade visual entre o espaço interno do conjunto e o espaço

circundante a ele, cabe aqui a ressalva que, mais uma vez, o elemento de maior influência no fechamento espacial não é o gabarito dos edifícios. considera-se que se existe um distanciamento entre os mesmos, mantém-se a percepção do espaço situado além do conjunto, mas sim do gabarito e da volumetria dos pavimentos destinados a guarda dos veículos que juntos, geram o confinamento espacial, uma vez que não permite a percepção do que está além do conjunto. Assim, o efeito espacial resultante do conjunto atual da Praça Fleming é o de confinamento, o que se deve não propriamente à tipologia do edifício vertical, mas a falta de diversidade de tipologias, sendo o entorno praticamente formado por esta tipologia.

6.3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Como foi mencionada na introdução deste volume, esta pesquisa encontrou eco nas discussões sobre o novo Plano Diretor da Cidade do Recife, especificamente sobre a criação dos Setores de Sustentabilidade Ambiental – SSA 2, que têm a função de proteger o entorno de praças e de refúgios. A necessidade de preservar a qualidade do entorno de praças e refúgios fundamenta-se na importância dessas áreas em relação à contenção de edificações e ao conforto ambiental, de forma que esses setores sejam oásis de qualidade ambiental dentro da cidade, na tentativa de desafogar o organismo da urbano como um todo. Parte das discussões sobre esta figura, diz respeito aos parâmetros a serem considerados para a avaliação desses espaços, com a finalidade de se manter a qualidade ambiental.

Desde o primeiro momento em que foram apresentadas as categorias selecionadas, sabia-se que elas não corresponderiam à resposta conclusiva sobre a problemática analisada, mas pretendia-se contribuir para uma reflexão sobre a manutenção da qualidade ambiental urbana, ainda que apenas no segmento acadêmico. Durante a pesquisa outras categorias de análise foram identificadas além das morfológicas, algumas pertinentes a outros campos de

estudo, mas todas na perspectiva de subsidiarem a compreensão da problemática estudada, sob a ótica da manutenção ou recuperação da qualidade ambiental urbana, que se comenta a seguir.

Concluiu-se que, na evolução urbana do recorte urbano observado, a área de solo natural das antigas residências vai sendo perdida à medida que a urbanização avança e enquanto que ocorre a substituição da tipologia habitacional horizontal pelo edifício vertical multifamiliar. Mais que isto, esta área vai diminuindo, à medida que as legislações se sucedem, uma vez que a área edificada aumenta em relação ao espaço livre, inclusive quanto à arborização existente nos quintais, não encontrando compensação no espaço livre público. O que se observa é que isto ocorre não só pelo papel do mercado imobiliário e o padrão de edificação que impõe, mas também devido a iniciativas individuais, uma vez que as casas remanescentes também perdem o verde dos seus quintais, seja pela conveniência dos moradores ou pela mudança de uso, como por exemplo, com a conseqüente maior demanda por vagas de estacionamento, em função do uso comercial.

A menção de atributos sanitários da Carta de Atenas permitiu que se percebesse a necessidade de considerar a ventilação e a insolação como atributos necessários à qualidade ambiental urbana. Assim, as intervenções construtivas deveriam ter seus parâmetros também em função de um mapeamento que considerasse o sentido das correntes de vento principais. A insolação também deveria ser considerada, não só em função da salubridade das construções como em relação ao estado de conservação dos vegetais existentes nos espaços livres públicos, os quais dependem, entre outros, deste fator natural e de cuidados para desempenhar o seu papel de melhoria no meio ambiente urbano.

Ao contrário, o recente crescimento urbano da Cidade do Recife e a arquitetura dele resultante em geral, que não interage com o espaço público e volta-se para a parcela de solo

urbano que ocupa e que define legalmente seus parâmetros construtivos. Este padrão trouxe conseqüências para as relações morfológicas entre espaço livre público e espaço construído e, bem como para a quantidade de solo natural e o verde na cidade, modificando a qualidade da paisagem e, conseqüentemente, do meio ambiente urbano.

Distanciado da Arquitetura, esta forma de planejar esqueceu a escala intermediária, e não observa como a parcela por ele definida se comporta quando usada na formação de uma quadra, ou da relação ente ela e o espaço público. O que se observou foi que, uma vez abandonada a formação da cidade, a regulamentação da articulação entre das parcelas entre si e entre estas e o espaço público, a lógica do mercado imobiliário, deixou de existir também a diversidade tipológica. De acordo com os princípios da metodologia do Projeto Urbano, as legislações deveriam ser o reflexo das intenções do Governo para a forma da cidade, a conclusão a que se chega é que, neste planejamento de zoneamento, o Governo abriu mão dessa prerrogativa e permitiu, de alguma forma, que os interesses dos incorporadores imobiliários superassem os interesses da coletividade.

A coerência entre os padrões de edificação e o ambiente urbano, bem como a existência de espaços livres públicos destinados ao lazer e à presença de vegetação – nos seus mais variados extratos - constituem componentes chave da qualidade ambiental, embora outros elementos também sejam necessários ao alcance de um padrão mínimo de qualidade desse ambiente, se faz necessário recuperar a dimensão arquitetônica no planejamento urbano. A compreensão deste modo de ver a cidade, a partir das relações entre o espaço livre e o espaço edificado, nos parece que se apresenta como uma das chaves para o resgate da qualidade urbana.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marcelle Trigueiro de. **Le estatut de l'espace public**. Paramètre déterminant dans la Conception?. Lyon: Institut d'urbanisme de Lyon. Institut National des Sciences appliquées a Villes et Sociétés. 2002. (Dissertação de Mestrado). (Tradução: Eliane Lordello).
- ALMEIDA, Erika Audet. **A articulação dos espaços públicos no Recife do século XIX**. Recife: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE. 2001. (Dissertação de Mestrado).
- BALTAR, Antônio Bezerra. **Diretrizes de um Plano Regional para o Recife**. Tese para provimento da cadeira de urbanismo e Arquitetura Paisagística na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife (1951). Recife: Prefeitura da Cidade, 2000.
- BRANDÃO, Virgínia Pontual. **O Saber Urbanístico no Governo da Cidade: Uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950**. São Paulo: FAU/ USP, 1998. (Tese de Doutorado).
- BRANDÃO, Virgínia Pontual. **O Urbanismo no Recife: idéias e representações**. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 2 março 2000. Recife. UFPE.
- BRANDÃO, Virgínia Pontual. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950**. Recife- PE: UFPE, 2001.
- CAIXETA, Eline. **Arquitecturas Urbanas: la obra de Affonso Eduardo Reidy**. In: *Reidy, Documents Projectes Arquitectura - 19. REIDY, Affonso Eduardo*. Barcelona: UPC, 2003.
- CALABI, Donatella. **O Papel de Paris na Urbanística Italiana do Século XIX: O mito da Modernização**. In: *Cidades Capitais do Século XIX. SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.)*. São Paulo- SP: Universidade de São Paulo, 2001.
- CARR, Stephen et al. **Public Space**. New York: University of Cambridge, 1992.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e Seus Bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo- SP: Pini, 1990.
- FREIRE, Gilberto. **É possível redesenhar as cidades?.** In: *Urbis, Revista de Urbanismo e Desenvolvimento*. Ano 1, vol 1. Recife: Empresa de Urbanização do Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, 1978.
- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos Espaços Urbanos**. Barcelona – ES: Gustavo Gili, 2002.
- GERMAIN, Annick. **A Descoberta do Espaço Público: olhares dos arquitetos e dos**

sociólogos. In: *Espaces publics, architecture et urbanité – de part et autre de l'Atlantique*. Tomas, François (org.). Sant-Étienne – Canadá: l'Université de Sant-Étienne, 2002. Tradução nossa.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Presença, 1989.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 2ª Edição.

LEPETIT, Bernard. **Por uma Nova história Urbana**. 19-, p.137-153

MELO, Alcília A. de A. **Revolução na Arquitetura**: Recife, década de trinta – Intervenções do estado sobre a arquitetura e o espaço da cidade do Recife. Terezina- PI: EDUPI, 2001.

MELO, Norma M. L. (1996). **A Produção Social dos Interesses Fundiários e Imobiliários** – O caso de Recife. *Caderno CRH*, n. 24/25, jan/dez. Salvador, BA, pp. 221 – 243.

MELO, Ricardo Jorge Pessoa de. **A Arquitetura do Edifício na Arquitetura da Cidade**: Um estudo sobre a Interface urbana da arquitetura. Recife – PE, 2002.(Dissertação de Mestrado).

MESQUITA, Liana. **Memória dos Verdes Urbanos do Recife**. In: *Cadernos do Meio Ambiente do Recife* – vol.1. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1998. pp.7–14

MUMTAZ, Kamil Khan, **La Casa**. In: *Presente y futuros, arquitectura en las ciudades*. Barcelona: Collegi d'Arquitectes de Catalunya e CCBA. 1996.

OUTTES, J. **O Recife**: gênese do urbanismo 1927-1943. Recife: Massangana, 1999.

PANERAI, Philippe. **O retorno à cidade**: O espaço público como desafio do projeto urbano. In: *Revista Projeto*. São Paulo: Arco Editorial Ltda. nº173, 1994. pp. 78-82.

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean Charles; Demorgon, Marcelle. **Analyse Urbaine**. Marselha, França: Editions Parentheses, 2002.

PANERAI, P; MANGIN, David. **Projet Urbain**. Marselha, França: Editions Parentheses, 2002

PANERAI, P; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean Charles; Demorgon. **Formes Urbaines**: de Ilôt a la Barre. Marselha, França: Editions Parentheses, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Decreto nº 374 de 12 de agosto de 1936. **Regulamento de Construções de 1936**, Recife – PE, 1936.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Secretaria de Planajamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Perfil da Cidade do Recife**. Recife – PE, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de B. **Espaços Livres do Recife**. Recife, PE: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; GIRÃO, Priscilla; FIGUEIROA, Aline. **Os Espaços Livres na Paisagem das regiões do Recife – A RPA 1**. In: *Anais do VI ENEPEA*. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SALDANHA, Nelson.

46.htm+%22qualidade+ambiental+urbana%22&hl=es&gl=es&ct=clnk&cd=9

FONSECA, Maurício. **Le Corbusier: Riscos Brasileiros** / Elizabeth D. Harris Resenha 008 / dezembro 2001. São Paulo: Editora Nobel, 1987. Disponível em:

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES Beatriz Ribeiro. **Reflexões Sobre Qualidade Ambiental Urbana**. Net . Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(2): 21-30 , jul-dez – 2004. Disponível em:

<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista/numero%25204/eg0202mg.pdf+%22qualidade>.

NASLAVSKY, Guilah; AMARAL, Izabel. **Praça Fleming: um conjunto residencial orgânico?** Net . 038.e190 - Julho 203. Acesso em agosto/03. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp190.asp>.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)